

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Palácio do Sobralinho, freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, pelas 9,30 horas, do dia 2014/04/30

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
1	Ata nº 9/2014 da reunião de câmara de 2014/04/16			Aprovação
	GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA			
2	Relação de atos da competência da câmara municipal delegados e praticados pelo Sr. Presidente			Conhecimento
3	Reconversão e regularização das áreas urbanas de génese ilegal do concelho			Aprovação
4	Auto de vistoria - Quinta da Grinja, lote 16, bloco A/B - Rua João Félix Rodrigues	Administração do condomínio - Edifício Cores da Lezíria	Vila Franca de Xira	Aprovação
5	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 125 do Loteamento Casal do Freixo	Susana Alexandra Varela Rocha	Vialonga	Aprovação
6	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 126 do Loteamento Casal do Freixo	Susana Alexandra Varela Rocha	Vialonga	Aprovação
7	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 127 do Loteamento Casal do Freixo	Maria Abilete de Jesus Varela	Vialonga	Aprovação
8	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 128 do Loteamento Casal do Freixo	Maria Abilete de Jesus Varela	Vialonga	Aprovação
9	Silo automóvel da avenida D. Vicente Afonso Valente - Ponto de situação do processo de construção e processo de dívidas			Análise

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Palácio do Sobralinho, freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, pelas 9,30 horas, do dia 2014/04/30

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS			
10	Execução da escola básica do 1º ciclo do Sobralinho - Alteração do projeto de fundações	Construtora UDRA, Lda	Sobralinho	Aprovação
11	Prestação de serviços para elaboração de estudo prévio para análise estrutural de reabilitação da superestrutura do edifício do lote 2 da Quinta de Santo Amaro - Monte Gordo - Parecer prévio vinculativo	Cenor - Consultores, SA	Vila Franca de Xira	Aprovação
12	Ampliação do talhão "R" do cemitério de Vila Franca de Xira - Nomeação do coordenador de segurança em obra	Construções Pragosa, SA	Vila Franca de Xira	Aprovação
	GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA			
	. Assuntos apresentados para conhecimento			
	Da competência do Presidente da C.M.			
13	Relação dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal			Conhecimento
14	Legislação síntese			Conhecimento
15	Pagamentos autorizados			Conhecimento
16	Balancetes			Conhecimento
	. Outros assuntos			
17	Moção - Contra a desclassificação do tribunal de Vila Franca de Xira			Aprovação
18	Moção pela reposição das freguesias			Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Palácio do Sobralinho, freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, pelas 9,30 horas, do dia 2014/04/30

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
19	Projeto de Regulamento de Propaganda Política e Eleitoral do Município de Vila Franca de Xira	Casa dos Forcados Amadores de Vila Franca de Xira		Aprovação
20	Projeto de Regulamento de Afixação, Inscrição e Difusão de Mensagens Publicitárias de Natureza Comercial			Aprovação
21	Protocolo referente ao seguro de acidentes pessoais - Atualização do valor de compensação - 2013/2014			Aprovação
22	Encerramento, durante o período de férias, do Setor de Restaurante e Bares			Conhecimento
23	Parecer prévio vinculativo e prorrogação de contrato de prestação de serviços por avença - Luís Filipe Moreira Freire	Luís Manuel da Piedade Lourenço	S. João dos Montes	Aprovação
24	Parecer prévio vinculativo e prorrogação de contrato de prestação de serviços por avença - Elisabete Serrano Alves			Aprovação
25	Parecer prévio vinculativo e prorrogação de contrato de prestação de serviços por avença - Ricardo Emanuel Garrido Lucas			Aprovação
26	Exercício do direito de preferência sobre a loja correspondente à fração "A", sita na praca dos Carvalhais, lote 44			Aprovação
27	Protocolo de cedência de instalações em regime de comodato "Espaço Cultural Fernando Augusto"			Aprovação
28	Aquisição e respetivo lançamento de fogo de artifício e balonas durante os eventos de 2014 - Parecer prévio vinculativo	Grémio Dramático Povoense	Póvoa de St.ª Iria	Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Palácio do Sobralinho, freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, pelas 9,30 horas, do dia 2014/04/30

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
29	Contratação de serviços de audiovisuais para os espetáculos da av ^a Pedro Victor e fogo de artifício do jardim municipal no Colete Encarnado - Parecer prévio vinculativo			Aprovação
30	Contratação de serviços de limpeza das ruas das esperas, dos curros da praça de touros e da praça de touros durante os eventos do Colete Encarnado e Feira Anual de Outubro 2014 - Parecer prévio vinculativo			Aprovação
31	Contratação de serviços de segurança para os eventos de 2014 - Parecer prévio vinculativo			Aprovação
32	Contratação de serviços de sonorização e iluminação dos palcos durante os espetáculos do Colete Encarnado 2014 - Parecer prévio vinculativo			Aprovação
33	Contratação do artista Berg para o Colete Encarnado 2014 - Parecer prévio vinculativo			Aprovação
34	Contratação da banda Expensive Soul e Jaguar Band - Concerto musical para o Colete Encarnado 2014 - Parecer prévio vinculativo			Aprovação
	EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO			
35	Protocolo com a Universidade Lusófona para realização de estágios			Aprovação
36	Protocolo de parceria e colaboração no âmbito da realização de estágios curriculares na área do turismo	Instituto Superior de Educação e Ciências		Aprovação
37	Colete Encarnado 2014 - Funcionamento do Posto de Turismo			Aprovação

ORDEM DO DIA

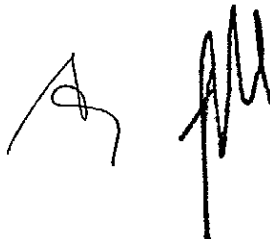
Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Palácio do Sobralinho, freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, pelas 9,30 horas, do dia 2014/04/30

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
38	Colete Encarnado 2014 - Venda ambulante			Aprovação
39	Colete Encarnado 2014 - Prevenção de acidentes			Aprovação
40	Colete Encarnado 2014 - Horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais			Aprovação
41	Feira Anual de Outubro 2014 - Regulamentos			Aprovação
42	Venda de livros do "Prémio Literário Alves Redol" - Edição de 2011			Aprovação
43	Transportes escolares - Ano letivo 2013/2014 - Compromisso de verba no âmbito do contrato interadministrativo com as juntas de freguesia da União das Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz e União das Freguesias de Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras			Aprovação
	AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL			
44	Protocolo de cedência de material gínico	Sociedade Euterpe Alhandrense		Aprovação
45	Ação de formação "A utilização dos jogos reduzidos no treino de futebol" - Protocolo	ADDE - Assoc. Ribatejana p/ Desenvolvimento do Desporto e Educação		Aprovação
46	Grande prémio de motonáutica de Vila Franca de Xira - Protocolo	Federação Portuguesa de Motonáutica		Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Palácio do Sobralinho, freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, pelas 9,30 horas, do dia 2014/04/30

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
47	Alteração dos períodos de encerramento para realização de obras de manutenção nas piscinas municipais da Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA			Aprovação
48	Contratação de serviços de limpeza dos equipamentos desportivos do concelho de Vila Franca de Xira - Parecer prévio vinculativo ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			Aprovação
49	Ata em minuta da reunião			Aprovação



Fl. Livro _____
Fl. Atã 001
Reunião de 2014/04/30
Ata nº 10/2014

MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA E PÚBLICA DE 2014/04/30

Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e catorze, pelas 9h30, no Palácio do Sobralinho, freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, reuniu a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, sob a presidência do Sr. Alberto Simões Maia Mesquita, Presidente da Câmara Municipal, estando presentes os Srs. Vereadores:--



. Nuno Miguel Marques Libório; -----
. Fernando Paulo Ferreira; -----
. Aurélio dos Santos Marques; -----
. Rui Ribeiro Rei; -----
. Marina Estevão Tiago; -----
. Margarida Dinis Cavaleiro; -----
. António José Sequeira Félix; -----
. Ernesto Simões Ferreira; -----
. José António da Silva de Oliveira; -----
. Vítor Manuel Jorge da Silva. -----

Estiveram ausentes os Srs. Vereadores Ana Lúcia Alves Cardoso, João Manuel Correia Pires de Carvalho e Paulo Sérgio Pinto Rodrigues, tendo sido substituídos pelos Srs. Margarida Dinis Cavaleiro, Vítor Manuel Jorge da Silva e Ernesto Simões Ferreira, respetivamente. -----

Saiu no decurso da reunião, durante a discussão do ponto 19, o Sr. Vereador Rui Ribeiro Rei. -----

A reunião foi secretariada por Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, assessorado por Sónia Isabel Duarte Ferreira, Assistente Técnica. -----

Declarada aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações sobre o expediente apresentado: -----



Assunto: PRESENÇAS DO PESSOAL DIRIGENTE E TÉCNICOS-----

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA-----

. Adjunto-----

Mário Nuno Duarte-----

Jorge Zacarias-----

. Técnico Superior-----

Dr. Renato Gonçalves-----

GABINETE DE APOIO À VERAÇÃO-----

. Adjuntos-----

Adão Conde-----

. Assessoria-----

Drª Susana Santos-----

João Pedro Baião-----

Bruno Oliveira-----

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO MUNICIPAL E RELAÇÕES PÚBLICAS-----

. Coordenadora-----

Drª Filomena Serrazina-----

GABINETE DE APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS-----

. Coordenadora-----

Drª Isabel Araújo-----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA-----

. Chefe da Divisão de Assuntos Jurídicos-----

Drª Paula Costilhas-----

. Chefe da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental-----

Dr. Rui Galhardo-----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA-----

. Diretor-----

Arqtº Nuno Santos-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS-----

. Chefe da Divisão de Obras, Viaturas e Infraestruturas-----

Engº José Fernandes-----



Reunião de 2014/04/30

Deliberação nº

2/2



Reunião de 2014/04/30

Deliberação nº _____

O Sr. Vereador Ernesto Ferreira interveio, cumprimentando todos os presentes e começando por ler uma saudação sobre o 1º de Maio, dos membros da CDU, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal
Saudação ao 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador

Reunião pública ordinária da Câmara Municipal, em 30 de abril de 2014, no
Palácio Municipal do Sobralinho, sito na Freguesia da União das Freguesias de
Alverca do Ribatejo e Sobralinho

Bom dia,

Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores,

Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho,

Senhoras e Senhores Autarcas presentes,

Senhoras e Senhores Jornalistas,

Caras e Caros Munícipes,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Celebramos amanhã o 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador.

Queremos, neste momento, saudar e felicitar todas as trabalhadoras e todos os trabalhadores do concelho de Vila Franca de Xira, particularmente as trabalhadoras e os trabalhadores da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados.

Na sequência da Revolução dos Cravos e da Liberdade, ocorrida a 25 de Abril de 1974, assinalamos amanhã o quadragésimo aniversário do primeiro 1º de Maio em Liberdade, o qual foi instituído como feriado nacional obrigatório, entre nós, após a Revolução e através do Decreto-Lei n.º 175/74, de 27 de abril, da Junta de Salvação Nacional.

E celebramos este 40º aniversário do primeiro 1º de Maio em inteira Liberdade e em Democracia.

O 1º de Maio foi instituído em 1889, no Congresso Operário Internacional, reunido em Paris, como o Dia Internacional do Trabalhador, um dia de luto,



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal

Saudação ao 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador

**Reunião pública ordinária da Câmara Municipal, em 30 de abril de 2014, no
Palácio Municipal do Sobralinho, sito na Freguesia da União das Freguesias de
Alverca do Ribatejo e Sobralinho**

pelos trabalhadores norte-americanos mortos nas manifestações de Chicago, e um dia de luta, pelos direitos laborais.

Nesta sequência de luta, em 1890, foi consagrada a jornada diária de trabalho de oito horas nos Estados Unidos da América.

O regime ditatorial do Estado Novo, em conformidade com a sua ideologia corporativa de inspiração fascista, não reconheceu nem respeitou o 1º de Maio como Dia Internacional do Trabalhador, impedindo e reprimindo, muitas vezes de forma agressiva e violenta e lançando mão da prisão arbitrária e da tortura, toda e qualquer tentativa de celebração.

No contexto global nacional de forte repressão política e social que caracterizou a década de 40, devemos sublinhar a coragem, a determinação e a cidadania dos trabalhadores operários e rurais do concelho de Vila Franca de Xira que, em 8 e 9 de maio de 1944, promoveram e realizaram a greve, contestando as políticas sociais e laborais do Estado Novo, reivindicando aumentos salariais, pugnando por melhores condições de trabalho e de vida, preconizando alterações no racionamento de bens alimentares, em oposição ao envio de géneros alimentícios para a Alemanha nazi, e lutando por mais e melhor abastecimento público de bens essenciais, nomeadamente de pão.

É desses acontecimentos que nos fala JÚLIO GRAÇA, na sua obra literária neo-realista "A Voz das Sereias", editada em 1968.

Hoje, em Democracia, a Constituição e a legislação laboral reconhecem, consagram, garantem e tutelam um vasto e diversificado conjunto de direitos fundamentais dos trabalhadores, inerentes ao seu estatuto jurídico e à relação jurídica laboral.



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal

Saudação ao 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador

**Reunião pública ordinária da Câmara Municipal, em 30 de abril de 2014, no
Palácio Municipal do Sobralinho, sito na Freguesia da União das Freguesias de
Alverca do Ribatejo e Sobralinho**

Sabemos que, no atual quadro de dificuldade económicas e sociais que atingem o país, caracterizado por elevados níveis de desemprego e de precariedade laboral, os tempos não são fáceis para os trabalhadores portugueses.

Mas não podemos nem devemos perder a esperança e a confiança no futuro.

Tenhamos presente o espírito dos dias de Abril e de Maio de 1974 que alteraram para sempre o rumo da nossa História coletiva e depositemos todas as nossas esperanças nos portugueses, na sua coragem, no seu querer, na sua vontade, na sua determinação, no seu empenho, certos e convictos de que, como em todos os outros momentos difíceis da nossa História nacional, saberemos e iremos superar com êxito os problemas e as dificuldades que atualmente nos afetam como país e como povo.

Viva o 1º de Maio!

Viva o Concelho de Vila Franca de Xira!

Viva Portugal!

União das Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho e Palácio Municipal do Sobralinho, 30 de abril de 2014.

O Presidente da Câmara Municipal,

Alberto Mesquita -

Saudação ao 1.º de Maio

Não ao Empobrecimento, Defesa das Conquistas de Abril

A Revolução popular e democrática de 25 de Abril de 1974 originou o período de maior justiça social, progresso e desenvolvimento da História de Portugal.

Com o derrube do fascismo e a participação na grandiosa manifestação do 1º de Maio, que faz amanhã 40 anos, os trabalhadores e o povo conquistaram e afirmaram os seus direitos laborais, antes inexistentes, o direito ao trabalho, à greve, à retribuição na doença e na maternidade, à reforma, a férias pagas, ao salário mínimo, organização sindical livre e democrática, igualdade salarial entre homens e mulheres e tantos mais. Foi com a sua determinação e luta que criaram as condições para que, há 38 anos, esses direitos conquistados nos locais de trabalho e nas ruas, fossem consagrados na Constituição da República Portuguesa.

O período compreendido entre esta grande realização histórica nacional e o momento que vivemos, tem sido marcado por um longo e progressivo afastamento dos valores de Abril e conduziu o Povo e Portugal a um processo de empobrecimentos e endividamento, que culminou com a subjugação ao Memorando imposto pelo troica interna (PS/PSD e CDS) e a troica externa (FMI, BCE, UE), memorando esse que perpetua o rumo de declínio do país. Estamos a sofrer o mais rápido período histórico de empobrecimento dos trabalhadores e do Povo, de níveis historicamente negativos de recessão económica (-5,7%), de desemprego (16%), de dívida externa (+ de 213 mil milhões de euros). Portugal caminha para uma rutura social de consequências futuras imprevisíveis, mas que já se sentem atualmente no nosso concelho, sendo bem visível o aumento das situações de pobreza e desemprego dos homens, mulheres e jovens, que residem no concelho de Vila Franca de Xira.

Os Vereadores da CDU saúdam toda a população e apelam á sua participação nas comemorações dos 40 anos do 1.º de Maio em Liberdade, 1ª de Maio dia de festa mas também de luta contra a ofensiva anti-laboral, pela defesa dos direitos conquistados, contra o desemprego e a precariedade, pelo trabalho com direitos, por melhores salários e reformas dignas, pelo respeito pelos trabalhadores. Valorizar o trabalho como fonte de riqueza determinante para o crescimento e o desenvolvimento da Sociedade. Solidarizar-se com as lutas dos trabalhadores, e exortá-los à defesa dos seus direitos e reposição dos que lhes foram inconstitucionalmente retirados.

Viva o 1º de Maio!

Vivam os Trabalhadores!

Sobralinho, 30 de Abril de 2014

Os Vereadores da CDU



Nuno Libório



Margarida Cavaleiro



Aurelio Marques

Ernesto Ferreira





Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE VASCO DA GRAÇA MOURA-----

O Sr. Vice-Presidente interveio, lendo um voto de pesar, que caso todos venham a concordar será do município de Vila Franca de Xira, pelo falecimento de Vasco da Graça Moura, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

Interveio o Sr. Presidente, perguntando se todas as bancadas se pretendem associar a este voto de pesar.-----

Tomou a palavra o Sr. Vítor Silva, dizendo que sim, e que os membros da Coligação Novo Rumo têm também uma pequena intervenção a fazer, na sequência da intervenção do Sr. Vice-Presidente, que leu seguidamente:-----

“Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Vereadores, Srs. distintos autarcas e colaboradores da câmara municipal, estimado público presente,-----

O PSD expressa o seu profundo pesar pela morte de Vasco da Graça Moura, destacado membro da vida intelectual e política portuguesa.-----

Portugal perde hoje um dos seus maiores portugueses, defensor incansável da língua e cultura portuguesa.-----

Licenciado em Direito, Vasco da Graça Moura tornou-se um vulto maior da literatura portuguesa da segunda metade do século XX, granjeando um merecido e muito significativo conjunto de prémios e distinções.-----

Vasco da Graça Moura destacou-se ainda como político, quer como membro dos IV e VI governos provisórios, onde, com coragem de determinação, desempenhou os cargos de Secretário de Estado da Segurança Social e dos Retornados, quer como eurodeputado, onde foi a voz de Portugal na Europa.-----

Sempre ao serviço da causa pública, Vasco da Graça Moura foi também um extraordinário gestor público, dedicando-se a um vasto conjunto de cargos de carácter cultural.-----

Entre muitas outras realizações, o seu nome ficará para sempre ligado à Expo 98, um dos maiores eventos jamais realizados em Portugal, fruto também da sua visão e do seu empreendedorismo.-----

O PSD expressa as maiores condolências à família deste grande português, a quem tanto devemos, e cujo nome nunca será esquecido, e nunca será demais



Deliberação nº **252**



Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

Voto de Pesar do Município de Vila Franca de Xira

Vasco da Graça Moura

(Foz do Douro, 3 de Janeiro de 1942 - Lisboa, 27 de Abril 2014)

Faleceu no passado dia 27 de abril o escritor **Vasco da Graça Moura**.

A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira expressa o seu pesar pela morte do escritor, ensaísta, dramaturgo, poeta e tradutor de grandes poetas, cronista, advogado, político, gestor cultural, nome cimeiro da cultura portuguesa da segunda metade do século XX.

Natural do Porto, licenciou-se em Direito e exerceu a profissão de advogado entre 1966 e 1983. No pós 25 de abril de 1974, adere ao Partido Social Democrata e exerce cargos políticos no âmbito dos IV e VI governos provisórios, respetivamente como Secretário de Estado da Segurança Social e Secretário de Estado dos Retornados. Foi deputado ao Parlamento Europeu, integrando o Grupo do Partido Popular Europeu, de 1999 a 2009.

Diretor de Programas da RTP (1978), Administrador da Imprensa Nacional-Casa da Moeda (1979-1989), Presidente da Comissão Executiva das Comemorações do Centenário de Fernando Pessoa (1988) e da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (1988-1995), Vasco da Graça Moura exerceu também o cargo de Diretor da Fundação Casa de Mateus, o de Comissário-Geral de Portugal para a Exposição Universal de Sevilha (1988-1992) e o de Diretor do Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura da Fundação Calouste Gulbenkian (1996-1999).

Em janeiro de 2012, Vasco Graça Moura foi nomeado para a presidência do Centro Cultural de Belém pela Secretaria de Estado da Cultura, cargo que exercia atualmente.

A sua obra literária inicia-se em 1963, com o título *Modo Mudando*, a que se vão somar dezenas de outros, de todos os géneros literários, até 2010, com *O Caderno da Casa das Nuvens*. Tradutor consagrado, distinguiu-se sobretudo com as traduções da *Vita Nuova* e da *Divina Comédia* de Dante, pelas quais lhe foi atribuído o Prémio

[Handwritten signature]

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ALVERCA DO
RIBATEJO E SOBRALINHO-----

O Sr. Presidente deu as boas vindas ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, dando-lhe a palavra.-----

Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, dando uma saudação de boas vindas à união das freguesias a que preside, referindo ser a primeira reunião de câmara nesta nova reforma administrativa, sobre a qual não foram consultadas e que lhes foi imposta. -----

Não tem muitas questões a colocar, porque a junta de freguesia tem canais abertos com a câmara municipal, o Sr. Presidente e todos os vereadores, o que lhe facilita muito o dia a dia, pois não necessita de aguardar por estas reuniões para as colocar. Trabalham todos os dias em conjunto, mas há uma questão que queria deixar publicamente, sobre as obras de saneamento nas ruas da Boca Lara, José António Carmo e de Diu. -----

Ontem a empresa que estava encarregada destas obras procedeu à pintura das passeadeiras, sendo que esta foi uma obra muito criticada, tanto pela oposição na câmara municipal, como na junta de freguesia, e por alguns moradores, mas quer publicamente deixar uma saudação de felicitação aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento por ter correspondido a um pedido antigo da junta de freguesia, que quando houvesse intervenções destas não se limitasse apenas a colocar o betuminoso nas valas, mas fizesse uma intervenção completa em toda a faixa de rodagem. -----

Este pedido foi ouvido, o Sr. Presidente do Conselho de Administração dos SMAS compreendeu, fez um esforço, foi um esforço acrescido para os serviços, mas foi conseguido.-----

Aquela obra demorou algum tempo, criou alguns constrangimentos à população, mas do modo como está justificou o tempo que demorou, e por isso queria deixar essa palavra de felicitação para os SMAS.-----

Prosseguiu, dizendo que uma vez que estão reunidos no Sobralinho, gostava que o Sr. Presidente pudesse fazer o ponto de situação das obras que também estão a decorrer por responsabilidade dos SMAS na estrada dos Baltares e na estrada da



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Atã 008

Reunião de 2014/04/30

Procº _____

Deliberação nº _____

Graciosa, assim como as obras na EB1 do Sobralinho.-----

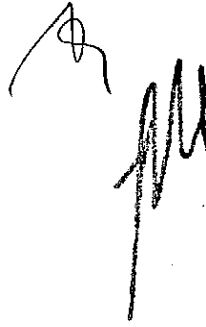
Referiu ainda que no centro de Alverca do Ribatejo existe um problema que se tem vindo a agravar ultimamente, que é do conhecimento de todos, a questão das ex-vivendas da OGMA – Indústria Aeronáutica, SA. Duas delas já estavam a ser ocupadas por pessoas estranhas e estavam em elevado estado de degradação, a semana passada uma nova vivenda foi arrombada e continua com as portas abertas, e a junta de freguesia tem comunicado estes casos e todos os acontecimentos à EMPORDEF – Empresa Portuguesa de Defesa SGPS, SA. -----

A junta de freguesia fez uma proposta à EMPORDEF, em dezembro, até para poder emparedar as portas e janelas e proceder a alguma limpeza, fez um contacto com um funcionário que disse que tinha recebido o ofício e que este ia ser analisado, a junta de freguesia reforçou este pedido no início de abril, e gostaria de saber se o Sr. Presidente tem algum conhecimento ou algo que possa acrescentar sobre estas vivendas, questão que está a preocupar a junta de freguesia, devido à sua localização, no centro da cidade, e por estarem a ser utilizadas por marginais. -----

Terminou, desejando um bom trabalho, uma boa reunião, e enviando cumprimentos a todos os funcionários, jornalistas e público em geral.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, cumprimentando todos os presentes, agradecendo a intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, referindo que gostaria só de lhe agradecer, se entendeu bem, que hoje está como presidente desta nova união das freguesias, e que no fundo é o Sobralinho a voltar a casa. Contudo, gostava de saber se entendeu bem e se as boas vindas que o Sr. Presidente deu, até na comemoração dos 40 anos do 25 de Abril e em véspera de comemoração do 1º de Maio, são extensíveis aos vereadores da Coligação Novo Rumo, já que em dezembro de 2012 um dos grandes defensores e arautos da democracia, não percebendo a democracia e a diferença de opinião, teve uma intervenção profundamente mal-educada e arrogante no Sobralinho, e não os cumprimentou, fazendo expressamente questão de dizer que não se deve dar as boas vindas a quem objetivamente não concorda e contribui para o fim da freguesia. -----

A diferença entre esta afirmação e o anterior regime é muito ténue, porque efetivamente não têm nenhuma dúvida que se essas pessoas tivessem poder, para



lá do poder de gerir meia dúzia de ruas do Sobralinho, com certeza que esses vereadores não saíam do Sobralinho para as suas casas, mas “quicá” do Sobralinho para a praça de touros de Vila Franca de Xira ou do Campo Pequeno, ou eventualmente para alguma “Caxias” que existisse perto.-----

É bom ter esta memória, porque às vezes as intervenções de cada um levam exatamente para o início da sua matriz antidemocrática e que não respeita efetivamente a opinião das pessoas.-----

Tinha que dizer isto porque as coisas ficam marcadas, gravadas e ditas, e realça também que o Sobralinho é tão importante, mas vê presente o Sr. Presidente da união das freguesias, e não vê a pessoa tão preocupada, o número dois do Sobralinho, e tão defensor da freguesia do Sobralinho.-----

Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, dizendo querer pedir desculpa ao Sr. Vereador não o ter cumprimentado, foi um lapso da sua parte, mas quer cumprimentar o Sr. Presidente da câmara, o Sr. Vice-Presidente, as Sr^{as} e Srs. Vereadores, que são todos muito bem-vindos à “freguesia do Sobralinho”, área territorial da união das freguesias. -----

O Sr. Vereador Rui Rei conhece-o perfeitamente para saber que não pactua e não partilha dos sentimentos que referiu, mas registou. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo julgar que os esclarecimentos estão dados, naturalmente que nestas reuniões é habitual vir somente o presidente da junta, é o que acontece, e relativamente à matéria que foi trazida, cada um assume os seus momentos e as intervenções, mas também quer referir que não vai fazer juízos de valor. Naturalmente comunga que, efetivamente, todos têm que ter sempre, apesar das suas divergências políticas, uma atitude de respeito e consideração. Ainda agora se leram votos de pesar de uma grande personalidade da cultura portuguesa, mas muito controversa em termos políticos, e isso não obstou a que todos estivessem imbuídos do espírito de realçar aquilo que verdadeiramente era importante na personalidade em causa. -----

Há momentos em que de facto, às vezes, no calor da luta política, vai-se para além daquilo que devia ficar marginalizado nessa mesma disputa política. -----

Crê que as questões estão absolutamente já salvaguardadas, houve o momento,

A

M

houve um segundo momento e o assunto, do seu ponto de vista está encerrado. ----
Interveio a Srª Vereadora Margarida Cavaleiro, referindo-se ao bairro fabril da
OGMA, questão muito pertinente colocada pelo Sr. Presidente da junta, Afonso
Costa, que os membros da CDU também tinham pensado referir, e em que
acrescenta duas ou três notas.-----

Em primeiro lugar, este bairro fabril está, inclusivamente, inventariado no sítio dos
monumentos.pt do IGESPAR, e aparece mencionado como “outros imóveis com
interesse” no Plano Diretor Municipal, embora no documento esteja referenciado,
por lapso, como sendo situado na freguesia do Sobralinho, e até parece que
antecipava esta união.-----

Além da questão de saúde pública e de problema social que ali existe, não são
meros edifícios, são edifícios integrados no património industrial, que contam a
história do concelho, foram inclusivamente muito vividos por muita gente da
freguesia de Alverca, uma vez que, em tempos, como é sabido, funcionou lá, nos
primórdios da existência do CEBI, esse apoio à família, e muitos adultos hoje
passaram por ali. -----

É portanto também uma questão de memória coletiva e presença na cidade, que
deveria ser preservada, e é uma tristeza ver como se encontra, pelo que reiteram a
pergunta, no sentido de saber como é que ficou aquele compromisso por parte da
EMPORDEF, muito embora não lhes pareça, de facto, a intervenção mais adequada,
mas enfim, admitem que seja de carácter urgente e mesmo provisório, o
emparedamento das portas e janelas comprometido com o responsável da
EMPORDEF. -----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, apelando à compreensão do Sr. Presidente,
referindo, como é óbvio, que não vai apreciar a intervenção do Sr. Presidente da
junta, mas deve dizer que o mesmo, quando referiu que a oposição, que inclui os
membros da CDU, criticou a obras de saneamento na zona da rua da Boca Lara,
rua Diu e outras artérias, já agora poderia ter dito também que o problema que os
moveu não foi a obra em si.-----

O que os moveu foi a falta de coordenação e o tempo da realização dessa obra, e
precisamente o facto de, mais ou menos há 2 anos atrás, na mesma área se ter
realizado uma obra de idêntica dimensão, assumida em reunião de câmara pelo



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata **011**

Reunião de 2014/04/30

Procº _____

Deliberação nº _____

então presidente do conselho de Administração dos Serviços Municipalizados, e foi-lhes dada a garantia de que tudo ficaria resolvido do ponto de vista da rede pluvial e de saneamento. Porém, não foi bem assim, essa informação não era rigorosa, e teve que se desmanchar algum do trabalho que foi feito, com grave prejuízo económico para o orçamento do município. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que não vai falar na união das freguesias, até porque haverá oportunidade mais à frente, mas agradecer a presença do Sr. Presidente, hoje presidente da grande junta de freguesia ou da União das Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, que pensa que terá cada vez mais condições para realizar um grande trabalho ao serviço da população desta região e área, desde que para isso tenha meios e condições para o fazer. -----

Sobre as questões em concreto desta freguesia, gostaria de voltar a questionar o ponto de situação das obras na estrada dos Baltares, em que pensa que agora são os SMAS que estão a intervir, versus todas as intervenções anteriores, e como é que este processo irá terminar. -----

Interveio o Sr. Presidente, solicitando ao Sr. Vereador António Oliveira para dar as devidas respostas às questões colocadas pelo Sr. Presidente da junta, no que diz respeito à obra de saneamento das ruas da Boca Lara e de Diu. -----

No fundo o Sr. Presidente vem-se congratular com aquilo que se fez, mas como da bancada da CDU foram também colocadas questões sobre a matéria, aproveita e fala sobre as duas, respondendo ainda às intervenções sobre a estrada dos Baltares, que foram referidas pelas bancadas da CDU e da Coligação Novo Rumo. ---

Solicita ainda ao Sr. Vereador que responda à questão do ponto de situação do arranque da obra da nova escola do Sobralinho. -----

Sobre as vivendas das OGMA, e o vandalismo que está a acontecer, é uma matéria que de facto a câmara municipal conhece, e foi dito claramente à EMPORDEF, numa reunião que se teve, que aquele património lhe pertence e tem de cuidar do mesmo. -----

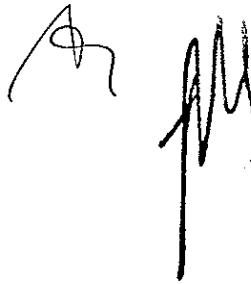
Crê que a motivação da EMPORDEF é tentar que a câmara municipal venha a adquirir aquelas vivendas, mas esta tem de priorizar as suas intervenções e só poderia adquirir aquelas vivendas caso a negociação fosse interessante, só que ainda não tem nenhuma proposta em cima da mesa para analisar, e por outro lado



Reunião de 2014/04/30

Deliberação nº

As vivendas estão extremamente degradadas e a sua recuperação custará milhares e milhares de euros, por isso é preciso também que todos, e não só o presidente da câmara ou os vereadores que gerem a câmara municipal, opinem sobre esta matéria. É uma reflexão muito mais ampla, pelo que continuar-se-á a acompanhar a situação, tentando obviamente ir resolvendo as questões imediatas, porque para as questões de fundo ainda não há uma perspetiva. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

DESPEDIMENTO COLETIVO NA CIPAN -----

Interveio o Sr. Vereador Ernesto Ferreira, dizendo que gostaria de aproveitar para colocar uma questão que infelizmente vem um pouco na senda que a saudação sobre o 1º de Maio traz, tendo a ver com aquilo que chegou ao conhecimento dos membros da CDU acerca da Cipan.-----

Têm conhecimento que a Cipan se prepara para fazer mais um despedimento coletivo de 65 trabalhadores, é o que sabem e ouviram, e gostariam neste caso de perguntar e sugerir se a câmara municipal tem conhecimento da situação. -----



Entendem que se deveria tentar perceber, não se conhecendo o que se passa, pois é mais uma empresa numa área da indústria farmacêutica laboratorial que cria problemas, que vai agravar a situação já existente no concelho, bem como tentar perceber, junto da administração da empresa, se não há volta a dar, e o que se pensa fazer, tendo em conta, como falou na saudação que apresentou, a situação conhecida de todos, e não só infelizmente no concelho, mas no geral. -----

Gostariam de saber o que se passa de facto com esta empresa, e se há alguma possibilidade de, além de outras iniciativas que possam ser tomadas por parte da câmara municipal para tentar saber, perceber se é mesmo assim. A ideia que têm é que é, mas gostariam de saber se há ainda alguma coisa que se possa fazer. -----

Interveio o Sr. Presidente, solicitando aos serviços que pudessem distribuir a cópia que tem neste momento de um ofício que enviou ao conselho de administração, na pessoa da Drª Teresa Alves, a pedir-lhe explicações e esclarecimentos sobre se aquilo que se ouviu sobre este despedimento correspondia à verdade e por que motivo aconteceu.-----

Era fácil perceber que esta questão iria ser colocada na reunião de câmara, razão pela qual veio munido com as cópias necessárias, tendo neste ofício que enviou, por um lado, solicitado explicações e esclarecimentos, e por outro pedido uma reunião com carácter de urgência, para se deslocar à Cipan, e de viva voz perceber o que está a acontecer.-----

Deste modo, fica a aguardar essas explicações, para posteriormente poder também, numa próxima reunião de câmara, com outros dados que não tem agora, dar informação. -----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

OBRAS DE ACESSO AO NOVO HOSPITAL DE VILA FRANCA DE XIRA-----

Interveio o Sr. Vereador Ernesto Ferreira, dizendo que há poucos meses, cerca de 1 ano, concluíram-se as obras de acesso ao novo hospital de Vila Franca de Xira, e pelo menos o próprio, mas não só, para as dezenas, centenas ou milhares de pessoas que passam naquela zona, pensou que seria de aproveitar para reparar aquela berma da estrada que está entre a rotunda de acesso ao hospital e a que está em frente ao espaço comercial Lidl. -----

Aquele espaço está extremamente degradado, com buracos, com camiões pesados a estacionar, no inverno está cheio de água, e há uma questão que é verdade, não se aproveitou para arranjar. A rotunda fez um bocadinho de passeio, mas neste momento a calçada até está toda levantada, e não sabe de quem é a responsabilidade da obra, mas chama a atenção que houve um ou dois despistes, e aquele bocadinho da calçada que foi feita a seguir à rotunda, no sentido da Castanheira do Ribatejo, do lado direito, está levantado, e pensa que isso não foi tomado em atenção.-----

Gostaria de alertar e chamar a atenção para a possibilidade da câmara municipal alterar aquilo, com a junta de freguesia, Estradas de Portugal e os espaços comerciais que ali estão, quer o Lidl, quer o Continente, dado que a zona é utilizada nomeadamente por quem vive em Povos, para o acesso pedonal àquela área. É uma coisa que deveria ser feita, dado que não foi, pensa que as obras deverão estar terminadas, e gostariam que fosse possível alterar aquilo, no sentido de melhorar as condições de acesso àquela zona. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que esta questão tem vindo a ser conversada com a Estradas de Portugal. -----





Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

SERVIÇO DE FINANÇAS -----

Interveio a Srª Vereadora Margarida Cavaleiro, lembrando que tem muito gosto em vir hoje pessoalmente ao sítio fantástico que é o Palácio do Sobralinho, um espaço de que gosta tanto, como se de sua casa se tratasse, e gostaria ainda mais que mais munícipes tivessem oportunidade de a acompanhar neste sentimento, de o conhecer e vivenciar, e que houvesse mais oportunidades. Em todo o caso, a bancada da CDU terá ainda oportunidade de falar sobre esse assunto.-----

Uma primeira questão que gostaria de levantar respeita aos serviços de Finanças, dizendo que na semana passada houve mais uma má notícia do Governo central, anunciando o encerramento de 50% das repartições de Finanças do país. Vila Franca de Xira é um concelho extremamente populoso, e eventualmente poderá não passar por isso, mas não deixa no entanto de ser uma medida condenável, que vai afastar mais uma vez o poder central e os serviços públicos da população.-----

Relembra que em 2008 foi anunciando como estando em grande andamento a abertura do terceiro serviço de Finanças para o concelho, que seria aberto na Póvoa, e recorda que a Póvoa agora está unida à freguesia do Forte da Casa, e tem uma população superior a 40 000 habitantes, portanto é a maior união de freguesias, com mais população do concelho. -----

Assim, no caso de Vila Franca de Xira, e eventualmente outros, não querem ou não podem abdicar de nenhum serviço de Finanças, pelo contrário, mereceria ter o terceiro serviço de Finanças a funcionar na Póvoa de Santa Iria, como anunciado em 2008. -----



Reunião de 2014/04/30



Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
ELEIÇÕES EUROPEIAS -----

Interveio a Sr^a Vereadora Margarida Cavaleiro, salientando que os membros da CDU têm uma preocupação em relação às Eleições Europeias, que tem a ver com as mesas. As secções de voto funcionarão em escolas, e está-se a falar de um período letivo, existem escolas que vão encerrar na sexta-feira de tarde e na segunda-feira de manhã, antes e depois do ato eleitoral, e parece-lhes, ainda mais dadas estas circunstâncias, pois este período letivo é muito curto, tem alguns feriados, os alunos vão ter várias avaliações importantes e nacionais, que esta interrupção letiva é prejudicial para os alunos, para o corpo docente, ou seja, para o bom funcionamento deste serviço público que é a educação. -----

Nesse sentido, apelam à câmara municipal para, em futuras oportunidades, procurar alternativas, para que não se prejudique a atividade letiva das escolas, e também não entendem muito bem por que é que, admitindo que as secções de voto são instaladas, crê que em duas ou três salas, ou eventualmente num ginásio, será necessário encerrar a escola e os seus serviços.-----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo não saber se o Sr. Vice-Presidente tem alguma informação, de qualquer modo é uma matéria que é gerida pelas respetivas juntas de freguesia, no entanto o Dr. Fernando Barreiros certamente tomou boa nota da questão e tentar-se-á perceber o que está a acontecer. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
CENTRO DE FORMAÇÃO DO INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL
DE ALVERCA DO RIBATEJO-----

Interveio a Srª Vereadora Margarida Cavaleiro, alertando para uma coisa que está à vista de todos, que são as instalações do centro de formação do Instituto de Emprego e Formação Profissional de Alverca do Ribatejo, que de facto têm vindo a ser ampliadas, aumentadas, sempre com um carácter provisório, pelo menos assim os contentores o anunciam. Servem milhares de pessoas, não só do concelho, mas de outros limítrofes e, de facto, não cabendo responsabilidade à câmara municipal, uma vez que é uma instituição da administração central, parece-lhes que a mesma deverá ter um papel de sensibilização para a melhoria das condições daquelas instalações públicas e de serviço público.-----

Naturalmente que existiu, e infelizmente continua a existir, um grande acréscimo de desemprego e necessidade de formação profissional de desempregados, e querem no futuro que deixe de ser assim, que se volte a ter uma realidade o mais próxima possível do pleno emprego, obviamente que é essa a senda da CDU e do PCP, mas em todo o caso a formação profissional não está “pendurada” no desemprego, como é evidente, deve-se pautar e pauta-se por ter um serviço de formação profissional eficaz, e aquelas instalações mereciam realmente outro tipo de condições.-----

O Sr. Presidente interveio, referindo que aquilo que pode dizer é que é uma manifestação de preocupação que a Srª Vereadora traz, na medida em que a competência da câmara municipal é solicitar também informação em relação a obras que sistematicamente se estão a fazer, sendo a formação dada em condições precárias, no sentido de perceber qual é o plano. Não poderá fazer mais do que isso, mas nas reuniões que vão tendo pedir-se-á essa explicação.-----





Deliberação nº _____



Reunião de 2014/04/30

Deliberação nº

Juridicamente ainda não tem informação se há competência da parte da Promocasa para fazer aquele tipo de concessões, mas espera em próxima oportunidade ter essa informação. -----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS -----

Interveio a Srª Vereadora Margarida Cavaleiro, reportando-se à recolha dos resíduos sólidos urbanos ao longo da última semana, em que, de facto, se verificou nalguns pontos do concelho, e conhece pessoalmente dois em Alverca, mas tem nota de outros sítios onde ocorreu a mesma coisa, um grande acumular de papelão e embalagens junto a ecopontos e ilhas ecológicas, como não se lembra de alguma vez ter visto. Mesmo em alturas de Natal onde há, infelizmente, um grande acréscimo de depósitos, ou em alturas de greves, não se recorda de ter visto efetivamente montes tão grandes de papel e embalagens.-----

No caso do papel, com o vento voa pelas ruas foras, pelo que se viveu realmente, nesta última semana, um período muito estranho do ponto de vista da recolha dos resíduos sólidos urbanos, e os membros da CDU gostariam de saber se houve realmente algum problema, ou o que está a acontecer, além de considerarem que as recolhas não são tão frequentes como deveriam. Nesta situação parece que houve um problema, que pensam que talvez possa ser pontual, mas gostariam de ter conhecimento sobre ele. -----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, reportando-se a esta questão, que os membros da Coligação Novo Rumo têm vindo a levantar, e dizendo que gostavam que o Sr. Presidente tivesse uma explicação para a recolha dos lixos no concelho de Vila Franca de Xira. -----

Efetivamente, um pouco por todo o concelho, mas em particular na cidade de Alverca do Ribatejo, houve um acumular de lixo na última semana, e gostavam de saber o que é que efetivamente se passou, se há algum problema com os veículos para a recolha do lixo, se há menos trabalhadores ao serviço do município. O que é que aconteceu para que se acumule desta forma o lixo nos contentores?-----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que o Sr. Vice-Presidente falará sobre esta matéria, mas pode só dar uma pequena informação, que será complementada, que é o facto de a câmara municipal ter assistido, no último ano, à saída de imensos trabalhadores, e tem um problema complicado. O próprio deu instruções para, no âmbito do concurso, se preencherem imediatamente as vagas que estavam previstas no quadro de pessoal, e os trabalhadores vão entrar, mas é



Reunião de 2014/04/30



Deliberação nº

manifestamente insuficiente, na medida em que eram umas dezenas largas de trabalhadores e agora estão reduzidas quase para metade.-----

Tendo em vista as dificuldades que a legislação impõe em termos de se poderem admitir mais trabalhadores, certamente que vão ter de se encontrar outras soluções.

O Sr. Vice-Presidente poderá falar sobre essa matéria, porque o executivo está preocupado, mas no quadro atual certamente vão existir num ou outro aspeto algumas dificuldades. -----

Por outro lado, no quadro da Valorsul, no âmbito dos valores que cabem à câmara municipal em termos de dividendos, vai avançar com o pedido de 2 novos carros para a frota de recolha, porque alguns já são muito antigos, com reparações sucessivas, e a frota tem que ser renovada.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

ESTRADA NACIONAL 10 – TROÇO ENTRE ALVERCA DO RIBATEJO E ALHANDRA-----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, cumprimentando todos os presentes, e dizendo, como é quase sempre timbre seu, mas também há exceções, que vai tentar ser sintético e direto.-----

Os membros da CDU já têm levantado várias vezes uma questão, que os preocupa muito, e pensa que a todos, a mobilidade na EN 10, mais concretamente entre Alverca e Alhandra, em que cada vez existe menos fluidez de trânsito. Lembram que aquando do licenciamento do empreendimento da Norcentro, esse licenciamento obrigava à duplicação da via entre a Norcentro e a Palmolive, que agora é Multiflow, e nem sabe se já mudou de nome recentemente, mas pensa que ainda se mantém. -----

Essa situação nunca foi efetivada, o que trouxe e agravou problemas de mobilidade no local, e gostariam de saber do Sr. Presidente e do seu executivo em que ponto se encontra a situação da duplicação da via neste espaço. Agora a mobilidade agravou-se, na opinião que têm, com o novo empreendimento na zona da SIMA, entre a Colgate/Multiflow e a Previdente, e esse empreendimento vai aumentar desmesuradamente o volume do trânsito pesado, em que presume que serão largas dezenas de veículos, com o respetivo impacto rodoviário. -----

As saídas que se têm destas zonas são as de Alverca, para a autoestrada, ou Alhandra/Vila Franca de Xira, dos nós de Vila Franca de Xira e também o significativo, o nó do Sobralinho. Gostariam de saber qual é a situação e o parecer da câmara municipal sobre estas questões. -----

Para além disso também há faltas de passeios, e todo esse bloqueio, mas para sintetizar certamente que se fez compreender. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, chamando a atenção para a necessidade de resolver este nó górdio que existe no Sobralinho, entre Alhandra e Alverca do Ribatejo, e a utilização das vias interiores do Sobralinho para serem mais ou menos uma variante à EN 10. -----

Pensa que era importante que a câmara municipal, em conjunto com a Estradas de Portugal, pudesse efetivamente encontrar uma solução de reperfilamento da EN 10, da intervenção na rotunda da EN 10 no Sobralinho, e consequentemente da



Reunião de 2014/04/30

Deliberação nº

outra rotunda, ou uma situação que permita mitigar de alguma forma aquele cruzamento entre o Sobralinho e a estrada da Calhandriz, avaliando, juntamente com a Estradas de Portugal, a questão do nó de acesso do Sobralinho, com as estimativas de tráfego que estão feitas, pensadas ou devem ser discutidas para o nó de acesso do Sobralinho, com o respetivo estudo e contagem de tráfego, verificando-se se é ou não necessário e atrativo. -----

Os membros da CDU pensam que sim, mas deveria ser efetivamente uma prioridade. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que esta questão da mobilidade na EN 10 já conheceu momentos piores, e por motivos maus. Efetivamente, com o arrefecimento da economia, a afluência naquela estrada é menor, de qualquer modo tentar-se-á que se concretize aquilo que estava previsto. -----

Quanto ao nó do Sobralinho, é uma matéria que está sempre em cima da mesa, bem como a questão das rotundas da EN 10.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Atã **024**

Reunião de 2014/04/30

Procº _____

Deliberação nº _____



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

ERMIDA DA NOSSA SENHORA DE ALCAMÉ-----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referido que em tempos atrás levantou a questão das obras da recuperação da Ermida da Nossa Senhora de Alcamé, e o Sr. Presidente aceitou pacificamente as suas sugestões, e disse que iria ter contactos com o presidente da Companhia das Lezírias. Os festejos da Senhora de Alcamé estão-se a aproximar, serão em 9 ou 10 de junho, e os membros da CDU gostariam de saber se o Sr. Presidente já tem algo a dizer sobre os contactos que fez ou que não fez. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que numa reunião realizada com as tertúlias esta matéria foi colocada, e foi possível encontrar uma solução, em que a câmara municipal disponibilizava materiais, e a comissão da romaria de Alcamé estava disponível para fazer alguns trabalhos, mas a autarquia também vai ajudar.-----

O próprio já contactou o presidente da Companhia das Lezírias, para também, no âmbito das suas competências, poder ajudar. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

PEDIDO DE REUNIÃO DOS COMERCIANTES – VILA FRANCA DE XIRA-----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que há umas reuniões atrás questionou o Sr. Presidente sobre um pedido de reunião dos comerciantes das ruas Serpa Pinto, Cândido dos Reis e Combatentes da Grande Guerra, em Vila Franca de Xira, e o Sr. Presidente disse que ia fazer também algumas ações sobre esta situação, e não vai citar quais foram, mas gostaria de saber se já há dados novos, se há perspectivas dessa reunião se efetivar, ou em que ponto está essa situação. ---

Respondeu o Sr. Presidente, em relação a este assunto, que o presidente da câmara municipal vai receber os comerciantes, e os comerciantes, se quiserem falar com mais alguém, depois farão diretamente esses pedidos. -----



Recebeu uma carta a esclarecer a primeira carta, referindo que, de facto, solicitavam uma reunião, e é essa reunião que vai brevemente agendar. -----

Relativamente à outra carta, que até era um pouco confusa, respondeu, dizendo que tinha uma reunião com a ACIS, o que aconteceu, mas na resposta disseram-lhe que não tinham nada a ver com a ACIS, e não querem saber da ACIS.-----

Há de facto uma coisa muito interessante, ou seja, o próprio julgava que uma associação que representa os comerciantes poderia ser um fator interessante em termos de contato e de reunião, mas parece que não. -----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, perguntando ao Sr. Presidente se era só o seu executivo que iria à reunião com os comerciantes. -----

Respondeu o Sr. Presidente que os comerciantes pediram várias reuniões, e nesta nova carta claramente pedem uma reunião, daquilo que interpreta, à câmara municipal, e o presidente da câmara vai recebê-los. Depois, se os comerciantes tiverem necessidade de falar com quem bem entenderem, depois falarão. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

SALINAS DE ALVERCA DO RIBATEJO -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU voltam a apelar à habitual compreensão do Sr. Presidente, sabendo que o tempo, da parte dos mesmos, certamente foi esgotado, mas ainda têm mais alguns assuntos de natureza muito importante para colocar.-----



Prosseguiu, cumprimentando todos os presentes, e dizendo que não vai dar grande relevância, nem é hábito da CDU, mover-se por aquilo que se diz ou escreve na comunicação social, embora sendo importante para estarem devidamente e rigorosamente informados, de qualquer forma, porque estiveram na última assembleia municipal, a propósito de uma tomada de iniciativa para a defesa das salinas de Alverca, encaram as declarações do Sr. Presidente para a comunicação social, uma vez mais, como declarações bastante preocupantes.-----

O Sr. Presidente continua a insistir no erro de que a câmara municipal poderá violar o Plano Diretor Municipal, e sobre essa matéria a CDU gostaria de lhe dar a seguinte recomendação: Em primeiro lugar, nos termos do atual Plano Diretor Municipal, nenhuma pretensão imobiliária, seja de que natureza for, pode ser licenciada no espaço de salinas entre Alverca e o Forte da Casa, Póvoa de Santa Iria, como todo e qualquer “agente” político desta câmara municipal que ouse fazê-lo, incorre, entre outras sanções, com a perda de mandato.-----

Portanto, gostaria de dar este conselho ao Sr. Presidente, e o mesmo entenderá como bem como quiser esta sugestão e conselho, mas gostaria de lhe perguntar, de uma forma muito simples, se confirma que, sendo também titular do pelouro do urbanismo, tem mantido ou não contactos com o fundo imobiliário em questão, no sentido de lhe dar toda e qualquer margem de manobra para continuar com a intenção de licenciar a área das salinas. É uma pergunta simples: confirma ou não a existência de contactos entre a câmara municipal e os representantes deste fundo imobiliário, para levar a cabo o processo de licenciamento. -----

Face à resposta do Sr. Presidente, os membros da CDU tomarão as respetivas medidas.-----

O Sr. Presidente interveio, referindo que esta matéria é muito apetecida em termos políticos, e o que costuma dizer é que é sempre dinheiro em caixa. Há determinado



tipo de matérias em que é sempre dinheiro em caixa, e politicamente é sempre bastante lucrativo. -----

Relativamente às salinas, não retira, nem mais nem menos, aquilo que disse na assembleia municipal. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que então é muito grave aquilo que o Sr. Presidente disse. -----



Respondeu o Sr. Presidente que é a opinião do Sr. Vereador Nuno Libório, que respeita, naturalmente. Também tem uma responsabilidade sobre estas matérias, que é a de encontrar soluções, no limite do equilíbrio e do bom senso que deve presidir a todos os atos da vida, até nestes. Por isso, mantém aquilo que disse na assembleia municipal, e está convicto do que está a dizer. -----

Aqui e acolá há conversas sobre estas matérias, de alguém que tem ali um terreno, em que a câmara municipal estabeleceu um protocolo, e é natural que alguém que inclusivamente está a querer avançar com uma ação contra a câmara municipal, numa ou outra situação, pergunte à mesma qual é o ponto de situação, e como é que pretende resolver o problema. -----

São estas as questões que lhe parecem absolutamente normais, e o anormal era não haver, de facto, contactos. -----

Interveio de novo o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que essa é que é a pergunta dos membros da CDU. -----

Prosseguiu o Sr. Presidente, mencionando que o que a câmara municipal disse é aquilo que o próprio disse na assembleia municipal. -----





Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
ALFÂNDEGA PARK – ALVERCA DO RIBATEJO -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que os membros da CDU têm conhecimento que o Sr. Presidente, ou alguém da câmara municipal, e não tem o rigor necessário para fazer a afirmação, terão recebido munícipes do concelho a propósito do estado de degradação e da insalubridade a que chegaram as traseiras do complexo Alfândega Park.-----

Como todos sabem, é um processo licenciado pela câmara municipal, que não está concluído em termos de obra, mas que hoje, face ao abandono da obra em questão, constitui-se como um sítio marginal.-----

Aquilo que lhes foi dado a conhecer é que a câmara municipal, compreendendo e aceitando as preocupações dos trabalhadores da Alfândega, por exemplo, disse que essa seria uma responsabilidade de quem abandonou a obra. Querem acreditar que a câmara municipal tomou em boa linha de conta todas as preocupações, de todos aqueles que trabalham ou frequentam este empreendimento comercial, e a pergunta, muito concreta, é no sentido de saberem o que a câmara municipal fez, no sentido da notificação para repor as condições de higiene e salubridade, e também, do ponto de vista da conclusão da obra, o que se poderá esperar do promotor respetivo.-----

Interveio o Sr. Presidente, respondendo que já colocou a questão aos seus colegas, e ninguém recebeu os munícipes, o que não quer dizer que o problema não exista, e não tenha que ser resolvido. Não houve reunião, mas vai-se verificar a questão, e notificar. Não sabe como se encontra o processo, mas vai-se saber. -----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

QUINTA MUNICIPAL DO SOBRALINHO -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU saúdam a decisão de se realizar a reunião de câmara no Palácio do Sobralinho, nesta quinta que é de propriedade municipal, mas custa-lhes entrar no edifício que não tem a atividade que deveria ter, e custa-lhes admitir que a câmara municipal continua a insistir em não programar iniciativas de vulto para que esta quinta municipal, e todo o seu vasto património, estejam efetivamente ao serviço das populações.-----
Custa-lhes que não haja qualquer tipo de intenção declarada para se perceber o que pode ser feito a bem da proteção desta quinta, da valorização do seu património, e da dinamização sociocultural do ponto de vista da potencialidade que ela encerra.-----

Falam, obviamente, da zona ajardinada, da zona agrícola, da potencialidade do ponto de vista patrimonial, sendo absolutamente lamentável que a câmara municipal, sobre as quintas municipais, assuma e confesse que nada tem para dizer ou apresentar do ponto de vista da valorização do património, que é raro e deveria ser uma grande oportunidade, até do ponto de vista económico e da sua rentabilização para o concelho de Vila Franca de Xira. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, reportando-se ao Palácio do Sobralinho, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo depois poderão apresentar a questão mais em concreto, mas gostariam que a câmara municipal lançasse um concurso de ideias para a utilização, exploração e fruição do Palácio do Sobralinho. Do ponto de vista que têm não é aceitável que o palácio não tenha uma fruição pública, que não está impedido de a ter, ela não pode ser dada por decreto, e é possível que todos possam fruir do Palácio do Sobralinho, mas é também uma necessidade que tenha outras possibilidades, que leve a que a câmara municipal possa incrementar toda a sua área para que os munícipes desta união de freguesias e do lugar do Sobralinho, em conjunto com todo o concelho e toda a área metropolitana, possam efetivamente dele fruir.-----

Consideram que seria muito importante lançar um concurso de ideias para que se possam ter outras oportunidades e horizontes na exploração deste palácio, que pode inclusivamente passar pela reforma agrária, não têm nada contra isso, se for



Reunião de 2014/04/30

Deliberação nº _____

Surgiu uma ideia interessante, da parte da Coligação Novo Rumo, que é uma sugestão de concurso de ideias sobre a utilização do Palácio do Sobralinho. É uma ideia interessante, que se vai estudar. -----



Reunião de 2014/04/30

Deliberação nº

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que já pediu informação, no quadro do estudo que foi feito, do que é que pode ser recuperado sem infringir as condicionantes que o IGESPAR de então, agora IPPAR, e pensa que ainda se mantém o nome, mas não tem a certeza, colocou à câmara municipal.-----



Reunião de 2014/04/30

Deliberação nº _____

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, voltando a chamar à atenção que os membros da Coligação Novo Rumo continuam sem resposta relativamente à situação da antena da J B Fernandes, no Forte da Casa, e da torre que está um pouco mais à frente, pois era importante avaliar.-----



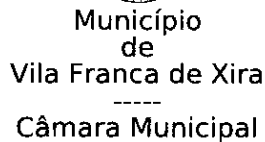
Deliberação nº _____

Interveio o Sr. Presidente, dizendo pensar que já tinha sido entregue o “layout” das rotundas, pelos vistos ainda não foi, e solicita ao diretor do Departamento de Gestão Urbanística, Planeamento e Requalificação Urbana que veja o que se passa.



Deliberação nº

Quando o Sr. Vereador referiu que se lamentou o facto das decisões que se tomaram na reunião de câmara punham em causa a abertura do funcionamento do mercado de levante, o executivo estava única e exclusivamente a falar do parque de estacionamento. -----



Deliberação nº _____

Interveio o Sr. Presidente, referindo que ainda não tem nenhuma novidade sobre esta matéria, e quando houver naturalmente que será marcada uma reunião extraordinária para se tomar uma posição. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Atã **036**

Reunião de 2014/04/30

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

SILO AUTOMÓVEL – PÓVOA DE SANTA IRIA -----



Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo-se ao silo automóvel, na Póvoa de Santa Iria, chamando a atenção da câmara municipal para uma questão que tem a ver com o parque à superfície que está neste momento aberto. Está aberto, mas não está preparado para estar aberto e tem os cabos que abastecem de energia elétrica a iluminação pública existente, completamente à vista, e inclusivamente há um aparelho metálico coberto de alcatrão, que está à vista, com os respetivos cabos.-----

Com o sol está a derreter, e é preciso ter cuidado, porque pode efetivamente acontecer alguma coisa. Os cabos estão mesmo encostados à parede, porque os moradores os encostaram à parede, e convinha que a câmara municipal verificasse este processo, porque se o parque não tem condições, é melhor estar fechado do que estar nestas condições. Se é para estar aberto, é preciso que se acondicionem estes cabos, de forma a não ter nenhum problema desnecessário em todo este processo. -----

Interveio o Sr. Presidente, solicitando ao diretor do Departamento de Gestão Urbanística, Planeamento e Requalificação Urbana que veja o que se passa em relação ao autossilo e as questões que foram colocadas, porque, a ser como o Sr. Vereador disse, é grave.-----



Deliberação nº _____



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
REQUERIMENTO Nº 18/2014 – SERVIÇOS DO LNEC NO ATERRO SANITÁRIO DO
MATO DA CRUZ-----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, apresentando um requerimento, em nome dos membros da Coligação Novo Rumo, sobre os serviços do LNEC no aterro sanitário do Mato da Cruz, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

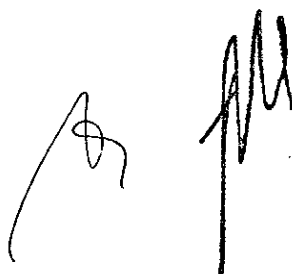
O Sr. Presidente interveio, dizendo que esta matéria dos lixiviados é de facto grave e o executivo municipal tem conhecimento. Chegou-lhe essa informação e enviou de imediato um ofício à administração da Valorsul, com pedidos de esclarecimentos imediatos sobre o que se está a passar. -----

No dia 5 de maio vai haver uma reunião na administração da Valorsul, onde estará presente o Sr. Vereador António Oliveira, tendo-lhe dado instruções em dois sentidos, e o primeiro é que enquanto este problema não estiver esclarecido o aterro do Mato da Cruz deverá ser encerrado.-----

Recebeu ontem um e-mail, dizendo que a central irá estar parada um mês e meio, o que é muito curioso, porque numa situação de privatização era preciso mostrar resultados. Isto quer dizer que as manutenções que deviam ter sido feitas em 2012 e 2013 não foram feitas, e agora têm que se fazer grandes manutenções, o que vai fazer com que a central esteja parada. O que vai acontecer é que vai ter que se distribuir pelos aterros do Mato da Cruz e do Cadaval, pois o aterro do Mato da Cruz não vai conseguir resolver o problema de uma paragem tão longa. -----

Por isso, as instruções que deu ao Sr. Vereador para a referida reunião foi de que enquanto o problema de reparação que existe no Mato da Cruz não estiver resolvido a central tem de continuar a funcionar, porque não é possível, por um lado, ter a central parada, e por outro ter-se um problema de lixiviados, em que não se sabe qual é a dimensão, na medida em que a Valorsul só por si não conseguiu resolvê-lo, não consegue detetá-lo, e pediu a colaboração ao LNEC, que está a ser prestada através de estudos científicos, pelo que a situação não é simples. -----

Uma vez que não é simples, mais vale parar, e tentar perceber o que se está a passar. -----



Por isso, aquilo que o executivo tem vindo a fazer foi pedir explicações. Na próxima reunião de administração esta matéria será colocada, e no dia 7, salvo erro, há assembleia-geral da Valorsul, onde o próprio também estará presente e vai manifestar a sua preocupação, inclusivamente por um acionista, que tem no seu território o aterro, não ter sido informado logo à partida do que estava a acontecer, e veio a saber deste problema por outras vias.-----

As iniciativas que foram tomadas foram estas, e confessa que está muito preocupado.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que os membros da CDU agradecem bastante a partilha da informação do Sr. Presidente, na sequência da apresentação do requerimento do PSD, e ficam à beira da revolta em relação a toda esta situação, que é absolutamente inaceitável.-----

A confirmar-se que há uma situação de grave rutura do sistema de proteção ambiental do aterro do Mato da Cruz, e neste momento não haver sequer a noção da dimensão do impacto ambiental negativo junto das respetivas populações e de todo o meio ambiente, nem tão pouco a perspetiva de como tudo isto se vai resolver, para mais com a informação que o Sr. Presidente partilhou, de que há uma iminente paragem técnica do incinerador, é caso para perguntar se se está a brincar com coisas sérias.-----

Se for essa a modalidade do acionista EGF, pensa que o Sr. Presidente deveria assumir como sua responsabilidade, imediatamente e sem mais demoras, pedir a convocação de uma reunião extraordinária para a reparação de uma situação que pode ter graves consequências ambientais para as populações.-----

De facto é uma situação absolutamente insólita e esperam bem que no mais curto espaço de tempo, em primeiro lugar, como disse, seja rapidamente esclarecida, em segundo lugar que sejam desenvolvidos todos os meios procedentes à reparação daquilo que tem de ser reparado e, por outro lado, como é óbvio, para as populações não ficarem seriamente afetadas, como aquilo que indicia que possa já estar a acontecer.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA
Gabinete dos Vereadores da Coligação Novo Rumo

REQUERIMENTO N.º 18/2014

Serviços do LNEC no Aterro Sanitário do Mato da Cruz

Exº Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira,

Os Vereadores da Coligação Novo Rumo receberam uma informação referindo que os serviços do LNEC foram, na semana passada, chamados de emergência pela Valorsul a propósito do surgimento de uma quantidade de Lixiviados anormal, indiciando uma rotura das membranas de fundo do Aterro Sanitário do Mato da Cruz.

Considerando que esta instalação industrial da Valorsul se encontra localizada no Concelho de Vila Franca de Xira, e que o Município de Vila Franca de Xira é accionista da Valorsul, vimos por este meio querer as seguintes informações:

1. A Câmara Municipal recebeu, por parte da Valorsul, qualquer informação sobre a ocorrência e os motivos pelos quais os serviços do Laboratório Nacional de Engenharia Civil - LNEC foram requeridos pela Valorsul?
2. A Câmara Municipal tem confirmação da ocorrência de uma rotura das membranas de fundo do Aterro Sanitário do Mato da Cruz?
3. Caso se confirme o acidente, tem informação sobre quais as medidas tomadas pela empresa Valorsul para mitigar as suas consequências, em particular, a contaminação por lixiviados dos lençóis freáticos?
4. Caso se confirme o acidente, tem informação sobre quais as medidas tomadas pela empresa Valorsul para monitorizar a contaminação por lixiviados dos lençóis freáticos e dos solos afectados?
5. As informações disponíveis justificam algum aviso à população para que evite o uso de poços e furos na vizinhança do Aterro Sanitário do Mato da Cruz?
6. Esse aviso foi ou vai ser feito?

Vila Franca de Xira, 30 de Abril de 2014

Os Vereadores da Coligação Novo Rumo

Rui Ribeiro Rei

Vítor Silva



Deliberação nº _____



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata^m **041**

Reunião de 2014/04/30

Proc^o _____

Deliberação n^o _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

TERTÚLIAS – VILA FRANCA DE XIRA-----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, transmitindo uma informação, que lhe pediram para fazer, uma vez que faz parte da comissão instaladora da Confederação das Tertúlias. Assim, em reunião realizada ontem, as tertúlias estão de acordo que se faça também no Jardim Constantino Palha a mostra dos artesãos, embora separadamente do espaço das tertúlias. -----



Reunião de 2014/04/30

Deliberação nº _____

O Sr. Vice-Presidente fez entrega de documentação relativa à aquisição de mobiliário para a nova biblioteca de Vila Franca de Xira, que se anexa e dá por inteiramente reproduzida nesta parte da ata.-----



Reunião de 2014/04/30

Deliberação nº _____

Assim, passou à ordem do dia, informando que há pedidos de intervenção nos pontos 1, 2, 3, 11, 13, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 27, 28, 33, 34, 35, 40, 44 e 48, sendo os restantes pontos aprovados por unanimidade. -----



Reunião de 2014/04/30

Deliberação nº

Retirado da ordem do dia, sendo presente à próxima reunião de câmara.-----





1. Assunto: RELAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADOS E PRATICADOS PELO SR. PRESIDENTE -----

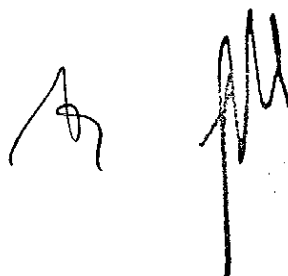
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 369/14, de 21/04, do DGUPRU/SAPRE, para conhecimento dos atos praticados pelo Sr. Presidente no período compreendido entre 2014/04/09 e 2014/04/20, respeitantes a licenciamentos de obras particulares “construção/utilização”. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 369/14, de 21/04, do DGUPRU/SAPRE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que, tomando em consideração o pedido e solicitação do Sr. Presidente, e a sua magnanimidade, bem como um pouco de abuso no período antes da ordem do dia por parte da bancada da CDU, vai tentar ser sintético, como é quase habitual. -----
Sobre a relação dos atos, um é relacionado com a pedreira de Santa Olália, em Santa Eulália, um posto de combustível para consumo próprio, e gostaria que o Sr. Presidente desenvolvesse um pouco esta questão. -----
Depois, os membros da CDU gostariam de saber qual vai ser o futuro da pedreira e, quanto ao plano de recuperação paisagística, como vai ficar a situação. -----
Um outro ato é relacionado com a Unibetão, na Castanheira do Ribatejo, um reservatório superficial, e também gostaria que o Sr. Presidente se pronunciasse. ---
Para além disso há um outro ato correspondente a um processo em nome do ALDI, de uma obra para comércio, em que a emissão da licença foi feita a 15 deste mês, com o termo a 9 de julho, e a autorização de utilização foi a 15 de abril de 2014. Se calhar é erro seu, mas questiona se a emissão da licença de construção e a autorização de utilização podem ser feitas ao mesmo tempo. -----



Por fim, e como falou no ALDI, reporta-se à rotunda, questão que levantaram várias vezes, e em que entendem que existe uma deficiência de construção. Ficou-se de consultar ou interpelar a Estradas de Portugal para obter um parecer, no sentido de saber se foram cumpridas todas as normas de segurança e não só, pelo que gostariam de saber se já existe, e terem conhecimento do mesmo, porque se não houver parecer, como já disseram numa das reuniões, terão, e não queriam, que tomar outras ações sobre este assunto. -----

Respondeu o Sr. Presidente, quanto à rotunda, que provavelmente não será necessário, mas é sempre uma última possibilidade, se as coisas não evoluírem. ----

Depois das questões que foram colocadas, tem olhado e passado de propósito, às vezes até à noite, vê como é que o trânsito se processa, e confessa que não vê nada de anormal, a não ser um pormenor, que pensa que os membros da CDU ainda não referiram. -----

Tem que ser fundamentado tecnicamente, mas provavelmente, a seu ver, que é o de alguém que, apesar de tudo, tem visto centenas de projetos, e fez muitos, não daqueles, mas doutros, para quem vem do ALDI e quer entrar na rotunda aquele ilhéu, tal como está construído, poderá ter algum problema. É a única coisa, pois quando o carro vem do ALDI, e quer ir para a rotunda, para sul, há um momento em que parece que está quase a entrar em contramão, e é de facto o fator que lhe parece que deve ser corrigido. -----

A Estradas de Portugal é que dá parecer, e aquele projeto teve o parecer favorável desta empresa, de outro modo não se poderia dar parecer do licenciamento, e já solicitou ao Engº Elias, que é quem tem a responsabilidade nesta área de acompanhar as obras da Estradas de Portugal, para rever e reanalisar o projeto, e se houver alguma questão que tenha de ser corrigida, será. -----

Das análises que fez, o que lhe parece que eventualmente não esteja bem é este pormenor de que falou, e quanto ao ilhéu ir dar problemas por causa dos pesados, tem olhado, parado e observado, e pensa que toda a circulação e movimentos se fazem bem, inclusivamente é um dissuasor de velocidade, porque às vezes os veículos passavam aí com uma velocidade excessiva. -----

Assim que todas as pessoas que diariamente ali passam se habituarem àquele local, naturalmente que tudo correrá melhor, de qualquer modo vai-se pedir à

A



Fl. Livro _____

Fl. Atã 047

Reunião de 2014/04/30

Procº _____

Deliberação nº _____

Estradas de Portugal que se pronuncie, tendo em vista, não só as questões que os Srs. Vereadores têm referido, mas também a preocupação que agora o próprio expressou. -----

Relativamente à Solvay, trata-se de um posto de abastecimento que não estava licenciado. Já funcionava há muito tempo, urgia legalizar, e foi o que se fez. -----

Quanto ao plano de recuperação, está a ser seguido pela entidade que o deve fazer em termos da administração central, mas também está a ser seguido pela autarquia, não porque tenha competência nessa matéria, mas porque naturalmente tem de ir fazendo a monitorização do que está a acontecer. O plano está a seguir os seus passos, e está-se a falar da retirada de toneladas de metros cúbicos de rocha, que agora têm de ser preenchidos por muitos milhões de metros cúbicos de terra, pelo que vai levar o seu tempo. -----



No que respeita à reutilização da pedreira, aquilo que a Solvay lhe disse numa reunião é que está a fazer iniciativas de concessionar a pedreira a quem a queira vir a explorar. Neste momento, que saiba, isso ainda não aconteceu, nem sabe se eventualmente vai acontecer nos tempos mais próximos, ou se vai mesmo acontecer, pois tudo tem a ver com outros fatores económicos, que neste momento são o que são. -----

Quanto à Unibetão, trata-se do licenciamento de um reservatório onde se coloca o produto, o betão, depois de acabado, são as torres que se conhecem, e que existem por aí. -----

Relativamente à última questão, da mesma data em termos de licença de construção e de utilização, crê que a licença de construção é relativa a uma alteração que foi pedida. Não é a licença de construção do empreendimento no seu todo, mas foi um pormenor que teve de ser alterado. -----

Assim sendo, julga que terá sido este o facto de ter havido esta analogia de datas. -

7. Deliberação: Tomado conhecimento -----



Assunto: RECONVERSÃO E REGULARIZAÇÃO DAS ÁREAS URBANAS DE GÉNESE ILEGAL DO CONCELHO -----



Presente proposta dos membros da CDU, datada de 2014/04/16, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, relativa à reconversão e regularização das áreas urbanas de génese ilegal do concelho. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que a CDU manifestou interesse em manter este ponto, e crê que na anterior reunião conseguiu-se fazer uma abordagem bastante esclarecedora. Foi colocada uma proposta, por parte da Coligação Novo Rumo, em que a análise e os relatórios deviam ser semestrais, o que considera equilibrado, e os membros da CDU apresentam a proposta de serem bimensais, que é duas vezes por mês, mas, se estiverem de acordo, pensa que semestral é razoável. Não pode aceitar isso, ou pode até aceitar tudo, mas também durante muitos anos não houve relatórios, ou então existiam, mas não eram distribuídos. --- Relativamente às outras matérias, crê que de algum modo foram respondidas na última reunião. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU não têm dúvidas, estiveram na reunião de câmara, ouviram aquilo que ouviram, e portanto, de uma forma unânime, todos estão comprometidos com a urgência para agilizar tudo o que são procedimentos sobre essa matéria. De qualquer forma, entendem que é legítimo a força política CDU apresentar esta proposta, faz todo o sentido que exista, e não acreditam que da parte dos Srs. Vereadores e do Sr. Presidente possa haver qualquer tipo de impedimento para a sua votação. -----

Em relação ao acompanhamento, é isso mesmo, querem saber, porque há duas esferas de competência. A primeira delas é aquela que estão a querer valorizar, é da competência municipal, e têm o entendimento que a câmara municipal, com todos os seus vereadores, devem acompanhar, atendendo ao pouco tempo que dispõem nos termos da prorrogação legislativa especial, todo este processo, no sentido de, em tempo real, eventualmente tomarem medidas também especiais, para simplificar, de acordo com o regulamento municipal e o plano diretor municipal vigentes. -----

Por outro lado, há questões que naturalmente fogem da competência da câmara municipal, que dependem, em primeira mão, da vontade dos proprietários e





das suas associações, porém, da parte dos vereadores da CDU existe uma preocupação, que é saber, e pensam que a situação não está clarificada, junto das AUGI, se muitas têm consciência que há um tempo escassíssimo para terminar este processo. -----

Como é óbvio, também sabem que, pelo menos de há duas ou três vezes a esta parte, já houve autorizações de prorrogação especial legislativa, em sede da Assembleia da República, mas nada garante, e não podem nem devem estar a contar com isso. -----

A proposta que têm é muito assertiva e objetiva, é dizer que a câmara municipal deve reforçar-se internamente, até do ponto de vista dos recursos humanos, e reiteram a posição que têm sobre a matéria, que foi bastante bem expressa na última reunião de câmara. Elogiam e apreciaram muito o relatório apresentado, produzido pelos serviços municipais, mas entendem que é preciso reforçar a equipa ao serviço, no sentido de imprimir ainda mais velocidade para o levantamento das condicionantes, porque é essa a preocupação que têm, que se encontrem soluções para as condicionantes ainda existentes serem ultrapassadas.- Por outro lado, como é óbvio, que se tenham até junho de 2015 os títulos de reconversão aprovados, e até se chegar a esses títulos há um longo, penoso e, nalguns casos, demasiado complexo, processo administrativo a percorrer, que tem de ser, da parte da câmara municipal, apoiado sob todos os pontos de vista. Consideram que a autarquia, sobre esta matéria, porque se trata de uma situação excecional, deve disponibilizar meios, até técnico-jurídicos, para informar quem a solicitar, para além daquilo que já faz. -----

Em relação aos relatórios, não fazem disso um “cavalo de batalha”, o que entendem é que mensalmente, de 2 em 2 meses, o máximo de 3 em 3 meses, a câmara municipal deveria ser chamada a pronunciar-se sobre a matéria, e não em 6 meses, que lhes parece sinceramente um prazo muito dilatado, e quando se der conta, passados 6 meses já se está em meados do ano, quase a terminar o processo, e com muito pouco tempo para eventualmente se tomarem medidas especiais para uma situação que também é, por todos, e de forma unânime, considerada especial, sendo este o espírito que têm. -----

O Sr. Presidente tomou a palavra, mencionando que está de acordo com quase

Fl. Livro _____

Fl. Atã 050

Reunião de 2014/04/30

Procº _____

Deliberação nº _____



tudo, à exceção do penúltimo parágrafo da proposta, porque, efetivamente, a câmara municipal tem de fazer aquilo que tem de fazer, e não mais do que isso. ---
As comissões têm o seu trabalho a fazer, o que diz a lei é que “para efeitos de aplicação da presente lei, devem as AUGI dispor de comissão de administração, validamente constituída até 31 de dezembro de 2014, e de título de reconversão até 30 de junho de 2015”, e o que pode dizer é que a câmara municipal tem feito todas as iniciativas, e vai continuar a fazer, no sentido de propor que as pessoas constituam uma comissão. -----

A generalidade das AUGI tem comissão, mas umas não têm, nem querem, não querem saber daquilo para nada, e é preciso ter muito cuidado, porque “às duas por três” está-se a tomar determinado tipo de iniciativa de pessoas que, num determinado contexto, compraram um terreno, perderam-lhe a vista, não querem saber dele, não querem saber de comissões, e este é um problema muito complicado.-----

Tem-se feito um esforço, como aliás o Sr. Vereador reconheceu, dos muitos alvarás que vieram já à reunião de câmara, esse esforço vai continuar, e a autarquia tem disponibilizado recursos específicos. Se o Sr. Vereador lhe dissesse que eram necessários mais, concorda, mas são os que são, e são pessoas bastante briosas e empenhadas, tendo-se encontrado, inclusivamente, algumas situações criativas, de resolver determinados problemas que há anos estavam bloqueados.-----

Às vezes o tempo faz com que as pessoas tenham, sobre as matérias, uma outra ideia, foi o caso da AUGI Quinta da Boa Vista e Quinta da Ponte, que estava bloqueada, e conseguiu-se encontrar uma solução. Constituiu-se a Boa Vista, e constituiu-se a Quinta da Ponte, que eram juntas, tendo-se conseguido encontrar uma solução relativamente às tornas e aos lotes que foram suprimidos. Não foi fácil, naturalmente, exigiu muita conversa, e reuniões onde os técnicos da câmara municipal estiveram presentes, mas felizmente esse esforço foi coroado de sucesso.-----

A câmara municipal vai continuar a ir às reuniões que forem necessárias, e a promover as que se ajustarem necessárias para que em 2015 se tenha este processo todo resolvido em termos da reconversão. Depois, há matérias que têm de ser resolvidas pela comissão, e não é a câmara municipal, como o Sr. Vereador



Fl. Livro _____

Fl. Ata **051**

Reunião de 2014/04/30

Procº _____

Deliberação nº _____

sabe. O município de Vila Franca de Xira adotou um determinado modelo, outros municípios, da Área Metropolitana de Lisboa, adotaram outros, e conhece-os. Noutros locais é a comissão que faz tudo, a única coisa que a câmara municipal faz é limitar-se a licenciar e fazer o que lhe compete em termos urbanísticos, na apreciação da AUGI, e não faz mais nada. -----



Em Vila Franca de Xira foi-se muito para além, ajudam-se as pessoas, continuam-se a ajudar, mas não pode, de facto, ir ao encontro daquilo que a CDU pretende, na manutenção do penúltimo parágrafo da proposta, pois seria a câmara municipal a substituir-se às comissões, o que não pode ser. -----

Interrompeu o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que não é esse o espírito, ao que o Sr. Presidente referiu que é quase.-----

Retomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, lendo parte do parágrafo em causa, dizendo que se trata da: “assunção do compromisso municipal de tudo fazer no sentido de garantir a legalização das áreas urbanas de génese ilegal, privilegiando a modalidade de reconversão de iniciativa municipal”, ou seja, a adoção de medidas, no sentido de privilegiar esta como estratégia municipal para abordar este problema.-----

Se houver outros que queiram fazer o seu caminho, que é o da reconversão por iniciativa privada, como é óbvio, tal como o Sr. Presidente disse, é da responsabilidade dos próprios ou de quem os representa. -----

A resolução deste processo deve privilegiar a modalidade de reconversão de iniciativa municipal, isso é muito claro, não há necessidade de mais metáforas ou outra expressão para dizer aquilo que sentem, contudo, estão todos imbuídos do mesmo espírito, o de quererem resolver e de tudo fazerem para que se resolva. No entanto, a realidade mostra que infelizmente nem sempre foi assim, porque a seguir a algum processo de 1997 há o privilegiar da modalidade de reconversão de iniciativa privada, e foi isso que impediu, muitas das vezes, a resolução imediata destes problemas. Se doutra maneira não se tivesse feito, se calhar hoje não se estava no estado a que se chegou, mas estão otimistas, pensam que é possível resolver uma quantidade muito significativa de processos, só que se a câmara municipal não assumir para si responsabilidades sobre a matéria, de certeza absoluta que tudo ficará mais difícil. -----



Fl. Livro _____

Fl. Aça **052**

Reunião de 2014/04/30

Procº _____


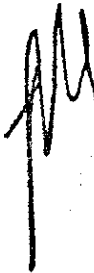
Deliberação nº _____

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de recentrar a questão, pois está-se a querer discutir uma questão que foi discutida. Pode-se fazer, porque há legitimidade de todas as forças políticas presentes, de terem percebido que havia uma bandeira da Coligação Novo Rumo, que em teoria foi “apanhada” por outra, vir a reboque, apresentarem uma proposta, e quererem aprovar de novo uma proposta que foi aprovada há um mês. Não tem problema, não vê mal nenhum nisso, mas não estão de acordo que se altere uma estratégia da câmara municipal. Estão de acordo que faça o seu trabalho, e por isso pediram o agendamento e um relatório, e, a contrário de outras questões até agendadas no mesmo momento, disseram que era objetivo e tinha informação.-----

Está muito bem, até porque não se deve só criticar, deve-se elogiar o que está bem feito, e está perfeito, pois estava bem feito, tendo a Coligação Novo Rumo feito contactos com todas as AUGI, com todos os seus responsáveis, elencou um conjunto de informação que cruzou com a da câmara municipal, e batia certo. Há um conjunto de AUGI em que as pessoas não querem tratar do assunto, e isso é perfeito, mas do seu ponto de vista não deve ser a câmara municipal a tratar por essas pessoas. Se não querem, não querem, eventualmente quererão um dia, e ver-se-á um dia o que é que vai acontecer, mas não faz sentido a câmara municipal assumir responsabilidades que eventualmente as pessoas não querem. Pensa que depois se estará a entrar em situações, que é tratar cidadãos de forma igual, quando as coisas não são iguais.-----

São a favor de tratar rapidamente questões, como o caso do Casal da Colher, que as pessoas querem tratar rapidamente, e a câmara municipal deve disponibilizar os meios da sua responsabilidade para que as pessoas tenham os meios de legalizar esses bairros. Eram esses os casos que gostariam de ver fechados, porque não conhece nenhuma resolução de problemas que seja “meter no mesmo saco” todos os problemas ao mesmo tempo. Não se vai resolver nenhum, tem que se partir um problema às fatias para o resolver, e neste caso têm que se resolver aquelas que têm condições para ser resolvidas, que as pessoas querem resolver, e dever-se-ia colocar um prazo para as resolver.-----

Consideram que não é agora que se vai alterar a estratégia, é a opinião que têm,

que vale o que vale, e face ao que se aprovou, e o que pareceria útil, que era o relatório semestral, não veem, com base na forma como estas coisas se mexem, que existam grandes alterações duas vezes por mês, de 15 em 15 dias, ou uma vez por mês. No entanto, mais uma vez refere que é a opinião que têm, que vale o que vale à luz deste processo, e também pensam que não vale a pena fazer uma discussão que ainda fizeram há 15 dias ou um mês. O que vale a pena é acompanhar o processo, perceber se há alguma coisa que a câmara municipal não está a fazer, que deveria fazer, o que faz sentido. -----

Não estão disponíveis para votarem uma proposta que, no fundo, tenta discutir de novo o que está discutido, para isso não estão disponíveis, mas também não inviabilizam coisa nenhuma. Entendem que um relatório bimensal não faz sentido, e que o relatório semestral está perfeito. -----

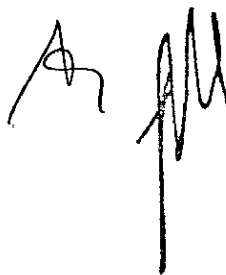
Depois, também não pensam que valha a pena, nesta fase, alterar uma estratégia que, quer às vezes se goste ou não, produziu um conjunto de resultados para bem da população, e devem elogiar aquilo que está bem feito. Se está bem feito, está bem feito, e o que está mal feito tem de ser corrigido e ser colocado ao serviço das pessoas. -----

É esta a posição que têm, e que gostariam de deixar clara. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que, com o devido respeito, o PSD não queria discutir, mas acabou por discutir a proposta dos membros da CDU, e ainda bem que o fez, porque o objetivo era exatamente este. O que os move e o que os preocupa são duas questões fundamentais, e até agradece ao Sr. Vereador o exemplo que trouxe, e acrescenta Casal da Carcaça, da Bica e da Colher, localizados na zona alta de Arcena, pois a questão de fundo é exatamente essa, é que se a câmara municipal assumir para si a iniciativa da reconversão municipal, incluiu-se com isso compartilhar financeiramente, tecnicamente e juridicamente aquilo que é competência da autarquia. -----

Acabaram de se aprovar todas as condições para um desses locais ser licenciado do ponto de vista urbanístico, mas responsabilizam-se os proprietários dessa localidade com todas as infraestruturas que passam a ser 100% da sua exclusiva competência, e não concordam com isso. -----

Interrompeu o Sr. Presidente, dizendo que o Sr. Vereador não está a ser rigoroso, e



provavelmente não é por mal. -----

Os regulamentos das AUGI são do tempo da CDU, os Srs. Vereadores estão preocupados porque o PS está a conseguir resolver um problema, e esse é que é o problema que têm, pois no tempo em que eram poder não resolveram, e por isso vêm agora com estas “manobras de diversão”, a dizerem às pessoas que apresentaram uma proposta, que a câmara municipal não a aceita, e por isso não vai ser resolvido. -----

Considera que esta é a grande discussão política que o Sr. Vereador Nuno Libório pretende colocar, mas o PS está consciente do trabalho que está a fazer, e por isso o Sr. Vereador tem é que ser rigoroso nas apreciações, porque não está a ser. -----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, para dizer que o Sr. Presidente está a usar de expressões que não são corretas, e pensa que não lhe fica bem. -----

Retomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que não queria entrar na discussão da “politiquice”, porque este assunto é sério demais para o efeito, mas se o Sr. Vereador quer entrar para a “politiquice”, o próprio também entra, mas não quer. -- Prosseguiu o Sr. Vereador Nuno Libório, pedindo desculpa, mas dizendo que foi o Sr. Presidente que entrou, e que “abriu as portas” para isso mesmo com a sua reação. -----

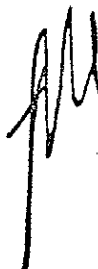

Interveio o Sr. Presidente, referindo que poderia falar sobre algumas das coisas que sabe do tempo dos membros da CDU, mas não fala por respeito aos mesmos. --

Respondeu o Sr. Vereador Nuno Libório que o Sr. Presidente pode falar à vontade, e não está, sinceramente, a perceber a sua intranquilidade. Pede-lhe desculpa, mas pensa que não está a ser correto com a bancada da CDU, e pede alguma contenção da forma como se dirige à CDU, e que respeite o património de trabalho que tem sido feito por esta câmara municipal, que envolve também o Sr. Presidente e o seu partido. -----

Considera que a falar dessa maneira o Sr. Presidente está a desrespeitar-se a si próprio na qualidade das funções que sempre ocupou nesta câmara municipal, e não diz mais nada. -----

Quanto à questão, a câmara municipal assume a estratégia de privilegiar ou não a reconversão de iniciativa municipal?-----

Respondeu o Sr. Presidente que não vai fazer nem mais nem menos do que tem



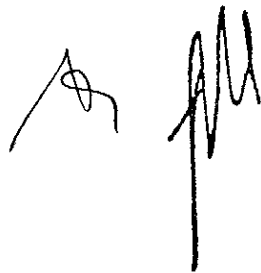
feito até agora, e que foi considerado, na última discussão, que era uma boa estratégia. Não há alteração de estratégia nenhuma, é exatamente o mesmo que sempre foi feito, portanto, não pode dizer mais nada. O Sr. Vereador Nuno Libório quer levá-lo para um campo para onde não quer ir, e quer alterar as regras do jogo não sabe para onde, para tirar daí dividendos políticos. Essa é que é uma estratégia, mas não é a estratégia que as pessoas querem, o que as pessoas querem é os problemas resolvidos.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, pedindo ao Sr. Presidente o favor de não se dirigir à bancada da CDU na sua pessoa, porque a CDU é, de facto, um grupo político, e o próprio representa esse grupo, sendo este o primeiro ponto de ordem que gostaria de pedir.-----

Como segunda questão, o Sr. Presidente certamente não teve tempo, e tem imensa pena que não tenha tido o apoio necessário para esse efeito, de ler e confirmar que tudo aquilo que é a base fundamental da proposta dos membros da CDU é a transcrição exata do procedimento de autorização legislativa especial. Não acrescentaram nem mais uma vírgula a tudo aquilo que já decorre das competências legislativas especiais para o efeito, e apenas quiseram reforçar um aspeto, que é o da câmara municipal dotar-se de mais meios e de trazer à própria câmara municipal soluções, como aquela que muito bem trouxe.-----

O Sr. Presidente tomou a palavra, pedindo ao Sr. Vereador que não faça de si “tontinho”, pois o que quer é outra coisa, já que tudo o que a câmara municipal está a fazer é justamente aquilo que o Sr. Vereador acabou de dizer, ou seja, está a ajudar as pessoas e a encontrar soluções, mas como esta matéria foi discutida há uns tempos atrás, e os Srs. Vereadores não tiveram o rasgo de serem os primeiros a apresentarem essa mesma proposta de discussão das AUGI na câmara municipal, agora estão um pouco “entalados”. Esse é que é o problema, porque o trabalho que se está a fazer fala por si.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que a CDU gostaria mesmo de terminar a sua intervenção, porque este tipo de discussão faz-lhe lembrar os momentos maus que se têm tido ao longo destes mandatos, em que “quem não pensa como eu, está contra mim”. Este é um erro básico, e revela da parte do Partido Socialista uma grande incapacidade de dialogar com quem quer que seja,



Fl. Livro _____

Fl. Aça **056**

Reunião de 2014/04/30

Procº _____

Deliberação nº _____

independentemente das suas posições sobre essa matéria. -----

Interrompeu o Sr. Presidente, referindo que o contrário é que é verdade. -----

Prosseguiu o Sr. Vereador, pedido ao Sr. Presidente que assuma a responsabilidade que tem neste momento, pois além de conduzir as reuniões é o presidente do município, os membros da CDU reconhecem-lhe isso, e pensa que não fica nada bem ao PS reagir desta maneira. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que o Sr. Vereador Nuno Libório faz, desta discussão, uma discussão eminentemente política, não traz nada de novo, e o problema do Sr. Vereador e da sua bancada é que o PS está a trabalhar, e está a trabalhar bem. -----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio novamente, para referir que, se o Sr. Presidente não se importar, a CDU quer que a proposta seja votada. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que então vai-se votar, perguntando quem vota a favor. -----



Respondeu o Sr. Vereador Nuno Libório que a CDU vota a favor. -----

Prosseguiu o Sr. Presidente, perguntando quem vota contra e quem se abstém, concluindo que não há abstenções, obviamente, e que a proposta é recusada, com os votos contra do PS e da Coligação Novo Rumo, mantendo-se aquilo que se discutiu na última reunião sobre a matéria. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, fazendo uma declaração de voto dos membros da CDU, dizendo, independentemente desta decisão que consideram errada por parte da maioria da câmara municipal, que esperam e apelam para que todos os partidos representados na mesma, sem exceção, possam tomar todas as medidas conducentes à finalização deste processo. -----

Mantêm as dúvidas que têm, e a votação expressa é elucidativa disso mesmo, de que com esta estratégia se consiga, até 2015, concluir a legalização das AUGI no concelho de Vila Franca de Xira. -----

O Sr. Vice-Presidente interveio, fazendo uma declaração de voto em nome dos membros do PS, dando conta que o Partido Socialista defende a manutenção da estratégia que tem vindo a seguir, que aliás tem sido o período em que têm sido regularizadas as questões das AUGI no concelho. Este problema das AUGI, no caso de Vila Franca de Xira, não foi criado, como se sabe, pelo Partido Socialista, mas



Fl. Livro _____
Fl. Atã **057**
Reunião de 2014/04/30
Procº _____
Deliberação nº _____

tem sido resolvido com a orientação que tem vindo a ser seguida pelo mesmo, desde que tomou a presidência da câmara municipal. Como aliás foi dito durante a discussão deste ponto, a estratégia que tem vindo a ser seguida, de envolvimento direto das pessoas, e de apoio jurídico e técnico às diversas comissões, tem conseguido resolver problemas de fundo, que o PS não criou às pessoas. -----

Como nota final referente a este processo, o Partido Socialista continuará empenhado em tudo fazer para conseguir, dentro dos prazos legais, que as pessoas vejam os seus problemas resolvidos. -----

Depois, este problema não é específico do concelho de Vila Franca de Xira, o que aliás tem dado origem a que na Assembleia da República sejam sistematicamente adiados estes prazos previstos nas leis das AUGI, porque se percebe que o problema é mais complicado do que a simples marcação de uma data no calendário. -----

O Sr. Vereador Rui Rei tomou a palavra, para dizer que a declaração de voto dos membros da Coligação Novo Rumo é fazer um pedido, que se anexe neste ponto a ata da reunião de há 15 dias ou um mês, em que houve esta discussão. -----

A declaração de voto que têm é esse ponto, com a respetiva proposta e respetiva declaração que aí fizeram, em que fica bem claro o que pensam, o que propuseram e o que têm vindo a discutir ao longo destes mandatos. -----

Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros do Partido Socialista e dos membros da Coligação Novo Rumo, rejeitar a proposta apresentada pelos membros da Coligação Democrática Unitária. -----

A

PM

Fl. Livro _____

Fl. Atã 058

Reunião de 2014/04/30

Procº 351/00 ONEREDPDM

Deliberação nº 254

1. Assunto: AUTO DE VISTORIA – QUINTA DA GRINJA, LOTE 16, BLOCO A/B – RUA JOÃO FÉLIX RODRIGUES – VILA FRANCA DE XIRA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 173/14, de 04/04, do DGUPRU/DF, para aprovação do auto da vistoria levada a efeito na rua João Félix Rodrigues, lote 16, bloco A/B, Quinta da Grinja, freguesia de Vila Franca de Xira, solicitada pela administração do condomínio do edifício Cores da Lezíria. ---

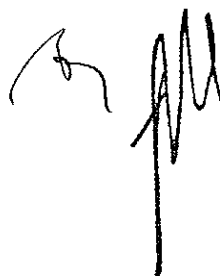
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 173/14, de 04/04, do DGUPRU/DF, e auto de vistoria, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO –
LOTEAMENTO CASAL DO FREIXO, LOTE 125 – VIALONGA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 65/14, de 09/04, do
DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do
município sobre o lote 125 do loteamento Casal do Freixo, em Vialonga, registada
na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo
do alvará de loteamento nº 4/2012-AUGI, de 28/12, requerido por Susana
Alexandra Varela Rocha. -----

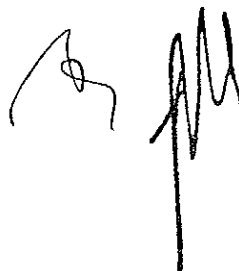
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 65/14, de 09/04, do
DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da
ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.
Presidente. -----



1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO –
LOTEAMENTO CASAL DO FREIXO, LOTE 126 – VIALONGA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 66/14, de 09/04, do
DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do
município sobre o lote 126 do loteamento Casal do Freixo, em Vialonga, registada
na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo
do alvará de loteamento nº 4/2012-AUGI, de 28/12, requerido por Susana
Alexandra Varela Rocha. -----



3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 66/14, de 09/04, do
DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da
ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.
Presidente. -----

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO –
LOTEAMENTO CASAL DO FREIXO, LOTE 127 – VIALONGA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 68/14, de 09/04, do
DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do
município sobre o lote 127 do loteamento Casal do Freixo, em Vialonga, registada
na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo
do alvará de loteamento nº 4/2012-AUGI, de 28/12, requerido por Maria Abilete de
Jesus Varela.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 68/14, de 09/04, do
DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da
ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.
Presidente. -----



1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO –
LOTEAMENTO CASAL DO FREIXO, LOTE 128 – VIALONGA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 67/14, de 09/04, do
DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do
município sobre o lote 128 do loteamento Casal do Freixo, em Vialonga, registada
na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo
do alvará de loteamento nº 4/2012-AUGI, de 28/12, requerido por Maria Abilete de
Jesus Varela.-----

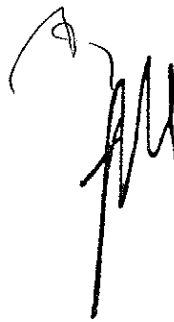
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 67/14, de 09/04, do
DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da
ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.
Presidente.-----



1. Assunto: EXECUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO DO SOBRALINHO –
ALTERAÇÃO DO PROJETO DE FUNDAÇÕES -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 563/14, de
21/04, do DOVI/DOVI, para aprovação do projeto de alteração de fundações, nos
termos do disposto da cláusula 23ª do caderno de encargos, da empreitada de
execução da escola básica do 1º ciclo do Sobralinho, sem alteração do preço
contratual, nem alteração do prazo de execução da obra, bem como do plano de
trabalhos e respetivo orçamento, ajustados à alteração do projeto, apresentados
pela Construtora UDRA, Lda, ficando o empreiteiro vinculado aos novos
documentos. -----



3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 563/14, de 21/04, do
DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara
para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.
Vereador António Oliveira. -----

1. Assunto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDO PRÉVIO PARA ANÁLISE ESTRUTURAL DE REABILITAÇÃO DA SUPERESTRUTURA DO EDIFÍCIO DO LOTE 2 DA QUINTA DE SANTO AMARO – MONTE GORDO – VILA FRANCA DE XIRA – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO-----



2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 558/14, de 21/04, do DOVI/DOVI, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à celebração do contrato de aquisição de serviços para a elaboração de estudo prévio para análise estrutural de reabilitação da superestrutura do edifício do lote 2 da Quinta de Santo Amaro, no Monte Gordo, em Vila Franca de Xira, não se aplicando a redução remuneratória nos termos da lei. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 558/14, de 21/04, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que este estudo não está em causa, tem a ver com o lote 2, mas como é do conhecimento do Sr. Presidente há algumas questões, aliás todas, que estão pendentes, após a reunião que o Sr. Presidente, o Sr. Vereador Rui Rei e o próprio tiveram com os moradores do lote 1. Ficaram várias ações para o Sr. Presidente, que já tinha alguma documentação e fez afirmações sobre alguns documentos, e não sabe se chegaram a ser pedidos pelo próprio e pelo Sr. Vereador Rui Rei, mas ficou no pressuposto e implícito que o Sr. Presidente já tinha na altura da reunião seria enviado às respetivas bancadas da oposição.-----
Desta forma, gostaria de saber em que ponto está a situação depois da reunião, se o Sr. Presidente entender que é oportuno dizê-lo agora, e não diria que pelo



melindre da questão, mas talvez pela sua amplitude. Se não for possível, gostaria que o fizesse chegar às duas bancadas da oposição, ou então convocar uma reunião com os mesmos intervenientes, sem ser os moradores, para analisar a evolução da situação. -----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, mencionando que gostaria de falar numa questão muito clara, colocando basicamente todas as palavras que disse o Sr. Vereador, mas com uma exceção. São públicas as opiniões que os membros da Coligação Novo Rumo tiveram sobre a matéria, desde essa reunião têm estado absolutamente em silêncio, e entendem que só valeria a pena voltar a falar após voltar a haver uma reunião com os moradores, porque não valeria a pena estarem a saber por terceiros, quando deveriam saber das novidades, informações ou discussão que tem de ser ou do que venha a sair, primeiro em reunião, e a seguir fazer-se a discussão que há a fazer, para que não se quebre, tanto quanto possível, um consenso para resolver um problema que é de todos, que deveria ser resolvido a bem das pessoas. -----



É esta a questão que gostava que se fizesse, para não abrir uma discussão e depois cada um estar a dar uma opinião que julga, neste momento, não contribui para a resolução do problema, que deve ser primeiro tratado num determinado fórum, e a seguir poder-se-ão ou dever-se-ão fazer sempre todas as discussões, mas com alguma calma, para que se possa resolver. -----

No entanto, corrobora tudo o que o Sr. Vereador Aurélio Marques disse. -----

O Sr. Vereador Aurélio Marques interveio novamente, mencionando que fez a salvaguarda, de que se o Sr. Presidente não achasse oportuno, dentro deste espírito, e até falou numa reunião com os intervenientes, contudo, agradece a complementaridade do Sr. Vereador Rui Rei. -----

O Sr. Presidente interveio, referindo que conforme os Srs. Vereadores tiveram ocasião de assistir, e daquilo que se conversou na reunião, esta matéria tem de ser tratada com a descrição que é necessária, por respeito aos moradores, principalmente, mas sobretudo porque há decisões que se têm de tomar, que se têm de tomar noutra sede, que não esta. -----

O tempo de analisar este problema, da forma como se abordou no passado, está encerrado, há um compromisso entre todos, falou-se o que se tinha a falar num



determinado contexto, não valendo a pena falar mais sobre isso. Ao dizer que se poderia voltar atrás, ter a capacidade de adivinhação não é fácil, depois das coisas terem acontecido, e também concorda que a altura não era a mais propícia para uma análise serena sobre a questão, pois estava-se muito em cima do problema, de retirar as pessoas dos prédios, e era uma situação muito complicada. -----

Tal como se conseguiu sair daquela reunião, saiu-se com algumas ideias, que agora têm de ser naturalmente desenvolvidas. -----

Reportando-se ao ponto em si, o mesmo é presente hoje porque há problemas, tal como referiu na reunião, com o proprietário do lote 2, e por isso é que tem de ser presente o parecer prévio vinculativo desta aquisição de serviços, para a análise de um estudo prévio da reparação e respetiva estimativa de custos da superestrutura do edifício, por dois motivos. -----

Em primeiro lugar, para se perceber do que se está a falar em termos financeiros, e depois porque é uma peça absolutamente essencial para quando esta matéria for discutida em tribunal, como prevê que vá ser, sem a qual ficar-se-á sempre na dúvida, que é a de saber o que vale a pena, se recuperar o edifício, se demoli-lo.----

Têm que se ter bases sólidas em termos documentais, para que a matéria depois seja dirimida, e é evidente que a câmara municipal poderá e deverá, em tempo oportuno, tomar uma decisão sobre a questão. Contudo, em primeiro lugar é preciso ter outras informações que ainda não tem, e é só por isso que este ponto vem, para salvaguardar uma discussão que vai ser em tribunal, o que presume, na medida em que o proprietário não revela neste momento uma alteração completamente diferente da inicial, em que queria ser parte da solução e não do problema, mas agora alterou, é um fator de problema, na medida em que não quer demolir o prédio como afirmou, pelo menos numa outra ocasião, publicamente, nas reuniões que se tiveram públicas. -----

É o que se lhe oferece dizer, vai ter que se resolver e tomar decisões, mas tem que se conversar noutra sede que não numa reunião com estas características.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Atã 067

Reunião de 2014/04/30

Proc.º 30/13 DOVSM-EMP

Deliberação nº 261

1. Assunto: AMPLIAÇÃO DO TALHÃO "R" DO CEMITÉRIO DE VILA FRANCA DE XIRA –
NOMEAÇÃO DO COORDENADOR DE SEGURANÇA EM OBRA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 576/14, de
22/04, do DOVI/Empreitadas, para aprovação da nomeação da Engª Cristina
Monteiro para a função de coordenadora de segurança em obra, da empreitada de
ampliação do talhão "R" do cemitério de Vila Franca de Xira, adjudicada à
Construções Pragosa, SA, bem como da emissão de declaração de nomeação da
coordenadora de segurança em obra, acompanhada de declaração de aceitação
subscrita pela mesma. -----


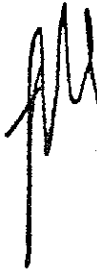
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 576/14, de 22/04, do
DOVI/Empreitadas, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte
da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara
para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.
Vereador António Oliveira. -----

1. Assunto: RELAÇÃO DOS DESPACHOS DO SR. PRESIDENTE NA ÁREA DE PESSOAL -----

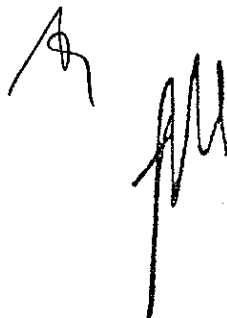
2. Resumo: Presente o processo instruído com informações nºs 237/14, de 07/04 e 257/14, de 21/04, do DGAFJ/DRH, para conhecimento dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal, no período compreendido entre 2014/03/24 e 2014/04/17.-----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informações nºs 237/14, de 07/04 e 257/14, de 21/04, do DGAFJ/DRH, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: Alínea a), do nº 2, do artigo 35º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

6. Propostas: Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que vai aproveitar um pouco este ponto, que já era o ponto 14 da reunião anterior, que não se chegou a discutir, e admite que uma questão ou outra que agora levante possa estar até resolvida, mas julga que não, para falar na mobilidade intercarreiras.-----
Em tempos anteriores ficaram alguns processos pendentes para resolução, e posteriormente os membros da CDU têm conhecimento que há trabalhadores que apresentaram requerimentos, no sentido da sua pretensão à mobilidade intercarreiras. Entendem, e pensa que os Srs. Vereadores também, que é de todo conveniente dar um rápido andamento aos requerimentos que a câmara municipal tem em seu poder sobre este assunto, e resolver dentro da perspetiva que tem, essas pretensões, sendo que estarão presentes para o verem.-----
Gostariam assim de sensibilizar a câmara municipal e o seu presidente para a rapidez, bem como saber como estão estes pontos, de uma maneira genérica.-----
Sobre o horário flexível, em tempos foram recusados alguns pedidos de horário flexível, que, segundo julgam saber, foram resolvidos, mas tiveram conhecimento que recentemente houve novos pedidos, que foram negados ou rejeitados. Não



Fl. Livro _____

Fl. Ata 069

Reunião de 2014/04/30

Procº _____

Deliberação nº _____

sabe se houve uma evolução já nesse sentido, e não vai dizer quais são ou em que sítios foram, e o que os membros da CDU também querem dizer é que não entendem por que é que esse pedido ou pedidos foram recusados. -----

Gostariam também de saber algo sobre esta situação, e sensibilizar o Sr. Presidente e o seu executivo para a resolução a contento dos pedidos, pois deve haver equidade e não marginalização, e não sabem porquê. -----

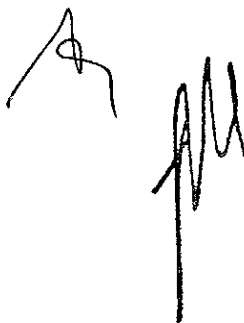
Por fim, gostariam de saber quantos trabalhadores dos CEI - Contratos de Emprego e Inserção, prestam atualmente serviço na câmara municipal. Em tempos seriam 242 ou 246, mas está a citar de memória, e gostariam de saber, se for possível, aqui e agora, ou se não for, rapidamente, quantos são os trabalhadores que estão a prestar serviço na câmara municipal do Centro de Emprego. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que o Sr. Vereador colocou uma série de questões importantíssimas, e utiliza alguma terminologia que tem a ver com a sua formação do passado. -----

Tem que se tratar o que é igual e tratar o que é diferente, sendo que, relativamente ao horário flexível, não se lembra de ter indeferido nenhum, a menos que haja, da parte da tutela político-técnica, uma outra informação, em que tem de ser fundamentado o porquê. Não é porque apetece, um leva e outro não, não é nada disso, como o Sr. Vereador deve calcular, não existindo da sua parte, nem nunca haverá, nenhuma intenção de marginalizar ninguém. Há de facto fundamentações que por vezes lhe são suficientes, ou se não são pede mais. -----

Depois, estes processos todos só foram possíveis resolver através do acordo coletivo que se celebrou, que não se sabe bem o que vai dar, sendo que no seio do Conselho Metropolitano de Lisboa esta matéria tem sido muito falada, até pelo próprio. No último conselho houve uma posição, que se deveria exigir que o Sr. Secretário de Estado subscrevesse os acordos, no fundo, homologá-los, e o próprio tomou uma posição, que foi aceite, de que o princípio não é esse, não cabendo ao Sr. Secretário de Estado "meter-se" numa negociação que é eminentemente entre os trabalhadores e a entidade empregadora. Não é com mais ninguém, e por isso considera que, a manter-se a situação, é uma grave ingerência na autonomia do poder local. -----

Crê, inclusivamente, que quem fez a lei, e nem sabe se foi do Partido Socialista, se



Fl. Livro _____

Fl. Aça **070**

Reunião de 2014/04/30

Procº _____

Deliberação nº _____

do PSD, deve ter cometido um lapso, porque esta matéria, do seu ponto de vista, e de acordo com juristas com quem tem falado, não se aplica à administração local. Portanto, quando, apesar de tudo, municípios que querem ver este problema resolvido querem enviar o acordo para o Sr. Secretário de Estado subscrever, é um erro, na medida em que o cerne da questão não é esse. -----

Como é que uma pessoa, que não esteve na negociação, não soube o que é que aconteceu, quais foram os compromissos ou como é que se atingiu o consenso, no caso deste município, vem querer ser parte da negociação? -----

De qualquer modo, vai-se ver como é que estas matérias vão evoluir, e está convicto que vai haver o bom senso necessário para esclarecer o que é necessário esclarecer. -----

O ACEP - Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública, mantém-se, a câmara municipal tinha 3 meses para responder, porque foi devolvido, bem assim como o dos SMAS e das juntas de freguesias, e está-se a fazer a fundamentação. Algumas juntas têm solicitado à câmara municipal opinião e ajuda na interpretação e fundamentação daquilo que se vai fazer para responder, ainda se está dentro do prazo, e vai-se até onde se puder para a manutenção deste ACEP. -----

Não é somente a questão das 35 ou das 40 horas que está em causa, essa é uma pequena parte da questão, sendo que se fez um ACEP e um contrato coletivo que vai muito para além de tudo isso, e salvaguarda as questões que têm a ver com aquelas que o Sr. Vereador já referiu, que é o horário flexível e a jornada contínua. A esta última o Sr. Vereador não se referiu, mas os sindicalizados no STAL não tinham direito, porque não subscreveram o acordo de concertação social na altura, e agora estão salvaguardados com o ACEP. -----

O que lhe interessa, e a todos, fundamentalmente, é encontrar formas no sentido que ninguém, efetivamente, seja marginalizado pela opção sindical que tomou, este contrato coletivo salvaguarda tudo isso, e por isso mesmo é que despachou todos os horários flexíveis que estavam pendentes. -----

O Sr. Vereador fala-lhe em dois casos, vai tentar saber, e se lhe quiser dizer depois particularmente dirá, para o próprio poder verificar internamente. -----

Quanto à mobilização intercarreiras, o compromisso mantém-se, é uma análise feita semestralmente, uma em junho e outra em dezembro, sendo que,

inclusivamente, já marcou uma reunião com o novo chefe da Divisão de Recursos Humanos, no dia 4 de junho. Faz uma análise a todos os requerimentos que vêm ao seu conhecimento, e devolve-os ao chefe de divisão, para que no dia 4 de junho, e depois também com pareceres, se necessários, para além da fundamentação existente, tomar as decisões que se ajustarem. -----



É verdade que tem de se ter algum equilíbrio, que deve presidir a tudo, mas vai-se tentar ir ao encontro do maior número de pedidos existentes. -----

Depois, há outra coisa, que é abrir concursos para essas pessoas, para que não estejam eternamente em mobilidade intercarreiras, ou seja, abrir concurso para que possam concorrer, e eventualmente sejam escolhidas nesse mesmo concurso, para que no âmbito do quadro de pessoal possam ter aquela carreira em definitivo. Relativamente aos CEI, é uma questão muito importante, e há demasiados trabalhadores nessa condição. São muitos, 270 ou 280, e uma parte importante é de pessoas adstritas à área das refeições e educação, que são 154, ou pelo menos era o último número que tinha de cabeça. -----

Vai ter que se encontrar uma solução, que a legislação também não permite, mas não se pode agora de repente, num trabalho que não é de 12 meses, principalmente os das escolas, porque não contempla as pausas coletivas, encontrar outro tipo de soluções. -----

Já estive a analisar uma outra possibilidade, mas ainda se está a tentar encontrar uma solução, porque a atual é uma má solução, já que as pessoas são admitidas num determinado dia, passada 1 ou 2 semanas, ou 1 ou 3 meses, vão-se embora, quando já estão mais ou menos enquadradas no serviço, e vêm outras, que se têm novamente de enquadrar no serviço. Assim, tem-se um problema muito difícil, para o qual se tem de encontrar uma solução. Apesar de haver uma ideia, ainda não sabe se é possível e se tem evolução, mas não se podem é admitir essas pessoas na câmara municipal, pois é muita gente. No entanto, tem que se ter, para boa eficácia do serviço, uma outra solução que não esta, que é muito má, e apesar disso leva qualquer coisa muito próxima dos 800 000,00€, que não é tão pouco como isso, entre estas pessoas que vêm dos CEI, e também os estágios que se têm, que não são muitos nesta altura. -----

Esteve a fazer este trabalho há bem pouco tempo, pois tinha um dado que não



estava correto, já que o dado que lhe foi fornecido, para si, não era rigoroso, eram cerca de 500 000,00€, achou que era pouco, e efetivamente era bastante mais. Assim, está-se a investir um valor muito apreciável, e por isso é necessário encontrar outro tipo de solução, para rentabilizar melhor o investimento que se está a fazer. -----

É aquilo que pode dizer, porque confessa que está preocupado, e a solução que se tem não é uma boa solução. -----

Interveio o Sr. Vereador Ernesto Ferreira, perguntando, para tentar perceber, sobre o que é esse custo de 800 000,00€, se são salários.-----

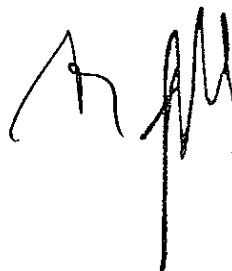
Respondeu o Sr. Presidente que são compensações que a câmara municipal tem que dar, que são 20% do valor da bolsa, mais o transporte e o subsídio de alimentação. Tudo isto junto, mais o seguro, multiplicado por mais de 200 pessoas, é um valor ainda elevado, apesar de em cada caso ser pouco, porque se está a falar, nalguns, de cento e poucos euros. Nalguns casos é mais, noutros menos, mas multiplicado por "X" meses dá um valor muito avultado. O próprio também não tinha essa noção, tinha um dado que suspeitava que não era rigoroso, já tinha algum tempo, e da última reunião que teve com o chefe da Divisão de Recursos Humanos, com as contas que fizeram, mas este ficou de lhe dar essa informação com maior rigor, chegou a um valor bastante elevado.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Aurélio Marques, agradecendo a intervenção e as informações do Sr. Presidente, no entanto tem algumas questões para constatar. ---

O Sr. Presidente referiu que eram cerca de 270 ou 280, e não pode agora quantificar o tempo, mas a informação que tinha era que seriam 242 ou 246, e por isso houve uma evolução, não vai chamar negativa ou positiva, porque depende do ângulo em que se veja a situação, mas aumentou. -----

Admite, como o Sr. Presidente disse, que é um valor apreciável, mas é evidente que é um valor residual, porque se estes trabalhadores fossem todos funcionários da câmara municipal, esta teria que pagar os respetivos salários, e não paga. Talvez por isso é que estão tantos trabalhadores, e até admite que numa análise de recursos humanos não sejam precisos tantos, se tiverem realmente vínculo à câmara municipal.-----

Terminou, dizendo que esteve na assinatura dos acordos mas não falou, falou o Sr.



Presidente, e quer mais uma vez elogiar o acordo a que se chegou nesta câmara municipal com as três partes envolvidas, o que foi extraordinário, e uma lição de esforço e democracia, que é de elogiar, não se pondo em causa as questões macro em detrimento das questões e acordos conseguidos no município. -----

Regista também a intervenção do Sr. Presidente, das centrais sindicais e dos sindicatos respetivos, no esforço que fizeram para chegar a um entendimento que foi importante. -----

Terminou, referindo que não dirige esta sua intervenção a ninguém em especial. ----

O Sr. Presidente interveio, dizendo que quando se está concentrado naquilo que é verdadeiramente importante e essencial consegue-se lá ir, mas quando se está disponível só para falar do supérfluo por vezes perde-se e não se vai lá. -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



Reunião de 2014/04/30

Deliberação nº

Lei nº 19/2014, de 14 de abril, I série, que define as bases da política de ambiente;-
Declaração de Retificação nº 26/2014, de 14 de abril, I série, que retifica o Decreto-
Lei nº 23/2014, de 14 de fevereiro, da Presidência do Conselho de Ministros, que
aprova o regime de funcionamento dos espetáculos de natureza artística e de
instalação e fiscalização dos recintos fixos destinados à sua realização, bem como
o regime de classificação de espetáculos de natureza artística e de divertimentos
públicos, conformando-o com a disciplina do Decreto-Lei nº 92/2010, de 26 de
julho, que transpõe a Diretiva nº 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do
Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno,
publicado no Diário da República, I série, nº 32, de 14 de fevereiro de 2014; -----
Portaria nº 85/2014, de 15 de abril, I série, que regulamenta a modalidade de
oferta educativa e formativa de Ensino à Distância para os alunos dos 2º e 3º ciclos
do ensino básico e do ensino secundário e revoga a Portaria nº 812/2010, de 26 de
agosto; -----
Portaria nº 91/2014, de 23 de abril, I série, que determina a realização de provas
obrigatórias para o ingresso na licenciatura em Educação Básica.-----
Tomado conhecimento.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata **075**

Reunião de 2014/04/30

Procº _____

Deliberação nº _____

1. Assunto: PAGAMENTOS AUTORIZADOS -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental, para conhecimento dos pagamentos autorizados pelo Sr. Presidente, pelo Sr. Vice-Presidente e pelo Sr. Vereador António Félix, no período compreendido entre 2014/04/10 e 2014/04/22, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

3. Informações/pareceres:-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas:-----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata **076**

Reunião de 2014/04/30

Procº _____

Deliberação nº _____

1. Assunto: BALANCETES -----

2. Resumo: Apresentados os balancetes os quais acusam o seguinte saldo em dinheiro: -----

Câmara Municipal:-----

Dotações Orçamentais-----19 950 466,64€

Dotações não Orçamentais----- 1 957 539,57€

Serviços Municipalizados de Água e Saneamento:-----

Dotações Orçamentais----- 3 733 364,68€

Dotações não Orçamentais----- 534 513,60€



3. Informações/pareceres:-----

4. Dotação orçamental: Plano -----Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----

Assunto: MOÇÃO – CONTRA A DESCLASSIFICAÇÃO DO TRIBUNAL DE VILA FRANCA DE XIRA -----

Presente para aprovação a moção dos membros do Partido Socialista, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para manifestação de discordância com o conteúdo do Decreto-Lei nº 49/2014, de 27 de março, defendendo a manutenção da área jurisdicional e competências do atual Tribunal de Vila Franca de Xira, órgão de soberania que deve continuar com capacidade de atender, julgar e fazer justiça nas instâncias que lhe são próprias, acolhendo com proximidade todas as pessoas, empresas e instituições que necessitam de justiça.-----

O Sr. Presidente interveio, solicitando ao Sr. Presidente para fazer uma síntese da moção, porque pensa que os Srs. Vereadores já a leram, não valendo a pena efetuar a sua leitura. -----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, dando conta que a propósito da reorganização do funcionamento dos tribunais judiciais saiu recentemente legislação que encerrou alguns tribunais no país, mas desclassificou um conjunto de outros, em que se insere o Tribunal de Vila Franca de Xira, que grosso modo deixa de poder julgar as execuções, perde a capacidade de desenvolver a instrução de processos-crime e deixa de poder julgar ações cíveis a partir dos 50 000,00€, e penais acima dos 5 anos, ou seja, passa a ser um tribunal de pequena instância, quer cível, quer criminal, sem capacidade de instrução dos processos-crime. -----

Não é claro ainda se as insolvências das empresas da área de influência do tribunal poderão vir a ser julgadas no Tribunal de Vila Franca de Xira, ou se terão também que se deslocar para Loures, uma vez que ainda há algumas zonas de sombra no âmbito da legislação, que ainda não estão absolutamente claras. -----

De qualquer maneira esta situação preocupa genericamente o município em três áreas que lhe parecem relevantes. A primeira tem a ver com a perda de centralidade que a desclassificação do Tribunal de Vila Franca de Xira gera, a segunda é a diminuição da importância jurídica do tribunal dentro do sistema judiciário, e uma terceira parte, que é também muito importante, o prenúncio para um futuro encerramento, ou seja, o caminho escolhido pelo Governo para o



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Atã **078**

Reunião de 2014/04/30

Procº _____

Deliberação nº _____

tribunal é neste momento a desclassificação para mais tarde poder vir dizer que tem menos processos, julga questões de menos importância, quer civil, que criminal, e mais vale encerrá-lo numa segunda fase.-----

Estas três situações, sob o ponto de vista do município, não podem deixar de constituir uma preocupação do executivo socialista, a que se soma uma outra, que diz respeito ao facto de se estar com esta medida e esta desclassificação a afastar ainda mais a justiça dos cidadãos, uma vez que a deslocação que foi escolhida por parte do Governo na reorganização dos tribunais fez com que estas ações que deixam de ser julgadas em Vila Franca de Xira passem a ser julgadas em Loures, o que do ponto de vista do transporte de grandes massas tem uma dificuldade acrescida para as pessoas que não têm viatura própria, uma vez que não há nomeadamente transporte ferroviário para esta localidade, o que não aconteceria eventualmente se a deslocação tivesse sido para outro tribunal. Esta situação é sempre negativa, uma vez que parte da desclassificação do Tribunal de Vila Franca de Xira, com a qual os membros do PS não estão de acordo. -----

Referiu ainda o facto de no caso específico do tribunal de família toda a população do concelho de Benavente deixar de ser abrangida pelo Tribunal de Vila Franca de Xira, deixa de se deslocar ao concelho de Vila Franca de Xira para resolver os seus problemas jurídicos, que são muitos, e passa a ter que se deslocar para tribunais no distrito de Santarém, que também para esta população tem uma dificuldade acrescida, uma vez que não têm transportes diretos para esses locais. -----

Enfim, é um pouco o que refere a moção que os membros do PS apresentam e colocam à discussão, e que consideram que tem mérito para poder vir a constituir a posição do município de Vila Franca de Xira, em que no fundo o que dizem é que este desacordo face à reorganização que foi feita, no que toca a Vila Franca de Xira, deva ser comunicado às instâncias que decidiram, nomeadamente ao Ministério da Justiça.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU encaram esta perspetiva de novo mapa judiciário como um verdadeiro abandono que se quer dar às populações no acesso às condições de justiça. -----

É uma decisão que se manifesta contra a própria vontade dos cidadãos e dos seus representantes autárquicos, tem também uma clara oposição e reserva dos



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata **079**

Reunião de 2014/04/30

Procº _____

Deliberação nº _____

profissionais da justiça e das suas organizações, e este Governo, se levar em diante esta decisão, ainda por cima tem bastante bem presente as consequências negativas que podem resultar duma decisão desta natureza.-----

Isto tudo acontece porque é consequência direta da famigerada reforma imposta pela Troika e aceite por um governo que está ao seu serviço, e que se não for demitido rapidamente continuará, com destaque para a Ministra da Justiça, que assumiu, infelizmente, para muita surpresa ainda de alguns, um grande orgulho por ter assumido integralmente o programa da Troika para a justiça, e o resultado está à vista, é aquele que todos conhecem. Aquilo que se sabe é o fecho de mais de 20 tribunais, a transformação de muitas dezenas de outros em meros balcões de atendimento, como sucede com a proposta do Governo para o caso de Vila Franca de Xira, e não muito menos grave e também aplicável a Vila Franca de Xira, a perda de valências, que é um exemplo muito claro do desrespeito deste Governo para com os interesses das populações, o que na opinião dos membros da CDU acentuará ainda mais a discriminação.-----

Esta é uma situação que porá em causa a própria coesão nacional, é pôr em causa também uma função de soberania do Estado e, acima de tudo, não só viola o princípio constitucional das condições de acesso dos cidadãos à justiça, como inclusivamente poderá tornar mais difícil e onerosa para as populações a resolução dos problemas nos tribunais do Estado. -----

Se um munícipe ou uma empresa do concelho de Vila Franca de Xira tiverem de ir a outro tribunal, noutra sede de comarca ou noutro concelho qualquer, como é óbvio, também do ponto de vista económico, por essa via, ficam prejudicados e seriamente penalizados.-----

No entendimento da CDU esta não seria a reforma necessária, nem a mudança para melhor, pelo que os seus membros apresentam o seu total desacordo com esta reforma e as implicações diretas possíveis para o Tribunal de Vila Franca de Xira, que resultarão, caso avance, numa pior condição de acesso para os cidadãos de Vila Franca de Xira e todos os seus intervenientes, sejam empresariais ou de outra natureza, posição que de facto tem de ser imediatamente derrotada. -----

Assim, o sentido de voto da CDU é o de acompanhar a proposta de moção entregue pelo Partido Socialista. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Atã 080

Reunião de 2014/04/30

Procº _____

Deliberação nº _____

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que se volta a discutir em reunião de câmara este tema, que foi discutido na câmara municipal em 11 de julho de 2012. Antes de dizer mais algumas coisas é tentado a comentar primeiro algumas outras. Em primeiro lugar, quando se diz que neste processo os profissionais da justiça estão contra, não é verdade, tanto não é que, por exemplo, a Ordem dos Advogados e os advogados representados em Vila Franca de Xira não se manifestaram contra esta alteração.-----

Dizia-se em 2012 que era posição do presidente da Ordem dos Advogados de então, que é semelhante à do presidente da Ordem dos Advogados de agora, e é semelhante à discussão havida dentro da ordem e à decisão que tomou, que não foi de ser contra este processo que está em curso, mas também se pode dizer que é uma estratégia que visa, no fim de tudo, eliminar o Tribunal de Vila Franca de Xira.-----

Não acredita que o Partido Socialista alguma vez queira encerrar o Tribunal de Vila Franca de Xira, e recusa-se a acreditar que o Partido Socialista, após esta reforma, quando ganhar as eleições, na sequência do que o seu líder tem dito, eventualmente não repor a reforma anterior da justiça, portanto por aí estar-se-á seguro, e estar-se-á seguro que com certeza não só repor a reforma da justiça anterior, como reforçará a capacidade do Tribunal de Vila Franca de Xira, trará para Vila Franca de Xira a sede da Portugal Telecom, que saiu para Loures, a sede da EDP, que saiu para Loures, o IKEA, que saiu para Loures, a agricultura que saiu para Santarém, e por aí fora, e nestas situações nunca viu uma moção ser trazida a reunião de câmara, quando em muitas destas decisões o Partido Socialista foi responsável ou corresponsável na matéria.-----

Em relação ao Tribunal de Vila Franca de Xira há mais uma situação que não é correta. A Troika é de facto responsável por tudo, incluindo por um processo da justiça que foi iniciado pelo Governo do Partido Socialista, nem foi iniciado pelo Governo do PSD ou pela presença da Troika, foi iniciado por um governo do Partido Socialista, e esse sim tinha a função de terminar com uma parte substancial das atividades que tem o Tribunal de Vila Franca de Xira.-----

No entanto, aquilo que é trazido à discussão é o que a política tem no seu pior, que é discutir os problemas pela rama. Não se sabe, e a câmara municipal devia



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Aça 081

Reunião de 2014/04/30

Procº _____

Deliberação nº _____

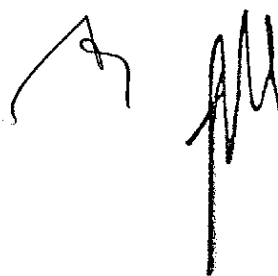
saber, qual é a consequência das alterações propostas no Tribunal de Vila Franca de Xira, qual é o número de processos que julga hoje e que deixará de julgar, qual é a quantidade de cidadãos que afeta hoje e que prevê que deixe de afetar. -----

Quando se diz que o tribunal afeta Vila Franca de Xira, é bom que se perceba que a maior parte da população do concelho está situada de Alverca do Ribatejo para baixo, não está situada de Alverca do Ribatejo para cima, e quando se fazem declarações sobre os problemas de mobilidade, é bom perceber-se que Vila Franca de Xira já não está no século passado, foram construídas muitas vias, meios de acesso, muitos transportes públicos, portanto, existem condições. -----

Quando se fala dos transportes de massas, um tribunal não é um estádio de futebol, e ainda bem que não é. A grande preocupação que deve assistir não são tanto estas questões de mero bairrismo exacerbado, sem ter nenhuma questão substancial, porque já se perderam outras, aí sim, perdendo importância e perdendo empregos associados a elas, e não foram faladas. -----

Ainda há poucos dias saiu mais um avião do Museu do Ar, e não viu o Partido Socialista, nem de Alverca do Ribatejo, nem de Vila Franca de Xira, dizer "aqui está um problema de um fator identitário sério de uma parte do concelho", não viu nenhuma questão ser levantada sobre a matéria, mas vê esta questão do tribunal, que é levantada agora com estes "papões" todos associados, quando os profissionais de justiça, e o próprio até poderia concordar ou discordar, mas se tivessem uma opinião contrária, teria de a respeitar na mesma, sendo a sua ou não. -----

O que o preocupa bastante e devia preocupar a todos no acesso à justiça é que não se deve ter uma justiça para pobres e uma para ricos, esta é que é a questão essencial. Não se deve ter uma justiça cara, como é hoje, e que por ser cara e morosa é uma justiça para ricos e não uma justiça para pobres. Há os ricos, que se safam à justiça, e os pobres condenados na justiça, como há exemplos de grandes milionários que são completamente absolvidos, ou os processos prescritos, e outros que vão ao supermercado, tiram um pacote de bolachas e a seguir têm um processo em tribunal e são condenados. Isto é que não é aceitável, e era nisto que os maiores partidos do arco do poder em Portugal deveriam estar preocupados e querer alterar, e não tanto na questão de se perderem processos acima de



50 000,00€. Por acaso até gostava de saber, e já em 2012 os membros da Coligação Novo Rumo perguntaram, quantos processos o Tribunal de Vila Franca de Xira julga por ano em toda a sua atividade de tribunal. -----

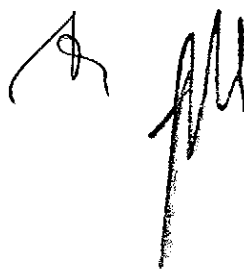
Terminou, dizendo que esta é uma falsa questão, é de mera política, de mera marcação de agenda, e uma tentativa de passar para fora “nós estamos contra tudo isto, de alterar tudo o que é para alterar, porque queremos manter tudo como está”. -----

Se o que está funcionasse bem, até se poderia perguntar por que é que se vai alterar, mas a verdade é que não funciona bem, não está bem, o cidadão no acesso à justiça tem morosidade, não tem resposta, é cara e não tem solução, pelo que efetivamente é preciso alterar algo, porque o país de 2014 não é o país do século passado, não faz sentido continuar a alimentar e a ter todas estas estruturas, que não são eficazes, e se fossem ainda se poderia questionar. -----

Pensa que o que faria sentido era tentar colaborar numa verdadeira reforma da justiça que trouxesse verdadeira solução para os problemas do país, porque um dos grandes, senão o maior “calcanhar de Aquiles” de Portugal, é a teoria do aguentem-se e deixa andar. Aliás, não é por qualquer razão que a grande reforma que o Dr. José Seguro propõe para a justiça é para o investimento estrangeiro ser tratado à parte, num tribunal especial, porque como sabe que não consegue resolver o problema, diz que “para os ricos e poderosos que investem no país eu arranjo-lhes uma solução rápida”, mas em relação aos outros que cá moram que se aguentem. O PSD não vai por aí e quer efetivamente alterar e tentar melhorar o sistema de justiça em Portugal. -----

O Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Vice-Presidente, referindo de qualquer modo que a teoria do “aguenta” é de Fernando Ulrich, e tem a ver com os mais desprotegidos. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dando conta que a reflexão que o Sr. Vereador Rui Rei fez, e bem, sobre os problemas da justiça no país, é uma discussão interessante, mas não se confunde em nada com a problemática da moção que aqui se traz, que é muito concreta e tem a ver com a defesa dos interesses do concelho de Vila Franca de Xira e das suas populações, as quais ficam mais desprotegidas com a desclassificação que foi feita do tribunal, veem o acesso à



justiça mais dificultado se tiverem que se deslocar para Loures, e as pessoas dos concelhos à volta, nomeadamente Benavente, deixam de vir a Vila Franca de Xira. Portanto, é uma perda de centralidade que deve preocupar o município de Vila Franca de Xira. É nesse sentido que o Partido Socialista traz a moção, que como bem referiu o Sr. Vereador já tinha trazido com igual preocupação em julho de 2012, e traz agora exatamente porque o projeto de lei que estava em discussão na altura, quando se concretizou em decreto-lei, em março deste ano, não melhorou as perspetivas que já na altura o preocupavam. -----

Tem a maior expectativa, e não podia deixar de ser assim, que quando o Partido Socialista chegue ao governo tenha a coragem e capacidade para fazer uma reforma na justiça, que se impõe, uma vez que a economia de um país não funciona se a justiça não funcionar. -----



Ficou absolutamente abismado com as declarações do Sr. Presidente do Conselho Superior de Magistratura, no início desta semana, que a propósito das prescrições do processo da banca veio dizer o que acha que é impossível de se ouvir num país civilizado, “o processo prescreveu porque o tribunal não estava preparado para aquele tipo de processos”, ou seja, o Presidente do Conselho Superior de Magistratura veio dizer que o tribunal não julgou porque não estava preparado para julgar.-----

Na sua opinião esta é uma declaração gravíssima e, tal como o Sr. Vereador Rui Rei referiu, e bem, embora não se confunda com a questão do Tribunal de Vila Franca de Xira, ou há uma reforma profundíssima da justiça em Portugal, ou Portugal fica em risco sob os pontos de vista económico, social, da equidade e do tratamento dos cidadãos. -----

De facto é gravíssima a situação em que a justiça se encontra. -----

Terminada a discussão, e na ausência momentânea do Sr. Presidente, o Sr. Vice-Presidente colocou o assunto à votação, perguntando quem vota a favor e quem vota contra, concluindo que a moção foi aprovada por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores da Coligação Novo Rumo. -----

Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da Coligação Novo Rumo, aprovar a moção apresentada pelos membros do Partido Socialista. -----



Assunto: MOÇÃO – PELA REPOSIÇÃO DAS FREGUESIAS-----

Presente para aprovação a moção dos membros da CDU, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, pela reposição das freguesias. -----

Interveio a Srª Vereadora Margarida Cavaleiro, referindo que, imbuída do espírito que se vive de comemoração dos 40 anos do 25 de Abril, e amanhã do 1º de Maio, integra-se esta moção pela reposição das freguesias. -----

Volvidos uns meses desde que esta reforma administrativa local está implementada, os membros da CDU manifestam claramente a convicção que esta medida não traz nenhum benefício, nem para a população, nem para o país, não há nenhum benefício que justifique aquilo que ocorreu, de facto tem é desvantagens, que é o afastamento das populações em relação ao poder local, a diminuição do número de eleitos, e é uma situação pela qual continuarão a lutar, pela reposição das freguesias anteriormente existentes. -----

De acordo com os argumentos apresentados na moção, nas passadas eleições autárquicas praticamente todas as forças políticas apresentaram às populações o objetivo de prosseguir a luta pela manutenção das freguesias, e de facto os serviços continuam a funcionar nas sedes daquelas freguesias que foram agregadas a outras. -----

Alerta para que no guião da reforma do Estado há também já propostas e a antevisão de uma perspetiva de agregação de municípios, ou seja, afastar ainda mais o poder local dos cidadãos, poder esse legitimado e consagrado decorrente da revolução de Abril, que interessa preservar, defender e até melhorar. -----

O grupo parlamentar do PCP apresentou, na semana passada, na Assembleia da República, 31 projetos de lei para a criação de 31 freguesias, em vários locais do país, entre estas freguesias estão Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, sendo 3 propostas de lei cuja leitura aconselham a todos. -----

Terminou, lendo os objetivos finais, pós argumentação, da moção. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que, como é conhecido, o Partido Socialista esteve contra esta reforma administrativa que foi levada a cabo, por um conjunto de razões que foi sobejamente discutido no mandato anterior, e aliás foram tomadas também posições por parte dos órgãos autárquicos, câmara municipal,



assembleia municipal e assembleias de freguesia, sobre a matéria.-----

Neste momento está-se numa altura em que os presidentes de junta e os seus executivos estão a organizar e a preparar um funcionamento de acordo com as uniões de freguesias respetivas, e os membros do PS creem que se está num momento em que é importante convocar as pessoas para se aproximarem umas das outras e para, de alguma forma, procurarem trabalhar em conjunto e criar espírito de corpo. -----

Independentemente da posição que se venha a tomar no final desta discussão, gostava de fazer uma pergunta aos proponentes, porque lhe parece que é relevante sob o ponto de vista da posição que eventualmente se venha a tomar. ----



Deu entrada na Assembleia da República, a semana passada, uma proposta do Partido Comunista sobre a desagregação de algumas das freguesias, que só faz essa proposta para alguns concelhos, e faz também para o de Vila Franca de Xira, mas não o faz para todas as freguesias que foram agregadas, ou seja, a proposta que o PCP faz na Assembleia da República é que haja um desmembramento da atual união de freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, mas relativamente à Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, Alverca do Ribatejo e Sobralinho, e Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras, mantém igual. -----

No caso, esta moção que foi presente a reunião de câmara não tem o mesmo teor, e os membros do PS pretendiam, no fundo, perceber um pouco qual é a lógica, para também poderem tomar alguma posição sobre a matéria. -----

A Srª Vereadora Margarida Cavaleiro interveio, agradecendo a questão colocada e esclarecendo que a mesma prende-se unicamente com o facto do processo e do trabalho desenvolvido no grupo parlamentar não estar finalizado, a ideia é de facto apresentar projetos de lei semelhantes para as restantes freguesias nas quais se identificou a vontade expressa da população pela sua manutenção. -----

Neste momento estes foram os 3 projetos que foram finalizados e entregues, posteriormente surgirão outros. -----

Quanto à moção dos membros da CDU, a mesma refere-se às 11 freguesias existentes anteriormente no concelho, ou seja, as propostas de lei abrangem 3, pensam que abrangerão no futuro as demais, mas não podem agora estar a comprometer-se com o trabalho do grupo parlamentar do PCP. Contudo, foi essa a

indicação que receberam, tendo a moção este carácter mais geral, manifestando o anseio de manter o poder local democrático junto das populações como anteriormente existia.-----

Interveio de novo o Sr. Vice-Presidente, agradecendo o esclarecimento e referindo que um dos argumentos que o PS utilizou aquando da discussão desta questão da reforma foi o facto de ter sido feita de cima para baixo, e não de baixo para cima, ou seja, ouvindo os principais interessados.-----

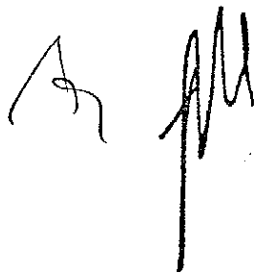
A indicação que tem, em termos de conversas um pouco informais, não escritas, nos contactos que tem tido com os presidentes de junta, a sua grande energia neste momento é para a consolidação desta nova realidade e a organização dos seus próprios serviços.-----

Sugere, em termos de discussão, se não poderia eventualmente fazer sentido, antes de a câmara municipal tomar uma posição sobre esta matéria, devolver a questão às juntas e assembleias de freguesia, para se perceber qual é a posição de cada uma, e depois então a câmara municipal poder eventualmente fazer uma análise um pouco mais global, tendo em conta as opiniões que venham das próprias freguesias.-----

Está-se muito em cima do tempo em que as uniões foram feitas para já se poder saber exatamente qual foi o resultado, ou pelo menos para poder dizer que em nenhuns casos os resultados foram positivos. -----

A sua questão é se os Srs. Vereadores não estariam disponíveis para que eventualmente a câmara municipal oficiasse as assembleias de freguesia e perceber qual é a situação ou sentimento que têm, e depois então tomar uma posição mais estruturada sobre a matéria. Como diz, os membros do PS estão em discussão livre sobre esta matéria, e ainda não há uma posição definida pela sua parte. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo pensar que se poderia perguntar à Assembleia de Freguesia de Alverca do Ribatejo se quer ser concelho, ou à Assembleia de Freguesia da Póvoa de Santa Iria se quer voltar a pertencer ao concelho de Loures, de onde saiu. A câmara municipal podia perguntar muita coisa, sendo que se não se mudasse nada estar-se-ia como há 100 ou 200 anos atrás. Se se quer perguntar às pessoas, os membros da Coligação Novo Rumo





estão disponíveis para que se pergunte a Alverca do Ribatejo e a todo o concelho de Vila Franca de Xira se é este o concelho que querem.-----

Se se quer questionar, então vai-se questionar tudo, tenha-se a coragem de questionar a organização política no concelho de Vila Franca de Xira, e consequentemente lançar o debate de questionar a organização política na Área Metropolitana de Lisboa, que passa eventualmente pela consolidação dos municípios.-----

O que está em cima da mesa não é discutir nada disto, o que está em cima da mesa é dizer “eu não quero discutir coisa nenhuma, o que eu quero é voltar ao passado”, porque quando se referem “as manifestações da população”, estas são zero. O próprio não veio nem de paraquedas, nem de avião, nem de helicóptero, mora no concelho desde 1975, e, com exceção da manifestação do poder corporativo de alguns autarcas em que, e pede desculpa pela força de expressão, “saiu-lhes o tiro pela culatra” na sua esmagadora maioria, porque foram derrotados, aqui é o Partido Socialista que é responsável, porque tinha maioria para resolver o problema e não o quis resolver, ficando refém de um moção inócua e irresponsável do Partido Comunista Português, em sede de assembleia municipal. Isto é a verdade, não vale a pena passar-se a responsabilidade para um qualquer ministro, um qualquer secretário de estado ou um qualquer governo, o poder político em Vila Franca de Xira tinha condição para resolver o problema, não o quis resolver, e ficou refém o poder político, nomeadamente o Partido Socialista ficou refém dos seus poderes e interesses locais, designadamente dos presidentes de junta, e ainda há pouco referiu um na freguesia do Sobralinho. -----

Quem saiu vencedor da reforma do poder autárquico em Vila Franca de Xira, e o próprio na altura disse, não foi a população, foi o Partido Comunista Português, e os membros do PS sabem disto, mas se não tiraram lições do processo e querem continuar, os membros da Coligação Novo Rumo estão disponíveis para questionar tudo. -----

Se se está num processo de mudança, então vão-se questionar as populações em Vila Franca de Xira sobre o que querem da vida, e consequentemente desafiar o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira para que na Área Metropolitana de Lisboa questione os seus pares se estão disponíveis para discutir





uma futura reestruturação do poder político na área metropolitana, e desafiar o Governo para que no futuro mandato possa discutir verdadeiramente a reforma da organização administrativa no país.-----

Só assim é que se vai discutir, caso contrário continuar-se-á na lógica “nós éramos a favor da alteração se ela emanasse da população”, isto era o que diriam alguns, mas “da população” há o velho descentralismo democrático, em que há um “politburo” que decide, que manda as diretrizes para baixo, e cá em baixo, a população, instruída e doutrinada, manda para cima aquilo que já recebeu, fruto da discussão da população já perfeitamente balizada, e diz “afinal o que nós queremos é isto e isto”, que já tinha sido decidido por meia dúzia de pessoas instruída e doutrinada.-----

Os membros da Coligação Novo Rumo não estão a favor disto, estão a favor de uma verdadeira discussão, e então discutir-se-á. É este o concelho de Vila Franca de Xira que se quer? Sim ou não? É a fronteira da lezíria a norte que se quer? Sim ou não? O concelho deve entrar dentro do concelho de Alenquer? Sim ou não? Quer a população de Alenquer pertencer a Vila Franca de Xira? Sim ou não? Quer Bucelas ser Vila Franca de Xira ou ser Loures? Sim ou não? Quer Loures perder uma parte, agregar, quer isto, quer aquilo, quer aqueloutro? Sim ou não? É assim que querem discutir, não é discutir questões de meros interesses locais, e aqui sim, de meros caciques locais que controlaram objetivamente nos últimos 20 ou 30 anos alguns interesses e interessados locais, que levaram a esta situação.-----



Só estarão disponíveis se se quiser, de uma vez por todas, fazer um verdadeiro debate daquilo que se quer ser em Vila Franca de Xira, porque, por exemplo, volta a dizer que a Póvoa de Santa Iria nem sempre pertenceu ao concelho de Vila Franca de Xira. Alhandra já foi concelho, está o poder político disponível para questionar a Alhandra o que quer da vida? Está o poder político disponível para questionar Alverca do Ribatejo sobre o que quer da sua vida? Está o poder político disponível para questionar a toda a gente o que é que toda a gente quer? Na sequência de tudo está a câmara municipal pronta para interpretar o sentimento das populações. Se for assim os membros da Coligação Novo Rumo estão disponíveis. Se for doutra forma pensa que a informação já começou a chegar, o Partido Socialista na Castanheira do Ribatejo votou contra uma moção similar à do

Partido Comunista, o PS da Castanheira do Ribatejo já disse que não quer alteração de coisa nenhuma sobre esta matéria. Portanto, não sabe, os Srs. Vereadores mandarão, e os membros da Coligação Novo Rumo seguirão a sua consciência.-----
Tomou a palavra a Srª Vereadora Margarida Cavaleiro, dizendo que os membros da CDU estranham um pouco a proposta que o executivo apresenta, na medida em que se durante a campanha foi apresentada à população a perspetiva da prossecução na luta pela manutenção das freguesias, não lhes parece agora, nem sequer coerente com a própria campanha e os próprios pressupostos que se apresentaram à população, voltar atrás nesta luta. Se o executivo se comprometeu que ia prosseguir esta luta julgam que tem aqui uma excelente oportunidade para o fazer. -----

Em relação ao sentimento das populações, e procurando também dar um pouco resposta às preocupações do Sr. Vereador Rui Rei, o sentimento que os membros da CDU recolheram junto das populações foi sempre esse, e permanece sendo esse. Existem, no caso de Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras, onde não existe um transporte público que una as duas freguesias, e a Calhandriz não tem nenhum transporte público direto para Alhandra, com transbordos haverá. A freguesia da Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa ficou com mais de 40 000 habitantes, e é uma superfreguesia, com todas as dificuldades na proximidade às populações que daí advêm, pelo que julgam que a moção está bem defendida e parece-lhes também que os presidentes de junta terão todas as condições para a acompanhar. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, fazendo apenas uma referência que é importante, é que antes mesmo das eleições no concelho de Vila Franca de Xira, na decorrência aliás de uma iniciativa da câmara municipal junto de todas as juntas de freguesia, todos os presidentes de junta na altura e todos os candidatos às juntas de freguesia assumiram o compromisso de manter nas sedes de cada uma das freguesias que hoje fazem parte da união os serviços de proximidade, tanto mais que, e a câmara municipal referia isso, uma simples aglomeração de freguesias podia acabar com alguns serviços essenciais muito importantes para as zonas mais rurais, como por exemplo os correios, o Multibanco, que, como se sabe, na Calhandriz, nas Cachoeiras e no Sobralinho, se lá estão é porque a junta lá estava. Foi assumido esse compromisso e, tanto nas juntas de freguesia que entretanto

foram ganhas pela CDU, quer nas que foram ganhas pelo Partido Socialista, ficou claro, e está a ser feita a manutenção, todos os executivos das juntas do concelho estão a cumprir esse compromisso que assumiram perante os órgãos autárquicos da altura, sendo isso que para si é relevante, uma vez que essa preocupação com a manutenção da realidade local se mantém em todas as freguesias. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que a discussão foi muito interessante e importante, sem dúvida, e com pontos de vista enriquecedores para uma futura discussão, porque efetivamente a reforma administrativa do território nacional tem que se fazer, não seria esta, mas tem que se fazer. Provavelmente começou-se pelo elo mais fraco, dever-se-ia olhar para o território no seu todo, e é nessa questão que de facto se calhar os membros da câmara municipal se devem concentrar e têm que voltar a esta discussão.-----

Neste momento, daquilo que observa, as pessoas adaptaram-se rapidamente a uma nova realidade e os presidentes de junta, com os seus executivos, estão a tentar dar o seu melhor para trabalhar de acordo com esta nova realidade.-----

O que as populações querem é ser bem servidas, e por isso mesmo, conforme o Sr. Vice-Presidente lembrou, todos os partidos se comprometeram com o mesmo, ou seja, manter os serviços, as juntas de freguesia a funcionar e os mesmos funcionários nessas mesmas juntas. Esse serviço está a ser prestado e as pessoas, naturalmente, no seu dia a dia, recorrem aos serviços da sua junta de então, do seu território, por isso, enquanto essa reforma de fundo não vem, há que haver amadurecimento de pensamento, e sobretudo coragem política para o fazer, porque não é fácil, se fosse fácil já tinha sido feito há muitas décadas atrás, mas é um imperativo do desenvolvimento da coesão territorial do país. -----



Esta era a única nota que queria dar acerca da discussão que foi efetuada, pelo que coloca o assunto a votação, perguntando quem vota contra e quem se abstém, concluindo que a moção é rejeitada com os votos contra da Coligação Novo Rumo e do Partido Socialista, e com os votos a favor da CDU. -----

Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros do Partido Socialista e da Coligação Novo Rumo, rejeitar a moção apresentada pelos membros da Coligação Democrática Unitária.-----



Deliberação nº _____

Pelas 12h38, após a discussão e votação do ponto 18 da ordem do dia, o Sr. Presidente deu a palavra ao público presente, prosseguindo com a discussão dos restantes pontos da ordem do dia. -----

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----
VANDALISMO E ROUBO - SOBRALINHO -----

Interveio o munícipe, Sr. Manuel Fernandes, dizendo ao Sr. Presidente que vem a esta reunião para comunicar o vandalismo e roubos que lhe têm feito, nuns terrenos que tem, desde há mais de 2 anos. Tem-se queixado à câmara municipal, tem-se queixado à PSP, tem-se socorrido a todos os lados, e nunca ninguém lhe valeu. Têm-lhe vandalizado tudo, bem como à volta, e a todos os que lá têm terrenos. Vandalizaram terrenos e barracas, mas nunca ninguém quis saber de nada, e por isso mesmo está hoje presente. -----

Interveio o Sr. Presidente, perguntando desde quanto é que acontece, e o que é que acontece. -----

Prosseguiu o munícipe, respondendo que se passa há mais de 2 anos, e comunicou muita vez com a anterior Srª Presidente. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que então já vem do anterior mandato, e perguntando quando é que começou a situação. -----

Esclareceu o munícipe que a situação começou assim que a PSP veio para o Sobralinho. Enquanto esteve a GNR, nunca lhe tocaram em nada, mas veio a PSP e começaram-lhe a vandalizar tudo. A PSP vai lá muitas vezes, e até pediu aos agentes para identificarem as pessoas e comunicarem, pois sabe como é que se trabalha, mas chegavam lá e nunca identificavam ninguém, nunca lhes disseram nada, e só identificavam o próprio, para fazer a participação. -----

Ninguém quis saber de nada, e até gostava que alguém lá fosse ver como é que aquilo está. Vandalizaram tudo, não só a si, a tudo por ali fora. Foi o último a ficar, assim que começaram a vandalizar, e começaram por roubar-lhe uma ovelha, depois uma cabra, as galinhas, roubaram-me tudo o que tinha, partiram-lhe tudo, e está lá um vandalismo que só visto. -----

Agradecia que os Srs. Vereadores ou alguém fosse lá ver, para ver o que lá está, e não ser o próprio a estar a dizer o que vai por aí fora. Vandalizaram uma quinta, da Novex, e até partiram a banheira, partiram a vivenda toda, que está lá, podendo-se ver o que foi feito. -----

Considera que o Sr. Presidente tinha uma grande oportunidade, pelos vandalismos que essas pessoas têm feito e os nervos que têm criado a todos, e deveria chegar

A *PM*

lá e dizer-lhes: “ têm 8 dias para saírem com tudo daqui, por justa causa”. Era assim que se fazia, pela maneira com que fazem aquilo a todos. Os proprietários já fizeram um abaixo-assinado, mas ninguém quis saber, e alguém tem que se mover, sendo que a situação passa-se no Sobralinho, com os ciganos. -----

O Sr. Presidente interveio, pedindo desculpa e dizendo que não tinha registo nenhum da situação, e até pensou que o local fosse em Alverca do Ribatejo, que é o da residência do munícipe. -----

Interveio de novo o munícipe, referindo que tirou uma fotografia da entrada, que veio no jornal O Mirante, que é só o começo do que era ali um bairro, com barracas, onde estavam as coisas para arrumar tudo. Havia lá criação e muita coisa, mas partiram-lhe e vandalizaram tudo. Roubaram-lhe as laranjas, roubaram tudo o que lá tinha, e nunca disse nada por o roubarem. Para si dever-se-ia chegar lá e dizer aquilo que referiu, e gostava que os Srs. Vereadores fossem lá ver. -----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que já recebeu há algum tempo um e-mail, depois veio outro, não sabe se do munícipe, se de alguém na mesma situação, e transmitiu à Polícia de Segurança Pública. -----



Interrompeu o munícipe, referindo que a PSP vai lá, mas não identifica nem fala com ninguém, não lhes mete medo. O Sr. Presidente da junta conhece-o bem, foi GNR em Alverca, e sabe como é que se trabalha. -----

Prosseguiu o Sr. Presidente, mencionando que é por isso que foi feita a referência à GNR, ao que o munícipe disse não ser por isso, já que enquanto a GNR esteve no Sobralinho nunca lhe levaram nada, só depois, e todos se dão bem consigo. -----

O Sr. Presidente prosseguiu, referindo que o que vai fazer, agora que há um novo comandante, neste caso uma Srª Intendente, é telefonar e escrever-lhe, no sentido de, em termos da capacidade e competências da Polícia Segurança Pública, fazer aquilo achar que deve fazer. -----

Interveio o munícipe, dizendo que andam lá a fazer outra vez barracas, saíram de lá uns, mas estão lá, vandalizam e roubam tudo, e a melhor coisa é a justa causa, saindo dali com eles todos, pois o terreno onde estão não é deles, tomaram posse daquilo que não é deles. -----

Interveio de novo o Sr. Presidente, para dizer que o munícipe está a falar de uma outra coisa, que vai muito para lá dos roubos. -----



Interrompeu o munícipe, referindo que eles cortaram quase todas as oliveiras numa quinta, do Sr. António, que está acamado, e que não se pode mover. Vandalizaram-lhe tudo, e a tudo por ali, como ao Sr. Favas. Roubaram e vandalizaram tudo a toda a gente, e isso não pode ser.-----

Agradecia que os Srs. Vereadores lá fossem ver, para dizerem como é que está, e não ser só o próprio a falar. Anda com uma crise de nervos, pois gostava de ter tudo orientado, passava ali o seu tempo, e agora anda nas ruas, porque não tem nada que fazer. Ainda agora lá esteve, tem tudo abandonado e devorado, não se pode lá fazer nada, porque eles devoram tudo. Agradecia que alguém lá fosse ver e lhes comunicasse que os punha dali para fora. -----

Não é só o próprio, fez-se um abaixo-assinado, sendo que desde o Sobralinho até em baixo, ao Casal Barroso, está tudo abandonado, contentores e redes, pois vandalizaram tudo, e por isso agradece alguma novidade. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que o Dr. Fernando Barreiros questiona se o munícipe já apresentou queixa contra incertos na polícia.-----

Respondeu o munícipe que o fez muitas vezes, já lá foi mais de 50 vezes, há 2 anos que anda a recorrer, e a polícia nunca identificou ninguém. O Chefe Rocha foi o primeiro a lá ir, ele que diga como estava aquilo, logo no princípio, não há ponta por onde se pegue. Cortaram as redes por dentro, deixaram-lhe tudo como está, abandonado, e agora há outros que andam lá a fazer barracas, pois juntam-se todos, fazem as barracas ao lado, e quando se dá conta é um pandemónio, e ninguém atura isso. -----



Interveio o Sr. Presidente, mencionando que esta é uma situação difícil, e uma discussão muito mais profunda. Naturalmente que o munícipe a sente na pele, percebe-se e compreende-se a sua revolta, mas está-se a falar de outro tipo de políticas que, de facto, este ou outro Governo qualquer tem de resolver. São questões que têm a ver com o apoio a determinado tipo de pessoas, que tem este tipo de situação, algumas porque não têm outras condições, outras em que efetivamente se conhece bem a realidade. -----

A realidade, muitas das vezes, é que são questões de marginalidade pura e dura, e noutros casos são pessoas para as quais a própria sociedade vai ter de encontrar soluções, para lhes dar alguma outra oportunidade de vida que não seja esta que o



Deliberação nº _____

O munícipe interveio, agradecendo a colaboração, não é só por si, mas por todos os que estão por ali, pois está tudo vandalizado, e pede desculpa pela sua atitude, porque está enervado, já que a situação lhe custa muito. -----



Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

CENTRO DE SAÚDE DE ALVERCA DO RIBATEJO -----

Interveio o munícipe, Sr. Silvino Santos, dizendo que tem várias questões para apresentar. Em primeiro lugar, não sabe se se está a par do que se está a passar no Centro de Saúde de Alverca, ou seja, nos últimos 6 meses desapareceram oito médicos adstritos ao centro de saúde. Do Serviço Nacional de Saúde não houve qualquer substituição desses médicos, dois estavam a contrato, eram colombianos, terminaram o contrato em dezembro e não foram substituídos, e os outros 6 médicos que estavam ao serviço até à data de hoje saíram. -----

É uma situação que a câmara municipal deve ter em conta, porque custeou as obras do centro de saúde novo, e neste momento, se eram cerca de 100 000 os utentes sem médico de família, agora há muitos mais. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que a câmara municipal tem vindo a acompanhar este processo, que atinge todas as unidades de saúde do concelho, dos centros de saúde, mas com maior acuidade em Alverca. -----

Tem estado em contacto com o diretor dos centros de saúde, que lhe tem manifestado a sua impotência para resolver, dentro do quadro das suas competências, que são muito reduzidas. Ele transmitiu a sua preocupação, e inclusivamente em reunião de câmara já se aprovou uma moção sobre a dificuldade das pessoas em terem acesso a médico de família, e na altura o problema não era tão grave como se põe hoje. O problema piorou desde a altura em que se aprovou essa moção, e a autarquia está muito preocupada, pois saíram agora 4 médicos, que não foram substituídos, nem se sabe quando vão ser. -----

Há uma filosofia que tem a ver com aquilo que é o pensamento estratégico relativamente ao Serviço Nacional de Saúde neste momento, que é efetivamente reduzir ao máximo os médicos de família, e por outro lado, os médicos de família, alguns já jubilados, que vieram novamente para o serviço, muitas vezes requerem, não os jubilados, mas os outros, a não exclusividade. Querem trabalhar para o Serviço Nacional de Saúde, mas querem também ter a possibilidade de trabalhar noutros locais, e aí entra o grande problema, porque a dificuldade em encontrar médicos é que muitos não querem exclusividade, e isso pouco interessa à população, que o que quer são médicos. -----



Reunião de 2014/04/30

Deliberação nº

Já transmitiu ao Sr. Diretor, ao coordenador dos centros de saúde de Vila Franca de Xira, que agora também abrange Arruda dos Vinhos, Benavente e Alenquer, o que é uma imensidão, a preocupação da câmara municipal e a necessidade de resolução, e inclusivamente já se enviou um ofício ao Sr. Ministro da Saúde.-----
Portanto, é aquilo que se pode fazer, e é o que se está a fazer, no sentido de insistir para resolver estes problemas. -----



Deliberação nº



Reunião de 2014/04/30

Deliberação nº

Em relação à questão da tropa, este ano, pela primeira vez, além de afixar os editais, a junta publicou nos dois sites, correspondentes às duas anteriores juntas, que ainda estão em funcionamento, o do Sobralinho e o de Alverca do Ribatejo. Assim, os dois editais com todas as chamadas para a tropa estão publicados nos sites, que podem ser consultados por toda a gente, e foi feita até a devida divulgação, sendo que foi por estas razões que se deixaram ainda os dois em funcionamento. -----



Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

OBRAS E ARRUAMENTOS - SOBRALINHO -----

Interveio o munícipe, Sr. Silvino Santos, referindo, em relação às obras e arruamentos, que o Sobralinho, nos últimos 2 meses, passou a ser um estaleiro, com várias empresas nas obras, o que lamenta, não sabendo o que vai acontecer nestas ruas, com estes arranjos que estão a ser feitos, daqui a 4, 5 meses, ou eventualmente quando o inverno rigoroso voltar. Vão ser caminhos de cabras, é isso que vai acontecer aos remendos que se estão a fazer, e pensa que a câmara municipal deverá acompanhar estas situações. -----

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, dizendo, em relação às obras na estrada dos Baltares, que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia também colocou a questão no início da reunião, sendo que neste momento, tendo o executivo da câmara municipal conhecimento das anteriores reuniões, conforme o próprio tem vindo a informar, os SMAS, pelas condições, situações e motivos que já foram expostos, estão sensivelmente a 2 semanas de terminarem a sua intervenção, para posteriormente os outros operadores, Lisboagás e a EDP, concluírem os trabalhos, no âmbito das responsabilidades que lhes estão imputadas. -----

Foi pedida à empresa uma intervenção e celeridade, e o Conselho de Administração dos SMAS teve essa preocupação, de reunir com a empresa e pedir-lhes duas frentes de trabalho, considerando todos os antecedentes que estão em causa, e até a própria artéria em si. -----

Neste âmbito, aproveitou-se para fazer alguns trabalhos de beneficiação, nomeadamente aos ramais dos moradores, beneficiando a entrega e abastecimento. -----



Reunião de 2014/04/30

Deliberação nº

Está-se a aguardar a aprovação de hoje, mas não está a colidir com os trabalhos do desvio da linha de água, que era obrigatório.-----



Reunião de 2014/04/30

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----
SITUAÇÃO DAS PESSOAS QUE PRESTAM SERVIÇO PROVENIENTES DO CENTRO DE
EMPREGO -----

Interveio o munícipe, Sr. Silvino Santos, referindo-se ao ponto 13 da ordem do dia, e às pessoas que estão a fazer serviço provenientes do Centro de Emprego, em que o Sr. Presidente referiu, e bem, que estão uma ou duas semanas e vão-se embora, mas não se sabe por que é que se estão a ir embora, sendo que o próprio não está nessa situação. -----

Interrompeu o Sr. Presidente, esclarecendo o munícipe que, normalmente, os pontos que são tratados no âmbito da ordem do dia não podem ser discutidos pelo público, mas dá-lhe a possibilidade de desenvolver o seu raciocínio.-----

Interveio de novo o munícipe, dizendo que é bom que seja dito, porque o que está a acontecer é que os efetivos que estão nas escolas, pertencentes ao Ministério da Educação, não estão a aceitar as pessoas que são admitidas pela câmara municipal ou inclusivamente pelos agrupamentos, pois alguns agrupamentos também estão a fazer este tipo de contratos, em termos de bolsa. -----

Assim sendo, é evidente que as pessoas ao fim de uma ou duas semanas, não se sentindo bem, são obrigadas a abandonar, ou seja, há várias queixas no Centro de Emprego de Vila Franca de Xira relativas a essas situações, e se a câmara municipal não tem conhecimento, passa a ter. -----

1. Assunto: PROJETO DE REGULAMENTO DE PROPAGANDA POLÍTICA E ELEITORAL DO MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 51/14, de 10/04, do DGAFJ/DAJ, para aprovação da submissão a discussão pública, pelo período de 30 dias úteis, do projeto de Regulamento de Propaganda Política e Eleitoral do Município de Vila Franca de Xira. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 51/14, de 10/04, do DGAFJ/DAJ, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Presidente, referindo que este ponto é para discussão pública, e é um processo que já foi, desde há muito tempo, reclamado numa ou outra reunião, ou em várias. Aquilo que diz é que é uma proposta que se pretende atualizar de acordo com a lei vigente, na medida em que é um regulamento existente desde 1998, nunca teve alterações, e naturalmente neste tempo todo é necessário que essas alterações sejam feitas, cumprindo o que a lei determina. -----
O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, mencionando que os membros da CDU consideram não haver necessidade do município se dotar de um regulamento desta natureza, com estas implicações e objetivos. Sobre estas matérias reiteram o que sempre disseram, e socorrem-se também de diversos pareceres de entidades que tutelam e fazem jurisprudência sobre assuntos desta natureza que, de uma forma ou outra, para esta ou qualquer outra circunstância, mantêm uma constância em relação à análise que deve ser feita sobre matérias relacionadas com a liberdade de propaganda e, consequentemente, possibilidades de atuação legal sobre a mesma matéria. -----

Têm o entendimento, e sobre isso o parecer da Comissão Nacional de Eleições é muito explícito, que a Lei nº 97/88, de 17 de agosto, não concede qualquer margem de decisão aos órgãos autárquicos ou outros, para determinar locais proibidos para afixação de propaganda, portanto é uma matéria insuscetível de discussão. É clara a posição da Comissão Nacional de Eleições, e toda e qualquer decisão que possa ser tomada neste município sobre a matéria confere uma situação de ilegalidade. -----

Suportam-se também no princípio geral da liberdade de propaganda, através da Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 37º, e no momento exato em que se está a comemorar os 40 anos do 25 de Abril, em que hoje as forças políticas se fizeram representar nesta câmara municipal, de forma unânime, querendo manter vivo o espírito da democracia participativa, que é também a possibilidade de eleger, ser eleito, e produzir opinião livre sobre essas matérias. -----

O artigo 37º, sobre a liberdade de expressão e informação, dá constitucionalmente a possibilidade e o direito de expressão e de divulgar livremente o pensamento pela palavra, pela imagem, sob qualquer outro meio, assim como o direito de informar, de se informar e ser informado, sem qualquer tipo de impedimentos ou discriminações. Parece-lhes bastante importante esta parte final do nº 1 deste artigo, e que esse mesmo exercício não pode nem deve ser limitado sob qualquer tipo ou forma de censura ou impedimento legal que se queira constituir. -----

Quanto a toda e qualquer infração no exercício desses direitos, chama à atenção que há legislação própria, adequada, que rege e determina como é que os procedimentos devem acontecer, e não cabe a outras entidades que não sejam os tribunais judiciais ou as entidades administrativas independentes, nos termos da lei, o exercício de direito criminal ou ilícito através de ordenação, contraordenação ou até através da figura de mera ordenação social. Desta forma, todo e qualquer tipo de infração só pode ou deve ser decidido e julgado através destas entidades, e a todas as pessoas, singulares ou coletivas, estão assegurados os direitos da igualdade e eficácia, no que diz respeito à possibilidade de liberdade de propaganda nos termos da Constituição da República Portuguesa. -----

Por fim, a atividade de propaganda político-partidária, tenha cariz ou não eleitoral, independentemente da motivação que a ela está subadjacente, fora ou dentro dos



períodos de campanha, já tem ressalvas e proibições, limitadas nos termos previstos pela lei. Assim, entendem que o quadro legal vigente é suficiente, é claro, e é de se dispensar a adoção de um instrumento desta natureza, que poderá naturalmente violar princípios constitucionais. -----

Dirigem-se concretamente às forças políticas que estão representadas neste momento, em que se comemora o 25 de Abril, e questionam se faz sentido aplicar estes condicionamentos, que poderão ser violadores de princípios constitucionais, e se é necessário o município dotar-se de uma ferramenta que, sem o devido enquadramento, possa limitar ou querer ter a ambição de limitar o exercício da liberdade de expressão por parte dos partidos políticos. No entender que têm nada disto faz sentido e, com o quadro legal existente, estão perfeitamente assegurados para poder intervir num espaço público, tal como determina a legislação aplicável. -

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo congratulam-se pela apresentação deste regulamento, como o do ponto 20 da ordem do dia, e foram propostas que solicitaram de há muito a esta parte. Assim, estão satisfeitos que existam e possam discutir e melhorar. Não têm dúvidas, no que respeita a este projeto de regulamento de propaganda política e eleitoral no concelho, que não só não é consensual, como é de difícil implementação, porque infelizmente, quer nos partidos políticos no seu todo, quer depois na Comissão Nacional de Eleições, que é também constituída pelos membros nomeados pelos partidos políticos, não deixam de ser caricatas as discussões que se ouvem regularmente na televisão. -----

O próprio tem as interpretações absolutamente estapafúrdias que a Comissão Nacional de Eleições tem vindo a dar nos últimos tempos, e a verdade é que são estapafúrdias, mas são o reflexo dos representantes dos partidos que lá estão. Portanto, se calhar os próprios partidos políticos têm de alterar a sua maneira de pensar, até com questões tão simples como a das redes sociais, como do Facebook, em que a própria Comissão Nacional de Eleições resolveu dar opiniões sobre a matéria, chegando ao limite de proibir o uso de algumas ferramentas, dentro dessas ferramentas, ao serviço da comunicação eleitoral. -----

O que se tem é que evoluir, e o 25 de Abril não tem a ver com a questão do regulamento, ou não deveria ter, pois já passaram 40 anos do 25 de Abril, sendo

A *[assinatura]*

que compreende que nos primeiros anos havia o problema de como era sempre visto o proibir algo. A TSF tem até um programa, que de vez em quando passa, “Os tempos em que tudo era possível” e isso é o retrato de alguns dos tempos onde tudo era possível.-----

Contudo, passaram 40 anos, já é a idade das pessoas terem cabelos brancos, e alguns não terem, como é o seu caso, e considera que se tem de evoluir um pouco neste processo. Regras não têm a ver com proibição, não têm a ver com não permitir a democracia, com não permitir a liberdade de expressão, com não permitir aos partidos políticos expressarem a sua opinião. No entanto, os partidos políticos também têm de ser balizados, têm que ter regras e respeitar um conjunto do território nacional, em particular das autarquias. -----

Todos têm pecados, não é um mais e outro menos, e é fundamental que se discipline, porque não há muitos países na Europa onde a anarquia seja igual à portuguesa. Não há muitos países na Europa onde se façam as campanhas eleitorais como até há pouco tempo se fazem ainda em Portugal. Se se for a muitos dos países europeus as campanhas eleitorais estão perfeitamente delimitadas em determinados espaços, e é por ali que se fazem, não há mais espaço. Também, eventualmente tem que se evoluir nestas questões, depois de detalhes de semântica, se são ferramentas comerciais ou não. No limite são todas comerciais, porque com a exceção de uma ou outra área, em que os partidos têm alguns meios, tudo o resto é comercial, porque têm que se alugar para poder fazer um conjunto de trabalhos. Desta forma, tem que se evoluir um pouco neste processo, para conseguir atingir um processo maduro de decisão.-----

Depois, não há dúvida que há matérias, independentemente de se correr um risco, porque todos sabem o que a Comissão Nacional de Eleições pensa, em que se deveria questionar a mesma, e independentemente dos membros da Coligação Novo Rumo estarem disponíveis para aprovar, dever-se-ia, neste espaço, questioná-la, porque existem variadíssimos pareceres da comissão, e até um acórdão do Tribunal Constitucional, o nº 636/95, que se refere a esta questão. -----

Até a própria Comissão Nacional de Eleições diz que todos os regulamentos são considerados espaços adicionais à liberdade que já existe, como se fosse possível, o próprio, no território, dizer que tem todo o seu espaço para o fazer, porque no





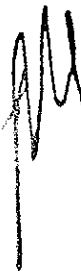
fundo o que diz a comissão é que o pode fazer em todo lado, com a exceção do que está previsto na lei, em que há espaços onde o legislador já disse que não o pode fazer. Aí não é o coartar de alguma liberdade, mas, com todos esses espaços, consideram-se estes regulamentos como espaços adicionais, como se fosse possível que o território crescesse face ao que já existe. Ele existe, é este o território, não está a conquistar território para Loures, não há outro, e portanto tem que ser avaliado e discutido neste contexto. -----

Há detalhes que gostariam de ver corrigidos neste regulamento, como o requerimento dirigido, em que a decisão é tomada pelo presidente da câmara municipal, pois entendem que deve ser tomada pelo órgão câmara municipal, como forma de preservar a verdadeira democracia do espaço. Não é o presidente que decide, de acordo com um conjunto de regras, é claro, mas de acordo com o seu pensamento, é a câmara municipal que decide o que haja a decidir com base neste regulamento, ou o que haja a comunicar com base nele. Assim, pensam que isso deve ser corrigido e avaliado. -----

Quanto ao mais, com certeza que vão ter de se habituar, e têm consciência que haverá diminuição das formas de fazer propaganda, mas também há diminuição do dinheiro, e ainda bem que há, porque não se pode mais continuar a gastar as fortunas que muitas vezes se gastam durante 15 dias, em que muitas vezes a única coisa que se faz é cultivar o ego, e pouco mais do que isso. -----

Tem que se dar um passo em frente, e pensa que todas as questões que venham a ser decididas na câmara municipal devem ser decididas de acordo com a colegialidade da mesma, como forma de preservar, tanto quanto possível, a unanimidade nas decisões. Gostariam que fosse também incluída a questão da propaganda sindical, que está omissa, e deve ser considerada em pé de igualdade com a propaganda política, porque está-se a falar de questões semelhantes, que devem ser abrangidas pelas mesmas condições que este regulamento apresenta. -- Depois, há questões de pormenor que podem entregar, o facto de ser preciso fazer a distinção entre propaganda política e eleitoral, porque eleitoral é no espaço confinado à marcação das eleições, e eleitoral é durante o espaço temporal. O artigo 3º deve reportar-se a toda a área, no artigo 6º não veem a pertinência em relação à comunicação prévia, e é preciso avaliar. No artigo 7º sugerem a redação,

A



designadamente das pessoas com mobilidade reduzida ou invisuais, bem como do acesso a edifícios públicos ou outras edificações, e na alínea k), do nº 1, do artigo 14º, sugerem uma redação que quer dizer precisamente o oposto do que é pretendido. -----

Poderão fazer chegar estas sugestões, mas independentemente da aprovação, pensam que se deveria solicitar um parecer às entidades, como forma de saber o que pensam sobre a matéria, até porque têm uma competência sobre esta área.----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que crê que há uma questão, e que esta proposta do Sr. Vereador Rui Rei pode tirar dúvidas, que já foram expressas, estando provavelmente muito inclinado, no decorrer desta reunião, para absorver esta proposta ou sugestão.-----

O Sr. Vice-Presidente tomou a palavra, afirmando que se está a apresentar esta proposta ainda para discussão pública, e a ideia é recolher o máximo de contributos que possam vir a existir, agradecendo desde já os contributos que o Sr. Vereador Rui Rei apresentou, e também que, eventualmente, os de detalhe possam chegar, para futura inclusão no documento que possa vir a ser final.-----

Julga que neste período de discussão pública se poderá remeter um pedido de parecer à Comissão Nacional de Eleições, sendo certo que pode nem sequer responder, uma vez que não está obrigada a dar parecer sobre os pedidos da câmara municipal, de qualquer das formas pode ser que dê, pois muitas vezes estas questões com a Comissão Nacional de Eleições são assim.-----



Gostaria ainda de referir dois ou três aspetos que lhe parecem revelantes sobre este regulamento. Em primeiro lugar, é um ponto de chegada, depois da análise que foi feita a um conjunto de outros regulamentos que já estão aprovados por parte de outros municípios, e também naturalmente os juristas que o construíram estiveram a analisar as decisões e pareceres que já há da Comissão Nacional de Eleições sobre diversas matérias. Este regulamento procura ser já um documento que faça a congregação destas situações e interesses todos, mas é também um regulamento que não é em nada diferente do que se passa em boa parte das cidades dos países democráticos da Europa, com uma grande experiência e nenhum tipo de censura sobre os diversos partidos políticos.-----

Há zonas, que são aliás colocadas pelas próprias cidades como infraestruturas, que



Deliberação nº _____

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que existe quadro legal, enquadramento legal, normas legais e legislação para o efeito, e se não se



soubesse do que se está a falar, ou se alguém mais distraído ouvisse outros a falarem sobre a matéria, até pareceria que se vive num concelho em que funciona o “reino das bananas”. Não é bem assim, há legislação, observada por todas as forças político-partidárias, e os membros da CDU não se lembram de ocorrência de nenhum ato suscetível da verificação de inconstitucionalidade no uso dessa mesma informação e do direito à propaganda político-partidária. -----

Agora começam a perceber, com bastante preocupação, quais são as verdadeiras intenções do PS e PSD sobre a matéria, mesmo reconhecendo, e aí não querendo reconhecê-lo, mas mesmo sabendo que há informação legal sobre a matéria, que há decisões da Comissão Nacional de Eleições sobre a mesma, e há acórdãos no tribunal, que determinaram em que condições o exercício das liberdades, direitos e informação individual e coletiva pode ser efetivamente exercido. O PS e PSD querem ir mais longe, ao ponto de quererem disciplinar e, quem sabe, até penalizar o exercício desses mesmos direitos democráticos e constantes na Constituição da República Portuguesa.-----

Mantêm a opinião sobre esta matéria, consideram que este instrumento não acrescenta nada em relação ao teto legal existente, e por outro lado indicia uma clara tentativa de entrar em competências que não cabem à câmara municipal, seja de Vila Franca de Xira ou qualquer outra no espaço nacional. Para além disso, se avançar, como é óbvio, a CDU ponderará todos os meios que ao seu dispor estiverem para exercer a defesa do direito à informação e propaganda eleitorais. ---

Independentemente dos ciclos eleitorais há uma questão de fundo, porque não é só a questão eleitoral que está em causa, é a possibilidade de todas as forças políticas, estejam ou não envolvidas em atos eleitorais, fora ou dentro dos períodos de campanha, poderem exercer a sua atividade de propaganda político-partidária, dentro das proibições e limitações já hoje existentes e previstas em lei. Isto tudo já existe, não há necessidade absolutamente nenhuma de se querer fazer aquilo que ninguém, nem nenhum ato, suscitou que pudesse e tivesse de ser feito no concelho de Vila Franca de Xira.-----

O Sr. Presidente interveio, agradecendo a intervenção do Sr. Vereador e dizendo que percebe a sua posição e a da sua coligação. -----

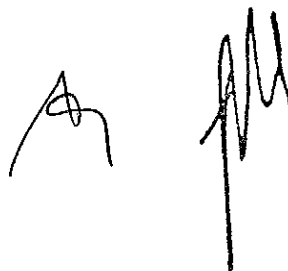
O Sr. Vereador Aurélio Marques interveio, referindo que se abstrai da ironia deste



projeto aparecer, pois já era para ter sido discutido nas outras reuniões, antes do 25 de Abril e 1º de Maio, sendo evidente que é para ir para discussão pública. Ouvia o Sr. Vereador Rui Rei falar noutros países, depois o Sr. Vice-Presidente também falou nos países democráticos, e até parece que em Portugal não se é, pensando até que cada vez se é menos democrático neste país por culpa do Governo do Sr. Vereador Rui Rei. No entanto, essas são outras histórias, que não são chamadas neste momento.-----

O Sr. Vereador Rui Rei diz que nos países há só áreas definidas, que é só ali que se põe a propaganda, não há mais espaço, e gostaria de relembrar que a lei contempla outros. Quando diz, “antes do início do período legal da campanha eleitoral as câmaras municipais e as juntas de freguesias devem disponibilizar às candidaturas espaços especiais e equipamentos destinados à afixação de propaganda”, diz, logo a seguir, que “estes espaços postos à disposição das candidaturas concorrentes à eleição constituem meios e locais adicionais. A normalidade que impõe o dever às câmaras municipais de colocar à disposição das candidaturas espaços e lugares para propaganda não pode ser interpretada e utilizada para determinar qualquer proibição de afixação de propaganda noutros espaços públicos, e deles não pode extrair-se um qualquer sentido de limitação do exercício da liberdade de propaganda”. -----

Teria mais para citar na lei, não o fará para ganhar tempo, mas lembra só que já há acórdãos em Valongo, do Tribunal da Relação do Porto, no Porto, e também há um outro. O Sr. Vereador não é obrigado a citá-los todos, como o próprio não é, mas para aquilo que defende, em contradita com o que o Sr. Vereador tanto defende, dirá que o acórdão nº 258/2006 do Tribunal Constitucional, em relação à Região Autónoma da Madeira, considerou inconstitucional, do regulamento, três normas que eram importantes, contra aquilo que o Sr. Vereador defende, pois limita a liberdade, proibindo a afixação ou inscrição de propaganda fora dos aglomerados urbanos, em quaisquer locais onde a mesma seja visível das estradas regionais; proíbe a afixação ou inscrição de mensagens de propaganda na área de cada município em espaços e lugares públicos, fora dos locais necessariamente disponibilizados para o efeito pelas câmaras municipais; bem como estatui que as proibições abrangem a manutenção e a instalação dos respetivos suportes. -----



Fl. Livro _____

Fl. Ata **112**

Reunião de 2014/04/30

Procº _____

Deliberação nº _____

O tribunal considerou isto inconstitucional, portanto não é só nos espaços que as câmaras municipais dispõem que se pode fazer propaganda, e a lei permite isso. --- Dir-lhe-ão que este é o “país das bananas”, e também está de acordo que se sistematize e evolua nalgumas campanhas. Foi dito, e muito bem, que “toca” a todos os partidos, todos têm telhados de vidro, mas a lei já existe, e mesmo quando não se tira a propaganda a lei permite as atuações, como todos sabem. ----



Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, afirmando que se vai ausentar, e vai muito satisfeito, porque, em primeiro lugar, “toca a todos”, com a exceção do seu amigo Aurélio Marques, que é independente, portanto está acima dos partidos. Em segundo lugar, fica satisfeito porque o Partido Comunista Português, representado pelo seu camarada Aurélio Marques, defende a lei, e como defende a lei não defende que o Governo seja “corrido” logo que termine o seu mandato. -----

Depois, quando o seu amigo apresentar algumas propostas vindas do comité central, que sejam contra a lei emanada do povo em eleições, vai-lhe dizer “atenção que é ilegal, não faz sentido”. Neste caso segue uma regra do Dr. Mário Soares, que tem algumas boas, que é o legítimo direito à indignação contra as leis mais mal feitas, portanto, contra a opressão do poder tem que se marchar. -----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que a discussão deste ponto teve o mérito, pelo menos, de se fazer uma reflexão profunda sobre a liberdade de propaganda política e eleitoral, de todas as formas consagradas desde há 40 anos a esta parte. A única coisa que a proposta pretendia era alguma melhoria, na medida em que, neste momento, quanto à forma como se está, não só em termos de propaganda política e eleitoral, como na questão do regulamento do ponto seguinte da ordem do dia, tem que se ter alguma atitude de melhor planear o território, e não é restringir a liberdade de ninguém.-----

Perante as questões que foram colocadas, o ponto vai ser retirado, no sentido de antes de vir novamente a reunião de câmara se pedir o parecer à Comissão Nacional de Eleições, e esta se debruçar sobre o documento, em que irão ser introduzidas as matérias que a Coligação Novo Rumo referiu como importantes, que os membros do PS também entendem que devam ser incluídas. -----

Foi uma boa discussão, não se pretende restringir nada, pretende-se única e exclusivamente melhorar a capacidade de organização em termos do que é a



propaganda, neste caso eleitoral e política. Assim sendo, o ponto é retirado e vai ser pedido o parecer prévio à Comissão Nacional de Eleições, como foi sugerido pelo Sr. Vereador Rui Rei, entendendo o próprio que é uma boa sugestão. -----

Depois, não sabe se o Sr. Vereador Rui Rei quer ouvir a defesa da honra do Sr. Vereador Aurélio Marques, mas se não quiser ouvir poderá sair.-----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que será rápido, pois o Sr. Vereador tem pressa, mencionando ainda que pediu para falar, e utilizou o termo “defesa da honra”, pois era a única maneira do Sr. Presidente lhe dar a palavra.-----

Tem de dizer ao seu amigo, Sr. Vereador Rui Rei, que já há muitos anos se conhecem, estão habituados a estes debates, mas diz-lhe, com amizade, que é “useiro e vezeiro” em trazer estas questões. O próprio, como independente, cinge-se e respeita a lei, tendo os deveres que todos têm em relação à mesma. Não está acima da lei, nem nesta questão, nem em nenhuma.-----

O Sr. Vereador traz constantemente a questão do Partido Comunista, e abusivamente traz à colação que o próprio traz propostas do comité central, mas está numa coligação, que não é o Partido Comunista, e por isso é que está presente. Não tem filiação partidária, e se fosse o Partido Comunista, os partidos também têm independentes, e podia estar na mesma, mas não está nessa qualidade, apesar de que nada tem contra o partido, pelo contrário, como o Sr. Vereador sabe. -----

Considera ofensivo o Sr. Vereador Rui Rei dizer isso, e no anterior mandato muitas vezes até disse ao Sr. Vice-Presidente, que na altura era só vereador, essa posição dos comunistas. O Sr. Vereador está no direito de o fazer, mas é uma coligação, a CDU, e dever-se-ia fazer referência a isso. O próprio até infletiu um pouco a sua posição, pois dizia PSD, agora já diz Coligação Novo Rumo, mas é independente, respeita, só que tem voz própria, e não é nenhum comité central que lhe impõe o que quer que seja.-----

Sabe que o Sr. Vereador diz isso, não é bem por dizer, mas deve ser para o ouvir mais, e gostaria que tivesse isso em consideração. Contudo, o Sr. Vereador dirá o que entender.-----

7. Deliberação: Retirado da ordem do dia.-----

[Handwritten signature]



1. Assunto: PROJETO DE REGULAMENTO DE AFIXAÇÃO, INSCRIÇÃO E DIFUSÃO DE MENSAGENS PUBLICITÁRIAS DE NATUREZA COMERCIAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 75/14, de 10/04, do GAMA.E.AE, para aprovação da submissão a discussão pública, pelo período de 30 dias úteis, do projeto de Regulamento de Afixação, Inscrição e Difusão de Mensagens Publicitárias de Natureza Comercial.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 75/14, de 10/04, do GAMA.E.AE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que os membros da CDU consideram relevante este novo regulamento, que define os novos critérios de aplicação, inscrição e difusão das mensagens publicitárias, pois vai no sentido da valorização da imagem urbana do território do concelho, e caminha para a qualificação do espaço público, visando o respeito pelas componentes ambientais e paisagísticas, como diz o seu preâmbulo.-----
Consideram que há demasiada proliferação e abusos nestes casos, sem regra nem respeito, o que choca com a qualidade urbana do concelho, sendo que ainda recentemente levantaram, e há muito mais situações, a afixação desproporcionada do caso Lidl.-----
Tem uma dúvida, que o Sr. Presidente ou o executivo certamente esclarecerão, que tem a ver com as coletividades, se estão ou não isentas. Pensa que a alínea a), do nº 3, do artigo 3º, as salvaguarda nestas situações e regulamento, mas gostaria que o Sr. Presidente lhe desse um conforto, dizendo se é assim ou não.-----
O Sr. Presidente interveio, referindo que é o que diz no regulamento, a afixação de mensagens sem fins comerciais está isenta, e é isso mesmo. De qualquer forma



não sabe se a Sr^a Vereadora Marina Tiago considera que se deverá fazer alguma referência relativamente ao movimento associativo, e não vê mal que esteja, nomeadamente a afixação de publicidade relativa ao movimento associativo. -----

Interveio ainda o Sr. Vereador Aurélio Marques, reportando-se às associações sindicais, de que se esqueceu de falar, mas estão incluídas. -----

Esclareceu a Sr^a Vereadora Marina Tiago que essa situação consta da alínea b), ao que o Sr. Vereador respondeu que a Sr^a Vereadora tem toda a razão. -----



Prosseguiu o Sr. Presidente, solicitando ao Sr. Vereador que deixe que se analise a questão, no sentido de saber se é pertinente ou não colocá-la. Não vê nenhum problema de reforçá-la relativamente ao movimento associativo, se não houver nenhum inconveniente jurídico, e neste sentido questiona se a Dr^a Isabel Araújo vê algum inconveniente de referir especificamente o movimento associativo. -----

Respondeu a Dr^a Isabel Araújo que pensa que não haverá qualquer problema, e a sua solução, uma vez que se trata de um projeto de regulamento, e ainda vai para discussão pública, é que se faça isso numa fase posterior. -----

Prosseguiu o Sr. Presidente, mencionando que no âmbito da discussão pública poderá encontrar-se uma solução, considerando-se que esta é já uma sugestão da CDU relativamente a este ponto. -----

O Sr. Vereador Aurélio Marques interveio novamente, mencionando que se poderá até acrescentar a situação na alínea b), onde se inclui a propaganda política sindical, mas o Sr. Presidente e o seu executivo, juridicamente, poderão encontrar uma solução, pensando também que a Coligação Novo Rumo não terá nada a opor. Interveio o Sr. Presidente, referindo que terá de amadurecer esta ideia, para se encontrar uma redação coerente. -----

O Sr. Vereador Vítor Silva interveio, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo consideram que a presente proposta de regulamento de publicidade é um documento bem construído tecnicamente, e é abrangente no que diz respeito ao controlo da afixação das mensagens publicitárias e à segurança das pessoas e bens. No entanto, consideram que na sua redação atual pouco irá contribuir para a valorização da imagem urbana do território, sendo omissos em critérios que permitam o controlo da afixação de mensagens publicitárias visando a salvaguarda e melhoria estética, o enquadramento urbanístico, paisagístico e ambiental do



território concelhio. -----

Já em dezembro de 2013 tinham referido e feito entrega de uma proposta em que consideravam que a questão tinha de ser regulamentada, e consideram que este regulamento poderá ser substancialmente melhorado no que diz respeito à estética e enquadramento urbanístico de inserção de publicidade, através da inclusão de normas ou disposições atinentes a estas matérias, como as que a seguir sugerem, nessa ou outra redação que melhor sirva o propósito. Julgam que o exercício da publicidade comercial deve respeitar também os princípios que muito rapidamente enunciará, pois é uma ajuda para o complemento e redação final do documento.----

Interveio o Sr. Presidente, solicitando ao Sr. Vereador que faça chegar as sugestões.-----



Prosseguiu o Sr. Vereador, referindo que consideram que deverá constituir obrigações dos titulares dos suportes publicitários e demais responsáveis. Consideram também que não podem, em qualquer caso, ser emitidas licenças ou autorizações para a afixação, inscrição ou distribuição de mensagens publicitárias que, por si só, ou através dos suportes que utilizam, afetem, nomeadamente, a estética, o ambiente dos lugares, da paisagem, ou causem danos a terceiros. -----

Consideram ainda que a publicidade, nas áreas classificadas como zonas históricas do concelho, terá de se sujeitar a condições especiais de volume e iluminação, de modo a não perturbar a correta leitura, quer das fachadas em que se insere, quer das fachadas da envolvente, e a sua colocação terá de obedecer a regras de estrita sobriedade, e de escala com edificações, de tal modo que não se torne em elementos distorcedores, nem obstrutivos da arquitetura e paisagem urbana. -----

Têm mais uma série de ideias e argumentos que entendem poderiam contribuir para a redação final, e fá-la-ão chegar rapidamente, de qualquer maneira entendem que o documento está bem elaborado e vão votar a favor. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que se vai dar sequência, com a discussão pública, absorvendo as questões que, no fundo, já estão no âmbito dessa discussão pública. Assim, vão-se analisar, e eventualmente absorver no documento final. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: PROTOCOLO COM A CASA DOS FORCADOS AMADORES DE VILA FRANCA DE XIRA REFERENTE AO SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS – ATUALIZAÇÃO DO VALOR DE COMPENSAÇÃO – 2013/2014 -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 84/14, de 07/04, do DGAFJ/DFPCO, para aprovação da atualização da verba a transferir para a Casa dos Forcados Amadores de Vila Franca de Xira, no valor de 4 306,43€, tendo em vista o pagamento do seguro de acidentes pessoais, no âmbito do protocolo celebrado com a mesma. -----



3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 84/14, de 07/04, do DGAFJ/DFPCO, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, perguntando se o auxílio ou a ajuda que se dá ao grupo de forcados limita-se só a isto.-----
O Sr. Vereador António Félix interveio, dizendo que este é o seguro, e julga que não há mais nenhuma ajuda ao grupo de forcados. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix.-----

1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR AVENÇA – LUÍS FILIPE MOREIRA FREIRE -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 168/14, de 11/04, do DGAFJ/DRH, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável e prorrogação do contrato de prestação de serviços por avença, por mais seis meses, de Luís Filipe Moreira Freire, a exercer funções de apoio à Divisão de Assuntos Jurídicos. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 168/14, de 11/04, do DGAFJ/DRH, informação nº 11/14, de 19/02, do DGAFJ/DAJ, e comunicação interna nº 101/14, de 14/02, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Atã **119**

Reunião de 2014/04/30

Procº _____

Deliberação nº **267**

1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR AVENÇA – ELISABETE SERRANO ALVES-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 214/14, de 11/04, do DGAFJ/DRH, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável e prorrogação do contrato de prestação de serviços por avença, por mais seis meses, de Elisabete Serrano Alves, a exercer funções de apoio à Divisão de Assuntos Jurídicos.-----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 214/14, de 11/04, do DGAFJ/DRH, informação nº 17/14, de 18/03, do DGAFJ/DAJ, comunicação interna nº 158/14, de 13/03, do DGAFJ/DRH, e e-mail do INA, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata^m 120

Reunião de 2014/04/30

Proc^o _____

Deliberação nº 268

1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR AVENÇA – RICARDO EMANUEL GARRIDO LUCAS-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 208/14, de 11/04, do DGAFJ/DRH, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável e prorrogação do contrato de prestação de serviços por avença, por mais um ano, de Ricardo Emanuel Garrido Lucas, a exercer funções de apoio à Divisão de Desenvolvimento Social. -----



3. Informações/pareceres: Anexam-se informações nºs 208/14, de 11/04, 162/14, de 13/03, do DGAFJ/DRH, e e-mail do INA, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

1. Assunto: EXERCÍCIO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA – PRACETA DOS CARVALHAIS, LOTE 44, FRAÇÃO “A” – SÃO JOÃO DOS MONTES – LUÍS MANUEL DA PIEDADE LOURENÇO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 109/14, de 16/04, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação do não exercício do direito de preferência e autorização de transmissão da fração “A”, sita na praceta dos Carvalhais, lote 44, em São João dos Montes, pelo valor de 30 000,00€. -----

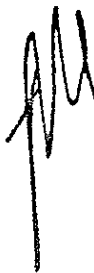

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 109/14, de 16/04, do Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----





1. Assunto: PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES EM REGIME DE COMODATO - GRÉMIO DRAMÁTICO POVOENSE -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 115/14, de 22/04, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação da minuta do protocolo de cedência de instalações em regime de comodato, do Espaço Cultural Fernando Augusto, a celebrar com o Grémio Dramático Povoense. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 115/14, de 22/04, do Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio a Srª Vereadora Margarida Cavaleiro, dizendo que as preocupações dos membros da CDU têm essencialmente a ver com o período considerado no protocolo, que se cinge aos 2 anos. Pensam, tratando-se de um regime de comodato, que pareceria mais adequado e defendem sempre que, no mínimo, deveria ter a duração de 10 anos. -----
Compreendem, até porque consultaram a documentação, as preocupações da direção atual do Grémio, que se prendem justamente com as dificuldades, com o facto de o projeto estar alicerçado em condições de há 15 anos atrás, portanto outra conjuntura, mas pensam que a câmara municipal deverá ter um papel de transmissão de segurança para que as coletividades consigam realmente abraçar o novo espaço com as qualidades que terá, com a segurança de o conseguir manter, a longo prazo e não a curto prazo. -----
Além disso, perguntam quais são as condições para que uma coletividade possa receber as iniciativas da câmara municipal, e se essas condições estão expressas claramente nalgum local ou são aferidas pelos serviços de outra forma. Depois,



inscrevendo-se a receção das iniciativas promovidas pela autarquia num apoio financeiro para fomento das instalações culturais, gostariam de saber se este novo espaço Fernando Augusto poderá estar incluído no lote que recebe este apoio, que será naturalmente um apoio fundamental para a manutenção de espaços com as qualidades e características apresentadas.-----

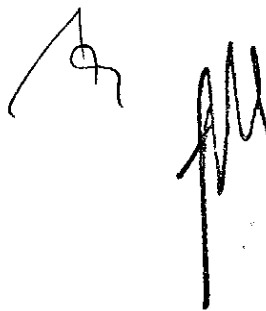
Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo pensam que era prudente, atendendo a que a própria direção põe como preocupação poder satisfazer o cumprimento do protocolo, que a própria câmara municipal tivesse uma última reunião com todas as forças, na medida em que também entendem que o protocolo deveria ser ratificado por uma assembleia-geral. Assim, julgam que seria oportuno retirar o ponto, e analisar melhor.-----

Interveio o Sr. Presidente, respondendo que isso é uma intromissão da gestão própria da própria associação. Houve reuniões, não sabe se foram feitas assembleias-gerais ou não, mas supõe que sim, que em tempo oportuno a direção do Grémio propôs à sua assembleia-geral a possibilidade de celebrar este protocolo, sendo que antes disso também, quando se começou a construir o Centro Cultural Fernando Augusto, a matéria foi muito debatida no âmbito do Grémio e com a câmara municipal.-----

Portanto, não crê, para não dizer que não tem a certeza, que a matéria não tenha sido muito debatida no âmbito dos órgãos sociais do Grémio, e não lhe parece que a câmara municipal, nesta altura, possa estar a sugerir uma coisa que parece estar absolutamente garantida. Do ponto de vista do executivo a própria direção tem competência suficiente para falar com a câmara municipal, e não lhe parece que não tenha validade estas decisões de fundo com a própria assembleia-geral.-----

É uma questão que pode perguntar, mas só perguntar, pensa que não se deve exigir. De qualquer modo este protocolo vem na sequência de reuniões, e também de documentos que foram colocados à consideração do Grémio, que fez uma contraproposta, e a câmara municipal aceitou a generalidade daquilo que foi proposto para alteração da redação do próprio documento.-----

Há uma questão que tem a ver com o ofício que o Grémio enviou, dando o parecer favorável sobre a redação do protocolo, mas manifestando uma série de preocupações também.-----



Interrompeu o Sr. Vereador Vítor Silva, mencionando que é essa a questão dos membros da Coligação Novo Rumo, é a própria direção que está efetivamente preocupada em conseguir cumprir.-----



O Sr. Presidente prosseguiu, dizendo que são questões diferentes daquelas que o Sr. Vereador colocou. Aquilo que pode dizer e transmitir nesta reunião de câmara é que da reunião que teve posteriormente com o presidente e o vice-presidente, que hoje não está presente, foi que são matérias que se têm de analisar caso a caso. Não se sabe qual vai ser a sequência, e está-se numa situação nova, ou seja, este protocolo pode ter a necessidade de, num ou outro momento, vir a ser alterado. ----

Desta forma, aquilo que pede é que se aprove o protocolo como está, e que se venham a fazer as alterações que se ajustem, na medida em que é a primeira vez que se está a ceder um espaço com este tipo de características, que tem especificidades muito particulares, que não teria se fosse um pavilhão ou outra coisa qualquer, como noutras situações já se fizeram protocolos. Esses são mais fáceis, porque trabalhar com este equipamento para o Centro Cultural Fernando Augusto, que é de alguma sensibilidade, tem uma exigência de manuseamento e conhecimento, e se acontecer alguma dificuldade cá se estará para resolver. -----

Sugere que se aprove este protocolo, consciente das preocupações que o Grémio expressa na comunicação, que o próprio disse para se incluir na documentação, aquando da preparação desta reunião, pois é quase um anexo do próprio protocolo, com as preocupações que estão expressas, que numa determinada situação que venha a ocorrer, e se ocorrer, não se devem deixar de ter em atenção. -----

Foi este o acordo que foi estabelecido, que lhe parece dever ser aquele em que neste momento se deve evoluir, e na sua opinião, tendo em vista que mais tarde ou mais cedo ter-se-á de inaugurar o edifício, o centro cultural, que está praticamente pronto, e entregá-lo ao Grémio, para isso tem que se ter este protocolo, que tem o acordo da direção do Grémio. -----

Interveio a Srª Vereadora Margarida Cavaleiro, referindo que os membros da CDU não se opõem efetivamente ao protocolo, e estão em condições de o aprovar, o que não percebeu foi entretanto a resposta relativamente à possibilidade do espaço ser abrangido pela rubrica do fomento de instalações culturais, ou seja, de



haver depois a relação entre o município e aquele espaço. -----

O Sr. Vice-Presidente interveio, dizendo que crê que o que a Srª Vereadora está a perguntar é se este novo equipamento é ou não abrangido pelo artigo do Programa de Apoio ao Movimento Associativo, que permite o apoio à utilização de equipamentos culturais, e precisa de estudar a questão para perceber, porque está muito bem definido o que cai lá dentro e não. Está a falar completamente de cor, mas julga que tem a ver com a capacidade do auditório, e é preciso ver o que diz o regulamento. -----



De qualquer das maneiras também já informou que em fevereiro fez uma reunião com todos os agentes associativos, exatamente para “mexer” no Programa de Apoio ao Movimento Associativo, é uma das questões que fica levantada para depois se ver, e pode até ser que esteja já abrangido, mas não sabe dizer, porque depois tinha que se comparar o tipo de equipamento e o que está previsto na norma. Contudo, fica já essa nota, que entende que é relevante. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que não estava a atingir a questão, e a dificuldade foi sua, não da Srª Vereadora, que se explicou bem, prosseguindo com a colocação do ponto à consideração. -----

O Sr. Vereador Vítor Silva interveio, mencionando que a Coligação Novo Rumo não quer estar a levantar problemas ao Grémio, de modo nenhum, mas também tentam defender os interesses da câmara municipal. Não conhecem propriamente os estatutos da coletividade, não sabem até que ponto seria necessário uma ratificação da assembleia-geral, mas estão de boa-fé, e se a câmara municipal pensa que sim, embora prevendo uma evolução futura de qualquer possível incumprimento ou ajustamento que seja necessário fazer, vão votar a favor, também compreendendo, e só levantaram a questão porque era a própria direção que estava a pôr alguma dificuldade no cumprimento do protocolo. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo então que, com as questões que foram levantadas, que o próprio vai, ou o Sr. Vice-Presidente, transmitir ao Grémio, se está em condições de votar o protocolo, que é aprovado. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: AQUISIÇÃO E SERVIÇO DE LANÇAMENTO DE FOGO DE ARTIFÍCIO E BALONAS DURANTE OS EVENTOS DE 2014 – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 120/14, de 25/03, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à aquisição e respetivo serviço de lançamento de fogo de artifício e balonas durante os eventos de 2014, aplicando-se a redução remuneratória nos termos da lei.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 120/14, de 25/03, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio o Sr. Vereador Ernesto Ferreira, salientando que gostaria só de tentar perceber se há algum lapso ou não, dado que se fala na aquisição de lançamento de fogo de artifício e balonas durante os eventos de 2014. A dúvida é se não é só utilizado para o Colete Encarnado, nomeadamente as balonas, e se é só um erro ou é mesmo para os vários eventos que se vão fazer ao longo do ano.-----
Interveio a Drª Maria João Carraça, esclarecendo que o fogo de artifício, efetivamente, é só no Colete Encarnado, mas as balonas são no Colete Encarnado e na Feira Anual, porque são o substituto dos foguetes, que já não se usam neste momento, por causa dos fogos florestais.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 127

Reunião de 2014/04/30

Procº 37/14 APRV.AD.RG

Deliberação nº 272

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDIOVISUAIS PARA OS ESPETÁCULOS DA AV. PEDRO VICTOR E DO FOGO DE ARTIFÍCIO NO JARDIM MUNICIPAL CONSTANTINO PALHA – COLETE ENCARNADO 2014 – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 154/14, de 16/04, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços de audiovisuais para os espetáculos da av. Pedro Victor e do fogo de artifício no Jardim Municipal Constantino Palha, para o Colete Encarnado 2014, não se aplicando a redução remuneratória nos termos da lei.-----



3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 154/14, de 16/04, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DAS RUAS DAS ESPERAS, DOS CURROS DA PRAÇA DE TOUROS E DA PRAÇA DE TOUROS DURANTE OS EVENTOS DO COLETE ENCARNADO E FEIRA ANUAL DE OUTUBRO DE 2014 – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 156/14, de 21/04, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços de limpeza das ruas das esperas, dos curros da Praça de Touros e da Praça de Touros, durante os eventos do Colete Encarnado e da Feira Anual de Outubro de 2014, aplicando-se a redução remuneratória nos termos da lei.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 156/14, de 21/04, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA PARA OS EVENTOS DE 2014 – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 155/14, de 17/04, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços de segurança dos eventos de 2014, nomeadamente Exposição Canina, Colete Encarnado e Feira Anual de Outubro. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 155/14, de 17/04, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO DOS PALCOS DURANTE OS ESPETÁCULOS DO COLETE ENCARNADO DE 2014 – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 158/14, de 21/04, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços de sonorização e iluminação dos palcos durante os espetáculos do Colete Encarnado de 2014. -----



3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 158/14, de 21/04, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DO ARTISTA BERG PARA O COLETE ENCARNADO DE 2014
– PARECER PRÉVIO VINCULATIVO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 160/14, de 23/04, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à contratação do artista Berg para o Colete Encarnado de 2014, não se aplicando a redução remuneratória nos termos da lei.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 160/14, de 23/04, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, reportando-se a este ponto em conjunto com o ponto 34 da ordem do dia, dizendo que já se está a atingir a hora do final da reunião e, para ser sintético, vai deixar a intervenção mais de fundo para uma próxima oportunidade.-----
Está-se a falar de várias situações para o evento do Colete Encarnado, e já em tempos, no início do mandato, genericamente falou de algumas coisas, e o que quer dizer, mas vai reduzir a sua intervenção, é que, como o Sr. Presidente sabe, o próprio já tinha dito que a questão tem a ver com as tradições do Colete Encarnado e a perda de identidade dos valores culturais e etnográficos nestas festas. São várias as entidades e pessoas ilustres, que têm a ver com o Colete Encarnado, que dizem isso publicamente, e, nestes casos dos chamados cabeça de cartaz nos programas da festa, embora compreendam a situação, nada dizem às tradições.-----
Voltará ao assunto, mas gostaria de saber, apesar de já não haver tempo, e ficará para próxima oportunidade, se a câmara municipal está a tomar isso em

consideração, e o que foi feito. Poderá não ser agora, por causa da hora, e por isso resumiu a sua intervenção, pois tinha para dizer muito mais, mas gostaria que numa próxima oportunidade o Sr. Presidente o dissesse. Não tem nada contra estes cabeças de cartaz, mas se é para isso também se pode fazer um fim de semana das bandas ou uma semana do Rock. Não está contra em trazê-los, mas há tradições, folclore e tudo isso. -----



Como disse, a sua intervenção foi feita muito "à pressa", voltará ao tema e a outras coisas, como a semana tauromáquica. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que percebe a preocupação do Sr. Vereador, e efetivamente no programa essas matérias das tradições estão absolutamente referidas, mas tem que se fazer uma festa para vários públicos, e há que encontrar, de acordo com aquilo que em cada momento está a acontecer, um programa com animação que estimule as pessoas a virem ao Colete Encarnado, não só do concelho, mas também externamente ao mesmo. -----

Depois, há as questões que têm a ver, eminentemente, com as tradições, que estão absolutamente identificadas, não só na semana da tauromáquica, como também no próprio Colete Encarnado, e depois o Sr. Vereador irá ter ocasião de analisar. -----

Tem-se esforçado para aprender, mas por mais que aprenda muito depressa, nunca aprenderá o suficiente para ser consensual, porque sobre a matéria das tradições da festa brava, como o Sr. Vereador sabe, nunca existirão consensos. O que se tem é de encontrar uma solução que seja o mais abrangente possível, e esse esforço está a ser feito, com várias reuniões, onde as pessoas puderam expressar o seu sentimento relativamente a várias matérias. Foram registadas as opiniões, tentar-se-ão incluir, e há algumas que foram colocadas, se calhar com algum sentido, outras porque é o amor à festa, à paixão, o que é mesmo assim. Há alterações que se estão a fazer, que julga que vão ao encontro daquilo que os verdadeiros aficionados têm colocado, e ver-se-á. Esse esforço tem sido feito, se se vai conseguir, não conseguirá dizer, mas pelo menos tentar-se-á. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DA BANDA EXPENSIVE SOUL E JAGUAR BAND – CONCERTO MUSICAL PARA O COLETE ENCARNADO DE 2014 – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 159/14, de 22/04, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à contratação da banda Expensive Soul e Jaguar Band, no dia 4 de julho, para o Colete Encarnado de 2014, não se aplicando a redução remuneratória nos termos da lei.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 159/14, de 22/04, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----



6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
A análise deste assunto foi feita em conjunto com o ponto 33 da ordem do dia.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Deliberação nº **278**

Presente para aprovação a proposta do Sr. Presidente, datada de 2014/04/22, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para a celebração e outorga do protocolo de parceria e colaboração, conforme minuta anexa, a celebrar com o Instituto Superior de Educação e Ciências, no âmbito da realização de estágios curriculares na área do turismo. -----
Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -

1. Assunto: COLETE ENCARNADO 2014 – FUNCIONAMENTO DO POSTO DE TURISMO ----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 25/14, de 14/04, do DEC/DCTPM, para aprovação da proposta de alargamento do horário de funcionamento do Posto de Turismo, no decurso do Colete Encarnado de 2014 e na semana que o antecede, considerando o elevado afluxo de utentes.-----

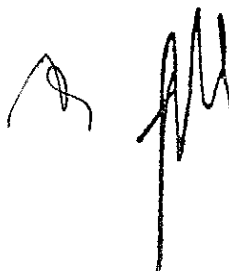
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 25/14, de 14/04, do DEC/DCTPM, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: COLETE ENCARNADO 2014 – VENDA AMBULANTE -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 100/14, de 10/04, do DEC/DCTPM, para aprovação das exceções à venda ambulante nas ruas da cidade de Vila Franca de Xira, no decurso do Colete Encarnado de 2014. -----



3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 100/14, de 10/04, do DEC/DCTPM, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

1. Assunto: COLETE ENCARNADO 2014 – PREVENÇÃO DE ACIDENTES -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 105/14, de 10/04, do DEC/DCTPM, para aprovação das medidas a tomar para prevenção de acidentes, durante as esperas de toiros nas ruas da cidade de Vila Franca de Xira, no decurso do Colete Encarnado de 2014. -----



3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 105/14, de 10/04, do DEC/DCTPM, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: COLETE ENCARNADO 2014 – HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 107/14, de 10/04, do DEC/DCTPM, para aprovação da abertura dos estabelecimentos comerciais, incluindo os estabelecimentos de restauração e bebidas, para além do horário normal, durante a festa do Colete Encarnado de 2014, até às 06h00 dos dias 5 e 6 de julho, encerrando a festa pelas 24h00 do dia 6 de julho. -----



3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 107/14, de 10/04, do DEC/DCTPM, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo só gostariam de registar, com agrado, este alargamento de horário, que embora permita até às 6 horas da manhã qualquer comércio estar aberto, não quer dizer que todos estejam abertos até essa hora. Cada um dentro da gestão do seu comércio fará o que melhor entender, até ao período das 6 da manhã, e era por isto que lutavam há bastante tempo, pelo que registam com agrado este alargamento, neste período. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

1. Assunto: FEIRA ANUAL DE OUTUBRO 2014 – REGULAMENTOS -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 122/14, de 21/04, do DEC/DCTPM, para aprovação, após o período de apreciação pública, dos regulamentos de Feirantes e de Equipamentos de Diversões e de Outros de Natureza Lúdica, da Feira Anual de Outubro 2014, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----


3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 122/14, de 21/04, do DEC/DCTPM, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: VENDA DE LIVROS DO "PRÉMIO LITERÁRIO ALVES REDOL" – EDIÇÃO DE 2011 -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 96/14, de 02/04, do DEC/DBD, para aprovação do preço de venda ao público dos livros premiados na edição 2011, do Prémio Literário Alves Redol, no valor de 10,60€, quanto à obra "Rendição e Trevas", e 12,50€, quanto à obra "Um eterno minuto de silêncio".-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 96/14, de 02/04, do DEC/DBD, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-

4. Dotação orçamental: -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----



1. Assunto: TRANSPORTES ESCOLARES – ANO LETIVO 2013/2014 – COMPROMISSO DE VERBA NO ÂMBITO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO COM AS JUNTAS DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALHANDRA, SÃO JOÃO DOS MONTES E CALHANDRIZ E UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CASTANHEIRA DO RIBATEJO E CACHOEIRAS -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 223/14, de 22/04, do DEC/DE, para aprovação do compromisso de verba para o ano letivo 2013/2014, no âmbito dos contratos interadministrativos com a União das Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz e a União das Freguesias de Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras, respeitante aos transportes escolares/circuitos especiais. -----



3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 223/14, de 22/04, do DEC/DE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano 04/01/03/004B --- Orçam.05/04.05.01.02 -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

1. Assunto: AÇÃO DE FORMAÇÃO "A UTILIZAÇÃO DOS JOGOS REDUZIDOS NO TREINO DE FUTEBOL" – PROTOCOLO COM A ASSOCIAÇÃO RIBATEJANA PARA O DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO E EDUCAÇÃO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 196/14, de 21/04, do DASDEDS/DDE, para aprovação da minuta do protocolo a celebrar com a ADDE – Associação Ribatejana para o Desenvolvimento do Desporto e Educação, visando a dinamização conjunta, e de forma concertada, de uma ação de formação designada "A utilização dos jogos reduzidos no treino de futebol".-----


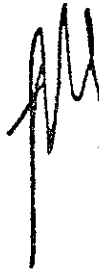
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 196/14, de 21/04, do DASDEDS/DDE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----

Fl. Livro _____

Fl. Atã 143

Reunião de 2014/04/30

Procº _____

Deliberação nº 287

1. Assunto: GRANDE PRÉMIO DE MOTONÁUTICA DE VILA FRANCA DE XIRA –
PROTOCOLO COM A FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE MOTONÁUTICA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 193/14, de
21/04, do DASDEDS/DDE, para aprovação da minuta do protocolo a celebrar com a
Federação Portuguesa de Motonáutica, que visa conceder um apoio financeiro no
valor de 4 000,00€, para promover, nos próximos dias 17 e 18 de maio, o Grande
Prémio de Motonáutica de Vila Franca de Xira. -----

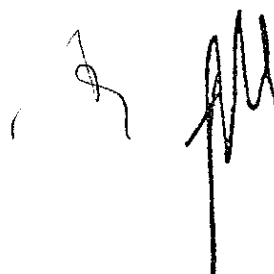
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 193/14, de 21/04, do
DASDEDS/DDE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da
ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara
para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.
Vereador António Félix. -----



1. Assunto: ALTERAÇÃO DOS PERÍODOS DE ENCERRAMENTO PARA REALIZAÇÃO DE OBRAS DE MANUTENÇÃO NAS PISCINAS MUNICIPAIS DA PÓVOA DE SANTA IRIA E FORTE DA CASA E HORÁRIO DE VERÃO DA PISCINA MUNICIPAL DO FORTE DA CASA-

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 195/14, de 21/04, do DASDEDS/DDE, para aprovação da alteração da planificação da época desportiva 2013/2014 nas piscinas municipais, publicitada pelo edital nº 438/13, passando o período de encerramento para realização de obras de manutenção na Piscina Municipal da Póvoa de Santa Iria, de 18 de julho a 31 de agosto de 2014 e na Piscina Municipal do Forte da Casa, de 1 a 17 de julho de 2014, bem como o horário de verão da Piscina Municipal do Forte da Casa, de 1 a 17 de agosto de 2014.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 195/14, de 21/04, do DASDEDS/DDE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DOS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS DO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO-----

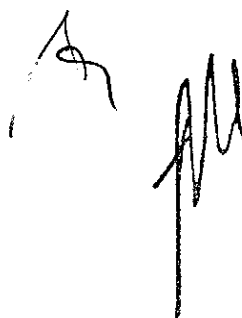
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 165/14, de 23/04, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços de limpeza dos equipamentos desportivos do concelho de Vila Franca de Xira, aplicando-se a redução remuneratória nos termos da lei.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 165/14, de 23/04, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que a sua questão tem a ver com os valores. Na comunicação interna dos serviços o lote 1 é de 83 790,00€, o lote 2 de 25 795,00€, e há redução remuneratória, estando também contemplados no caderno de encargos, na cláusula 3ª, os parâmetros base do preço contratual, em que o lote 1 tem 73 349,06€, e o lote 2 tem 31 537,12€.-----
O lote 2 era inicialmente no valor de 25 795,00€, e questiona, se há redução remuneratória, se ainda fica com um valor superior, pelo que há qualquer coisa que lhe está a escapar. Será problema seu, mas gostava de ser esclarecido. -----
Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, perguntando o que é que se considera concurso público urgente. -----
O Código Civil prevê a possibilidade de dotar um concurso com uma configuração ultracélere, em caso de urgência, na celebração de um contrato de locação ou



aquisição de bens móveis, ou aquisição de serviços de uso corrente, desde que o preço contratual não exceda os limiares comunitários, que são de 130 000,00€, se a entidade adjudicante for o Estado, e de 200 000,00€, se forem algumas das outras entidades adjudicantes. O prazo mínimo para apresentação das propostas no âmbito do concurso público urgente é de 24 horas, desde que decorra em dias úteis, e a adjudicação, neste tipo de procedimento, é feita obrigatoriamente ao mais baixo preço. -----

É isto que consideram os membros da Coligação Novo Rumo, na parte de definição de concurso público urgente, e questionam se é isso que realmente se pretende.---

Interveio o Dr. Rui Galhardo, respondendo à primeira questão, dizendo tratar-se efetivamente da aplicação da redução remuneratória. -----

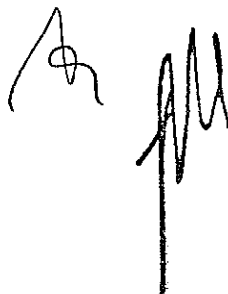
O ponto 1 da comunicação interna diz o preço-base que foi sugerido pelo serviço, e o ponto 9, se se verificar, bate certo com o preço-base do caderno de encargos, dizendo o mesmo que foi aplicada a redução remuneratória prevista no nº 1º, do artigo 73º, da Lei do Orçamento de Estado para 2014, resultando o cálculo para o lote 1 em 73 349,06€, e para o lote 2 em 31 537,12€.-----

A questão da redução remuneratória por vezes é colocada logo no ponto 1 da informação dos serviços, mas neste caso não foi isso que aconteceu. Colocou-se no ponto 1 o preço-base que foi sugerido pelo serviço requisitante, e após a aplicação da redução remuneratória colocou-se o valor definitivo no ponto 9, e são valores que constam das peças, sendo um preço inferior àquele que foi sugerido. --

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que o valor do lote 2 é superior, uma vez que, no ponto 1 da comunicação interna estão 25 795,00€, e no ponto 9 da mesma comunicação é que já consta o valor 31 537,12€, como no caderno de encargos, na cláusula 3ª.-----

Assim, se houve a redução para 25 795,00€, questiona como é que dá mais.-----

O Dr. Rui Galhardo interveio, esclarecendo que nesse caso o Sr. Vereador tem toda a razão, e o que acontece é que quando se faz a aplicação da redução remuneratória vai-se ver o contrato vigente no ano anterior, fazendo-se uma redução por comparação. No caso do lote 2 provavelmente aconteceu uma alteração da necessidade da comunicação dos serviços que é referida, e o limite para a aplicação da redução remuneratória do lote 2 é superior aos 33 000,00€.----



A base de comparação é o contrato vigente no ano anterior, e agora não sabe explicar exatamente o que aconteceu, mas provavelmente, entre esta comunicação interna dos serviços, que tem o valor de 25 000,00€, e a elaboração da comunicação interna de início do procedimento, houve uma alteração da necessidade do próprio serviço, que não está expressa, e pede desculpa por isso.-- No entanto, o ponto 9 tem em conta a comparabilidade com o contrato vigente no ano anterior e assegura que não são ultrapassados os limites legais da redução remuneratória.-----



Interveio o Sr. Presidente, dizendo ao Sr. Vereador que, com a necessária alteração do que foi colocado, que já foi considerada necessária, crê que as explicações foram dadas. -----

O Dr. Rui Galhardo interveio, respondendo, quanto à segunda questão, que na verdade se está a usar o concurso público urgente exatamente com os fundamentos que o Sr. Vereador referiu, precisamente porque não fazer um concurso público urgente trará um prejuízo pior do ponto de vista da contratação pública, porque se estaria constantemente a fazer regimes simplificados. -----

Não se pode constantemente estar a fazer regimes simplificados para assegurar a limpeza das piscinas, convém fazer o procedimento que seja o mais rápido possível e se possa submeter à concorrência, ao mercado, essa prestação de serviços, até ter tempo suficiente para lançar um concurso público internacional, a partir de janeiro de 2015, uma vez que o concurso público internacional que se fez não teve consequências. Não foi possível adjudicar, e esta é a solução que do ponto de vista dos serviços garante o princípio fundamental, que é o da concorrência.-----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, referindo-se à dúvida da Coligação Novo Rumo, na medida em que pela interpretação da lei entende que este valor que é proposto, que é a junção dos 467 000,00€, ultrapassa os 200 000,00€ que, pela interpretação que tem da lei, em termos de concurso público urgente qualquer entidade está autorizada a fazer.-----

Interveio o Dr. Rui Galhardo, esclarecendo que este valor não ultrapassa o limite legal, que neste momento é de 207 000,00€, porque quanto ao limite que o Sr. Vereador falou, dos 200 000,00€, entretanto foram alterados os limiares

comunitários, que são alterados de 2 em 2 anos. O limite que é aplicável ao caso é de 207 000,00€, que não é ultrapassado. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Reunião de 2014/04/30

Deliberação nº _____

O Sr. Presidente informou que passam para a próxima reunião de câmara os pontos 22, 35 e 44 da ordem do dia.-----

pontos retirados



Deliberação nº 290

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta da presente reunião de câmara. _____



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

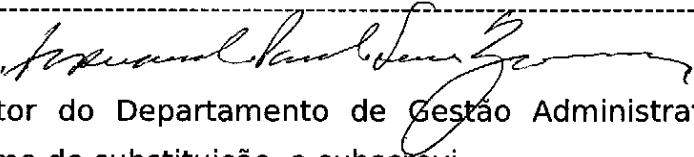
Fl. Livro _____

Fl. Ata 151

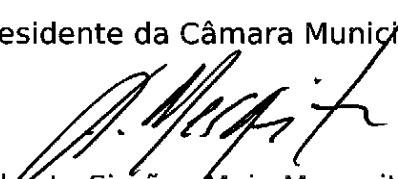
Reunião de 2014/04/30

Encerramento às 14h10. -----

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na reunião de câmara de 2014/05/28, tendo sido dispensada a sua leitura, por ter sido previamente distribuída a todos os membros. -----

E eu,  Fernando Paulo Serra Barreiros,
Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em
regime de substituição, a subscrevi. -----

O Presidente da Câmara Municipal,


- Alberto Simões Maia Mesquita -